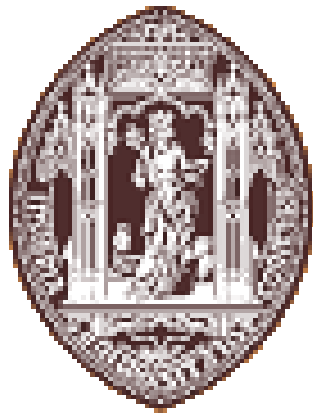


UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA



**OBSERVATÓRIO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Origem Social e Trajectória Profissional

Filipe Miguel de Jesus Alexandre

Coimbra 2005

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA

**OBSERVATÓRIO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS PELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DO DESPORTO E EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

Origem Social e Trajectória Profissional

Monografia de Licenciatura realizada no âmbito do Seminário “*Observatório do Percurso dos Diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra nos anos lectivos 98/99, 02/03 e 03/04*”, com vista à obtenção do grau de Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física.

Coordenação: Professor Doutor Rui Gomes

Orientação: Dr.^a Elsa Silva

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
1. OBJECTIVO E PERTINÊNCIA DO ESTUDO.....	2
2. ESTRUTURA DO TRABALHO	3
II – REVISÃO DA LITERATURA -	4
1. ENSINO SUPERIOR E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA.....	5
1.1. <i>Origem Social e igualdade de oportunidades</i>	5
1.2 <i>A Teoria do Capital Humano: uma referência incontornável</i>	7
1.3 <i>Abordagens das relações entre educação e trabalho/emprego</i>	8
2. INSERÇÃO E TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS	10
2.1. <i>O “novo” contexto em que se processa a inserção profissional de diplomados</i>	12
2.2. <i>A identidade profissional e sua influência na formação e inserção profissional</i>	15
3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ENQUANTO PROCESSO	17
3.1 <i>A formação Inicial dos profissionais de Educação Física</i>	19
3.3 <i>Formação contínua: a importância do saber na sociedade actual</i>	20
III – METODOLOGIA.....	23
1. AMOSTRA.....	23
2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS.....	24
2.1 <i>Caracterização do inquérito</i>	25
2.1. <i>Análise de Documentos</i>	25
2.2 <i>Inquérito por Questionário</i>	26
2.3 <i>Análise e Tratamento dos Dados</i>	26
IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
1. ENQUADRAMENTO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA	27
2. PERFIL SOCIAL	29
3. ACTIVIDADE DOS DIPLOMADOS.....	33
4. FORMAÇÃO.....	47
V – CONCLUSÕES	65
VI – LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	67
VII – BIBLIOGRAFIA.....	69
ANEXOS.....	73

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	
Diplomados inquiridos segundo o sexo por ano de término da licenciatura.....	26
Gráfico 2	
Nível de escolaridade dos pais dos diplomados inquiridos.....	29
Gráfico 3	
Condição dos pais/cônjuge perante o trabalho.....	30
Gráfico 4	
Situação profissional dos pais dos diplomados inquiridos.....	31
Gráfico 5	
Situação dos diplomados inquiridos face aos três períodos temporais considerados.....	32
Gráfico 6	
Obtenção do primeiro emprego.....	33
Gráfico 7	
Profissão principal dos diplomados inquiridos nos três períodos temporais.....	33
Gráfico 8	
Situação dos diplomados inquiridos na profissão.....	35
Gráfico 9	
Situação dos diplomados inquiridos segundo o vínculo contratual.....	36
Gráfico 10	
Situação de trabalho segundo o regime de trabalho.....	36
Gráfico 11	
Distribuição dos diplomados segundo a entidade empregadora.....	37
Gráfico 12	
Distribuição dos diplomados segundo o modo de obtenção do emprego.....	38
Gráfico 13	
Diplomados inquiridos desempregados segundo as principais razões para o desemprego.....	39
Gráfico 14	
Meio de subsistência dos diplomados desempregados.....	40
Gráfico 15	
Distribuição dos diplomados desempregados segundo o desenvolvimento de diligências no sentido de procurar emprego.....	41
Gráfico 16	
Razões apontadas pelos diplomados inquiridos para continuar a procurar emprego (situação actual).....	43
Gráfico 17	
Existência de actividade secundária entre os diplomados.....	43

Gráfico 18	
Existência de actividade secundária segundo o vínculo contratual.....	44
Gráfico 19	
Actividades secundárias desenvolvidas pelos diplomados.....	45
Gráfico 20	
Frequência de formação de âmbito académico após a obtenção do diploma.....	46
Gráfico 21	
Frequência de formação de âmbito académico após a obtenção do diploma segundo a situação dos diplomados.....	47
Gráfico 22	
Distribuição dos diplomados segundo o desejo de frequentar formação de âmbito académico.....	48
Gráfico 23	
Desejo de frequentar formação de âmbito académico segundo a situação actual.....	49
Gráfico 24	
Formação de âmbito académico que os diplomados inquiridos pretendem frequentar.....	50
Gráfico 25	
Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional.....	50
Gráfico 26	
Pertinência do estágio pedagógico segundo a situação dos inquiridos.....	51
Gráfico 27	
Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para a socialização profissional.....	53
Gráfico 28	
Pertinência do estágio para a socialização profissional segundo a situação no emprego.....	54
Gráfico 29	
Frequência de acções de formação profissional.....	58
Gráfico 30	
Frequência de acções de formação segundo a situação no emprego.....	59
Gráfico 31	
Diplomados segundo a necessidade de frequentar acções de formação.....	61
Gráfico 32	
Necessidade de frequentar acções de formação profissional segundo a situação no emprego.....	62

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I	
Constituição da amostra.....	22
Quadro II	
Diplomados inquiridos por ano de término da licenciatura.....	26
Quadro III	
Idades por ano de licenciatura.....	27
Quadro IV	
Mudança de residência após o ingresso no ensino superior.....	28
Quadro V	
Concelho para onde mudaram a residência.....	28
Quadro VI	
Estado civil dos diplomados.....	28
Quadro VII	
Grupo doméstico dos licenciados.....	29
Quadro VIII	
Profissão dos pais dos diplomados inquiridos.....	30
Quadro IX	
Principais mudanças provocadas no emprego que já possuía antes da conclusão do curso.....	39
Quadro X	
Diplomados inquiridos segundo as principais razões para a inactividade.....	40
Quadro XI	
Distribuição dos diplomados segundo o tipo de diligência(s) efectuada(s) , nos últimos 30 dias, para encontrar emprego.....	41
Quadro XII	
Distribuição dos diplomados segundo o tipo de condições necessárias para aceitar emprego.....	42
Quadro XIII	
Distribuição dos diplomados inquiridos empregados que continuam a procurar emprego (situação actual).....	42
Quadro XIV	
Tipo de formação de âmbito académico após a obtenção do diploma.....	46
Quadro XV	
Razões para prosseguimento de estudos académicos.....	47
Quadro XVI	
Aspectos que contribuíram para o desempenho profissional.....	52
Quadro XVII	
Razões para o estágio profissional não ter contribuído para o desempenho profissional.....	52
Quadro XVIII	
Aspectos do estágio pedagógico que contribuíram para a socialização profissional.....	55

Quadro XIX	
Razões para o estágio pedagógico não ter contribuído para a socialização profissional.....	55
Quadro XX	
Aspectos Positivos do estágio pedagógico.....	56
Quadro XXI	
Aspectos negativos do estágio pedagógico.....	56
Quadro XXII	
Principais dificuldades do estágio pedagógico.....	57
Quadro XXIII	
Aspectos que mais agradaram no Estágio Pedagógico.....	57
Quadro XXIV	
Razões para frequentar acções de formação.....	59
Quadro XXV	
Áreas em que os diplomados frequentaram acções de formação.....	60
Quadro XXVI	
Áreas de formação em que os diplomados sentem necessidade	62

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, bem como ao longo de toda a minha vida, conheci pessoas que me marcaram e com as quais partilhei os bons e maus momentos nesta ainda curta mas proveitosa caminhada de 22 anos. Todas elas contribuíram, de uma ou de outra forma, para a minha formação como pessoa e como profissional das Ciências do Desporto e Educação Física. Assim, guardando para sempre a sua fiel amizade e esperando que nenhuma fique esquecida, o meu muito obrigado:

Ao Professor Doutor Rui Gomes, pela pertinente proposta de trabalho à qual tive o prazer de dedicar o meu esforço.

À Dr^a Elsa Silva pela sua compreensão e competência demonstrada ao longo de todo o estudo.

A todos os diplomados inquiridos, sem os quais a presente investigação não podia ter sido concretizada.

Aos amigos com os quais partilhei diariamente o mesmo tecto durante três anos do meu percurso académico. Pelos bons e pelos maus momentos partilhados que para sempre me ficarão na memória.

A toda a minha família, especialmente aos meus pais que pelo seu esforço, suor e lágrimas, possibilitaram a concretização desta etapa da minha vida. O seu amor e compaixão alimentaram-me o coração ao longo de toda a minha vida, saciando por completo todo o desejo de amor que um filho pode ter.

RESUMO

O presente estudo, orientado pela Dr.^a Elsa Silva e desenvolvido sob a coordenação do Prof. Dr. Rui Gomes, teve como objectivo conhecer e analisar o perfil social e trajectória profissional dos diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 98/99, 02/03 e 03/04, de forma a identificar a existência de um problema de integração sócio-profissional.

Utilizamos como universo de estudo os diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, nomeadamente uma amostra aleatória e representativa constituída por 75 sujeitos (48 masculinos e 28 femininos) que obtiveram a sua licenciatura nos anos lectivos 98/99, 02/03 e 03/04.

De modo a investigar a problemática da inserção sócio-profissional, inquirimos os diplomados através de questionário, relativamente a aspectos relacionados com o seu perfil social, a sua situação perante o emprego bem como aspectos relativos à sua formação.

O tratamento e análise dos dados recolhidos levaram-nos a concluir que a maioria dos diplomados se encontram empregados, estando a maioria dos diplomados empregados vinculados a contratos de trabalho individuais com termo. Por outro lado também confirmámos que as actividades exercidas pelos diplomados estão adequadas à sua formação académica. No entanto, devemos salientar o contexto em que os diplomados nos anos de 03/04 se inserem, contexto este caracterizado pela instabilidade e precariedade contratuais. Assim, e de acordo com o evidente contraste existente entre os diplomados nos anos lectivos de 98/99 e 02/03 e os diplomados no ano lectivo 03/04, podemos concluir que o mercado de trabalho na área da Educação Física sofreu alterações no período temporal considerado, alterações essas que conduziram a um aumento do desemprego e precariedade contratual.

Desta forma, se consideramos a existência de um problema de integração sócio-profissional, coloca-se em causa a adequação dos diplomados às exigências do mercado de trabalho, passando a resolução deste problema pela melhoria na articulação entre estas duas realidades.

ABSTRACT

I – INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no âmbito da realização do Seminário necessário para a aquisição do grau de Licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

O tema determinado para o referido Seminário é: “Observatório do Percurso dos Licenciados do FCDEF-UC”, sendo esta temática dividida em quatro dimensões correspondentes ao Perfil Social, Trajectória Escolar, Trajectória Profissional e Representações/Expectativas face à Trajectória Profissional dos licenciados.

A valorização do conhecimento como factor essencial para a competitividade das sociedades e, conseqüentemente, o reconhecimento crescente da importância da formação dos recursos humanos e da sua contribuição para o processo de desenvolvimento económico-social está na origem do presente trabalho que tem como objectivo geral a análise da integração socioprofissional dos recém-licenciados em Educação Física pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Sendo a educação um dos factores de promoção do desenvolvimento humano, de mobilidade social e do desenvolvimento global da sociedade, a análise da integração sócio profissional dos licenciados constitui um objecto de estudo de importância capital. A referida temática tem vindo a assumir uma visibilidade crescente, tornando-se objecto de atenção e debate nos meios académicos e na sociedade. Esta situação, tem origem nas modificações profundas do contexto em que a mesma ocorre, as quais fazem com que exista um clima de dúvida e interrogação sobre o significado e valor do diploma de Ensino Superior. De facto, as transformações verificadas na sociedade Portuguesa, no mercado de trabalho e a evolução das instituições Universitárias que, nos últimos anos, se viram confrontadas com um aumento da sua população, conduziram a que um aumento crescente de licenciados se veja obrigado a ocupar posições e a desempenhar tarefas não adequadas às suas habilitações.

Esta problemática deve ser alvo de atenção, não só pelo investimento individual que representa a frequência do ensino superior, mas também pelo investimento que o próprio país realiza.

Procurando responder à referida problemática, o presente estudo investiga a Origem Social e Trajectória Profissional dos diplomados, procurando estabelecer a relação entre a natureza dos conteúdos curriculares e a sua articulação com o sistema de emprego - trabalho.

1. OBJECTIVO E PERTINÊNCIA DO ESTUDO

“O crescimento do número de Diplomados do Ensino Superior, bem como o contexto económico e profissional em que se processa actualmente a inserção dos diplomados, têm originado um interesse crescente pelo debate e análise das questões do emprego destes diplomados”.

(Alves, 2003)

Assim, a análise da relação dos jovens com o mercado de trabalho constitui um campo de estudo em progressivo desenvolvimento, em ligação com a verificação de que a crise de reestruturação das sociedades e as mutações económicas e sócio-culturais afectam em primeiro lugar e directamente os jovens.

Deste modo, ao nível das políticas de emprego e de educação, são necessários instrumentos que permitam conhecer a situação dos jovens diplomados, de forma a simplificar a fase de transição para a vida activa. Torna-se assim necessária uma multiplicação de iniciativas de recolha de informação sobre os percursos profissionais após o diploma, as quais contribuem para colmatar as lacunas de informação neste domínio com que os governantes, responsáveis de instituições de ensino, diplomados, alunos e investigadores se têm confrontado.

Assim, a presente investigação reveste-se de primordial importância não só para a Faculdade de Ciências de Desporto e Educação Física em geral, mas também em particular para os seus alunos. Para a primeira, na medida em que vai contribuir para a apreciação do seu desempenho, permitindo apreciar a facilidade ou dificuldade que os seus licenciados têm em se inserir no mercado de trabalho. Já para os alunos, a importância deste estudo não é menor, permitindo averiguar até que ponto os conhecimentos adquiridos durante a Licenciatura serão necessários e aplicáveis no desempenho da sua profissão.

Em nosso entender, os dados retirados do estudo poderão ser importantes para planejar a evolução futura da instituição Universitária, em contexto isolado e nas relações com a sociedade onde se insere, e ainda, para apreciar a capacidade de aceitação dos seus recém licenciados no mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa ajudarão a conhecer a capacidade de inserção dos diplomados no mercado de trabalho, bem como as suas dificuldades, tipos de inserção, trajetórias e mobilidade profissional. Por outro lado também permitirá analisar a natureza das relações universidade/mercado de trabalho em cuja consolidação os diplomados desempenham um papel fundamental.

Finalmente, no que concerne à relevância científica da investigação, importa destacar que um amplo conjunto de autores (Trottier, Laforce, Perron e Diambomba, 1995; Tanguy, 1986) citados por Alves (2003), considera que o campo teórico da inserção profissional se encontra ainda pouco demarcado em termos conceptuais, apesar de nos últimos anos se ter verificado um acréscimo de trabalhos de recolha e análise neste domínio.

2. ESTRUTURA DO TRABALHO

A análise da relação dos jovens com o mercado de trabalho e particularmente no período de transição entre a fase escolar e a fase profissional desenvolveu-se em duas fases complementares.

Na primeira fase é elaborado um enquadramento teórico da temática relativa à Origem Social e Inserção Profissional dos licenciados através de um conjunto de referências do domínio das Ciências Sociais. As questões abordadas focam o processo educativo na dinâmica social, a origem social, as trajetórias profissionais e integração no sistema de emprego, a identidade profissional e as suas implicações na formação e na inserção profissional.

Numa segunda fase realiza-se uma apresentação dos dados que foram recolhidos através de um Inquérito por Questionário, administrado aos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade de Coimbra. O inquérito procura identificar as origens sociais, as trajetórias profissionais e de formação dos diplomados, colhendo dados empíricos que permitirão confirmar algumas das hipóteses formuladas inicialmente.

II – REVISÃO DA LITERATURA -

1. ENSINO SUPERIOR E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA

1.1. Origem Social e igualdade de oportunidades

A relação entre origem social e escolarização tem sido um dos temas mais estudados no âmbito da sociologia da educação. Trata-se de uma relação, algo ambígua, mas simultaneamente intensa, que os jovens e as famílias – as ultimas por intermédio dos primeiros – estabelecem com as instituições de ensino.

Inicialmente as instituições de ensino dirigiam-se a utentes com uma origem social precisa e só numa etapa posterior do seu desenvolvimento abriram as portas a indivíduos de classes sociais diversas, nomeadamente das mais desfavorecidas. Segundo Alves (2003), em meados do séc. XX assistiu-se a modificações que fazem com que o Ensino Superior deixe de ser uma experiência elitista. Esta democratização, permitiu o acesso aos que historicamente se tinham visto afastados da escola e estabeleceu a concretização de um ideal igualitário e libertário que via nessa medida uma forma de promover os mais desfavorecidos a uma condição de maior dignidade conferida pela educação escolar (Silva, 1999).

No entanto, a “escola libertadora” rapidamente se revelou uma fraca promotora de mobilidade social ascendente e da ambicionada igualdade de oportunidades. Mesmo não sendo este um propósito fácil de alcançar, não era suficiente garantir a igualdade de oportunidades de acesso, era também necessário propiciar condições que promovessem a igualdade de oportunidades para atingir o sucesso. À partida, com condições desiguais, os filhos das classes mais desfavorecidas, depressa evidenciaram dificuldades na progressão das aprendizagens, embora se registassem casos de “triunfo escolar”. Esta promoção social não era uma promoção de classe, mas sim de indivíduos, promoção essa devida, em grande parte, ao esforço e mérito individuais.

Numa sociedade hierárquica, desigual, a escola é a instituição que mais reproduz as desigualdades sociais de partida, não só porque a sua vocação igualitária está comprometida, visto que os instrumentos pedagógicos utilizados são homogéneos e, por isso, não contemplam a heterogeneidade dos seus utentes, como também porque a relação com o capital cultural é mais ténue nos casos dos filhos das

classes mais desfavorecidas (Bourdieu & Passeron, 1970). A “escola única para todos” apresenta, segundo os referidos autores, aspectos contraditórios, pois embora o acesso seja concedido a todos os jovens, nem todos estão da mesma forma na escola. É assumido formalmente que existe uma escola para todos mas na prática constata-se que não é efectivamente para todos, sendo o trabalho infantil e o abandono escolar precoce disso um exemplo, e mesmo quando é para todos não é de forma igual.¹ (Silva, 1999).

Benavente (1976) citada por Silva (1999), considera que o insucesso escolar é o resultado de uma relação social entre docentes e discentes, mediatizada pela respectiva origem social, originando um processo em que a instituição escolar transforma diferenças sociais entre os jovens, em diferenças escolares, justificando depois por estas diferenças escolares as futuras diferenças sociais. De acordo com esta perspectiva, numa sociedade desigual e estratificada, a escola reproduzirá as desigualdades sociais, acentuando-as ao longo da trajectória escolar.

A classe social é, nesta óptica de análise, uma variável independente muito determinante na construção dos destinos escolares/sociais dos indivíduos, encontrando na escola um meio propício à reprodução das condições de partida. Esta perspectiva é suportada por Baudelot & Establet (1992) citados por Silva (1999), que afirmam que a origem social permanece na nossa sociedade como a determinante fundamental do sucesso escolar. Husén (1976), reforça ainda mais esta ideia referindo que as oportunidades de acesso ao ensino superior traduzem o resultado de uma selecção que teve lugar ao longo do percurso escolar, a qual se exerce de forma desigual consoante a origem social dos sujeitos.

Particularmente no que se refere ao caso de Portugal, a afirmação anterior é suportada por diversos estudos (Mauritti, 2000; Cabrito, 1999; Carmo, 1999) nos quais os autores referem que, apesar da tendência para a generalização e democratização do Ensino Superior, existem ainda oportunidades desiguais de acesso consoante as origens sociais e regionais dos indivíduos.

Mauritti (2000) concluiu que “de forma genérica, o recrutamento da população estudantil que frequenta o ensino de licenciatura está predominantemente

¹ O insucesso escolar tem sido ultimamente discutido, tendo já em conta esta duplicidade das instituições educativas. Por um lado, assume-se que a escola é igual para todos, porque não limita o acesso – igualdade de oportunidades –, mas por outro, não considera as condições diferenciadas de quem quer aceder à educação escolar – desigualdade de desempenhos (Silva, 1999).

concentrado nas localizações de classe que detêm maiores recursos e influência na sociedade Portuguesa actual”.

Em conformidade com o autor acima referido, Cabrito (1999) concluiu que “a clivagem que pode encontrar-se entre a população Portuguesa e a população Universitária é evidente, denunciando, de forma clara, a natureza elitista do nosso Ensino Superior”

Por sua vez, Carmo (1999) concluiu ainda que a “desigualdade de oportunidades já não pode ser medida estabelecendo apenas a diferença entre os que acedem e os que ficam de fora, na verdade, a estratificação e diferenciação de oportunidades dá-se cada vez mais no próprio sistema”.

Estas afirmações, segundo Husén (1976), vão ao encontro das conclusões dos peritos internacionais: as políticas de promoção da igualdade de oportunidades desenvolvidas nos anos 60 e 70 só se concretizaram parcialmente e a supressão de obstáculos a essas desigualdades coexistiu com o surgimento de novas barreiras mais subtis.

Assim, sendo a passagem, com êxito, nas instituições de ensino e a consequente obtenção de diploma, um meio privilegiado para a integração socioprofissional, podemos afirmar que a origem social está directamente relacionada com a inserção e trajectória profissional do jovem no mercado de trabalho.

1.2 A Teoria do Capital Humano: uma referência incontornável

A Teoria do Capital Humano, responsável pela introdução no plano teórico da ideia de Educação como investimento, é uma referência incontornável na medida em que teve e tem fortes repercussões a nível teórico, bem como em termos da formulação das políticas de emprego e formação e ainda no plano das escolhas escolares e de emprego de indivíduos e empresas (Oliveira, 1998). De acordo com esta perspectiva, a Teoria do Capital Humano assume primordial importância, quer no plano Teórico, quer na definição de estratégias educativas, assumindo-se assim como uma referência preponderante no presente estudo.

As visões dominantes no período anterior aos anos 60, prévias à emergência da referida Teoria, defendiam que a Educação constitui um bem de consumo cuja procura depende de factores como o gosto pessoal ou o rendimento familiar. (Alves, 2003). A Teoria do Capital Humano introduz a ideia de Educação enquanto

investimento, factor relevante na análise do funcionamento do mercado de trabalho e na análise do crescimento económico (Oliveira, 1998). A referida Teorização estabeleceu uma fronteira entre os conceitos de educação enquanto bem de consumo e educação enquanto investimento Humano, traçando assim um novo rumo na análise de todo o sistema educativo. Deste modo, contribuiu para enfatizar a importância do factor humano enquanto investimento imaterial que, a par, com o investimento material (e.g. tecnologias) permitiria aumentar a produtividade.

Por investimento em Capital Humano, entenderam-se as actividades que aumentam os recursos das pessoas e que, dessa forma, contribuem para o aumento dos seus rendimentos físicos e monetários no futuro (e.g. a escolaridade, a formação contínua, os cuidados médicos).

O principal pressuposto desta Teoria é o de que as pessoas com maior nível de instrução são mais produtivas e recebem uma remuneração mais elevada (Becker, 1964). Partindo deste pressuposto, os diplomados do ensino superior receberiam salários mais elevados do que os diplomados de outros níveis de ensino inferiores, devido ao facto de garantirem uma produtividade mais elevada.

Tal como refere Alves (2003), a Teoria do Capital humano constitui uma referência incontornável nos primórdios da investigação sobre as relações entre educação e trabalho/emprego. De facto, a referida Teoria define uma clara correspondência entre a aquisição de um diploma escolar e o estatuto ocupacional/nível de correspondência. No entanto, esta correspondência será posta em causa a partir dos anos 70 do séc. XX, devido às alterações verificadas na esfera económica e ocupacional.

1.3 Abordagens das relações entre educação e trabalho/emprego

A partir da Teoria do Capital Humano divergiram duas diferentes abordagens da relação entre educação e emprego: a abordagem dos Recursos Humanos e a Abordagem da Procura Social de Educação.

A primeira centra-se principalmente nas exigências do mercado de trabalho, tendo como base o pressuposto de que as políticas educativas devem orientar-se pelas necessidades e exigências identificadas como essenciais para o reforço das actividades económicas (Teicher e Kehm, 1995, citados por Alves 2003). Nesta perspectiva e como instrumento de planeamento educativo, a referida abordagem propõe uma estreita dependência entre a evolução profissional e as orientações do

sistema educativo, o que naturalmente pressupõe uma estreita colaboração entre os sistemas político e educativo.

No entanto, de acordo com Alves (2003), podemos considerar limitações que conduzem à incerteza no plano planeamento educativo: 1º a dificuldade em planear a relação entre a estrutura profissional de uma dada economia e as exigências educacionais que a mesma coloca; 2º a dificuldade em prever as necessidades dos recursos humanos a longo prazo, ou mesmo apenas para os 3 ou 4 anos seguintes.

Ao nível da inserção profissional, a Teoria das Necessidades dos Recursos Humanos, introduziu um eixo de análise correspondente às necessidades e exigências que o mercado de trabalho coloca no sistema educativo (Alves, 2003). Deste modo, a inserção profissional dos diplomados é entendida como o resultado da resposta do sistema educativo às necessidades de recursos humanos. As dificuldades de inserção serão, portanto, atribuídas às dificuldades de análise e previsão das necessidades do emprego e à resposta das políticas educativas ao sistema educativo.

Ainda no que diz respeito análise da relação entre educação e emprego, podemos considerar uma segunda abordagem, a da Procura Social de Educação (Alves, 2003). Esta corrente tem como princípio orientador o livre acesso ao ensino superior, o que conseqüentemente envolve os conceitos de liberdade de escolha, a procura de talento e igualdade de oportunidades. Esta corrente introduz uma dimensão até então não considerada: a escolha e preferência do próprio diplomado no acesso ao ensino superior. No entanto, devemos ter em consideração as limitações que esta teorização implica: 1º a procura social de educação nem sempre corresponde às necessidades do emprego, orientando-se frequentemente pelas áreas onde a oferta de emprego é escassa ou está estagnada; 2º os interesses dos candidatos ao ensino superior por determinadas áreas de estudo nem sempre se baseiam no conhecimento sobre os domínios em que existem mais necessidades de profissionais.

Segundo este ponto de vista, as dificuldades de inserção profissional decorrem do facto de esta teoria se centrar somente nos alunos e nas suas opções, excluindo a evolução da esfera económica e profissional.

2. INSERÇÃO E TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS

A inserção e trajectória profissional de diplomados do ensino superior é, na actualidade, uma questão que assume importância para um número crescente de indivíduos provenientes de uma maior diversidade de origens sociais, económicas, educacionais e regionais.

Deste modo e de forma a melhor entender a problemática das trajectórias profissionais e a inserção profissional dos Licenciados em geral, e dos de Ciências do Desporto e Educação Física em particular, será pertinente definir primeiramente estes conceitos, para que posteriormente nos possamos debruçar mais especificamente sobre os mesmos.

Segundo referem Martins, Arroiteia e Gonçalves (2002), as trajectórias profissionais podem ser condicionadas por características que se prendem com o próprio licenciado (conjunto de aspirações e predisposições), ou podem depender de factores externos que se prendem com as próprias características do mercado ou com a própria sociedade, que constroem ou retardam a sua trajectória profissional. Neste sentido podemos considerar que existem dois modelos que podem explicar o que anteriormente foi referido:

O primeiro – modelo determinista – explica que o comportamento e a acção dos indivíduos, neste caso dos Licenciados, bem como os processos em que as relações sociais ocorrem, estão dependentes das Infra e/ou Super-Estruturas sociais. Nesta perspectiva, o Licenciado é determinado pela sociedade.

O segundo – modelo da acção – determina que são os indivíduos Licenciados que definem a sua própria trajectória, ou seja, as aspirações do Licenciados manifestam-se numa procura de posições sociais e profissionais de maior relevo.²

No que respeita ao conceito de inserção profissional, esta pode ser entendida como o espaço de tempo compreendido entre a saída dos Licenciados da universidade e a obtenção do emprego. Assim sendo, a inserção profissional é entendida como um período intermédio da saída dos sistemas de ensino ou de formação e a penetração no mercado de trabalho. Neste sentido, quando referenciamos os processos de inserção profissional, temos que falar necessariamente

² A consequência objectiva deste fenómeno foi a procura do Ensino Superior por grandes contingentes de alunos e conseqüentemente a criação de uma oferta excedentária de diplomados que o mercado de trabalho não conseguiu absorver contribuindo, assim, para o alargamento do espaço de tempo que medeia a obtenção do diploma e a entrada no mercado de trabalho .

em alternância entre desemprego, empregos precários e cursos de formação profissional (Alves e Ambrósio, 1996).

Os mesmos autores referem ainda que a fase de inserção dos indivíduos resulta da conjugação de três características distintas:

No *plano pessoal*, trata-se do período em que, na maior parte dos casos, o sujeito tem, pela primeira vez, contacto com o mundo do trabalho, enquanto responsável pelo desempenho de uma dada actividade profissional. Esta situação tem implicações nas dinâmicas de socialização e de construção identitária;

No *plano educativo*, trata-se do período em que, pela primeira vez, o sujeito aprende a desempenhar uma dada actividade profissional, para a qual o diploma lhe conferiu uma primeira habilitação, bem como tem de integrar-se em organizações e culturas de trabalho (fase de aprendizagem de inserção);

No *plano do emprego*, trata-se do período em que a instabilidade profissional e a precariedade contratual são mais acentuadas, embora as mesmas também se verifiquem em anos seguintes, dependendo de diversos factores como o diploma, a experiência e as oportunidades de trabalho dos indivíduos (fase de estabilização profissional).

Já para Vicens (1997), citado por Alves (2003) a inserção profissional não consiste apenas na descrição do percurso que separa a decisão de entrar na vida activa e a obtenção do primeiro emprego, mas estende-se até à realização do projecto profissional e de vida do indivíduo que consiste, para o mesmo autor, num emprego durável.

Esta ideia é também suportada por Arroiteia e Martins (1998) que referem que a transição para a vida activa constitui um movimento de deslocação em que não existe necessariamente um ponto terminal ou, quando este existe, nem sempre é definitivo por não responder a uma colocação estável ou estabilizada.

Segundo Alves e Ambrósio (1996), este conceito contempla duas vertentes complementares: uma que se prende com a vida activa no que respeita à procura de emprego ou de exercício do mesmo e outra relacionada com o que os autores designa por “projecto social” de que cada Licenciado é portador, ou seja, todo o conjunto de acções racionais, finalizadas e ordenadas, estruturantes da sua trajectória profissional.

Na mesma ordem de ideias, Alves (2003) entende a inserção profissional não simplesmente como a obtenção de um emprego, mas também e sobretudo como um

processo de socialização e construção indentitária, ou seja, como um processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Numa outra perspectiva, podemos referir que o projecto profissional do Licenciado depende do seu nível de formação e de factores inerentes a si próprio. Já a concretização efectiva desse projecto, depende do relacionamento do Licenciado com o mercado de trabalho. Nesta linha de raciocínio, Alves e Ambrósio (1996), definem ainda a inserção profissional como um processo estruturado, individual e social. Individual quando nos referenciamos ao projecto profissional e social quando contemplamos as influências das várias políticas de gestão de recursos humanos, a forma como os Licenciados são diferenciadamente valorizados e os processos de transição profissional.

Um dos aspectos fulcrais, a tomar em consideração na formação dos Licenciados em Desporto e Educação Física pela Universidade de Coimbra, é a obrigatoriedade de realização do Estágio para a obtenção da Licenciatura, uma vez que lhes permite uma inserção facilitada, “amortecendo” a sua entrada num mundo tão competitivo como é o do mercado de trabalho.

De acordo com (Batista, 1997), o Estágio constitui um precioso contributo para uma mais fácil transição da escola para o meio profissional. Assume-se, portanto, como uma forma de os Licenciados aplicarem os conhecimentos que adquiriram durante a Licenciatura e assimilarem outros, aproveitando-os como forma de aprendizagem de uma profissão. Neste sentido, podemos afirmar que o Estágio constitui uma forma de inserção profissional, num período crítico da transição do percurso académico para a vida activa.

2.1. O “novo” contexto em que se processa a inserção profissional de diplomados

As tendências de evolução verificadas no Ensino Superior nas últimas décadas contribuíram para formar um contexto em que surgem alterações relativamente aos contornos da questão da inserção profissional de diplomados do Ensino Superior.

A expansão do Ensino Superior tem resultado num crescimento do número de diplomados. Este crescimento verifica-se, de modo mais acentuado, a partir da década de 70, pois é a partir daí que a expansão do Ensino Superior se torna particularmente notória. Não obstante, no caso Português o peso dos diplomados de

Ensino Superior na população total é reduzido, por comparação com a situação que se verifica nos restantes países da União Europeia (Alves, 2003).

A partir da década de 90 assiste-se a um acentuado acréscimo da oferta do Ensino Superior, não só através do sector público como também do sector privado, processando-se a sua expansão pelas várias regiões do país (Batista, 1997).

Todavia, e apesar do alargamento da oferta do ensino superior, esta não satisfaz a procura. O ensino superior público oferece ainda um número muito reduzido de lugares face a um crescente aumento da procura. Esta situação contribuiu para o desenvolvimento do sector do Ensino Superior Privado, cujo contributo para o caudal de diplomados tende a aproximar-se do Ensino Superior Público a curto prazo (Batista, 1997). Alves (2003) reforça esta tendência, referindo que se regista um decréscimo dos diplomados do Ensino Universitário Público por comparação com o volume de diplomados dos outros sub-sistemas.

Estas medidas de política Educativa vieram traduzir-se num acréscimo do nível de escolaridade da população, consensualmente considerado factor-chave para o desenvolvimento económico, social e cultural de qualquer país (Batista, 1997). No entanto e, dado que as novas medidas de política educativa conduziram a um aumento substancial de jovens diplomados, coloca-se aos responsáveis políticos a questão de saber até que ponto o nosso mercado de trabalho tem capacidade para permitir a todos estes diplomados encontrar emprego (Batista, 1997). No caso da área da Educação Física e Desporto, Marques (2003) citado por Pereira (2005) retrata muito claramente o contexto actual: “Revela-se uma estrutura inadequada e desajustada na sua dimensão – excessiva no número de instituições (39) que fazem formação e no número de cursos (48) que oferecem”.

As dificuldades de emprego (desemprego e/ou precarização do emprego) decorrentes do aumento substancial de diplomados levam a pôr em causa a noção de inserção profissional como um percurso sequencial entre educação e trabalho/emprego, em que quanto mais elevado o nível de educação/formação inicial melhor seria o emprego obtido (Alves, 2003).

Segundo (Bregan, Kogan e Teichler, 1996) citados por Alves (2003), o diploma de Ensino Superior torna-se cada vez mais uma condição necessária mas não suficiente para a obtenção de emprego, considerando-se que o seu valor na vida activa está diminuído pelo facto deste não constituir já uma garantia automática de obtenção de um emprego. O diploma de Ensino Superior, embora não constitua uma

garantia contra o desemprego e a precariedade contratual, parece continuar a ser, pelo menos, um recurso importante que assegura aos seus detentores melhores condições de emprego, por comparação com os trabalhadores que possuem diplomas de níveis de ensino menos elevados (Alves, 2003)

A problemática de inserção no mercado de trabalho é, todavia, mais complexa do que pode parecer à primeira vista, pois não reside apenas num desajustamento quantitativo, isto é, se o volume da população diplomada ultrapassa ou fica aquém das solicitações do mercado de emprego. A questão coloca-se, também, em termos de desajustamento qualitativo, ou seja, se as qualificações da população diplomada se encontram ajustadas às necessidades reais do mercado de trabalho.

Nesta linha de pensamento, dir-se-á que, não basta elevar o nível educativo da população activa, aumentando o volume da população diplomada, torna-se imperioso que as instituições funcionem com os cursos adequados e ministrem os currículos que permitam aos diplomados obterem os conhecimentos necessários às exigências do mercado de trabalho (Batista, 1997).

Alves (2003), refere ainda que a diversificação das actividades profissionais dos diplomados de Ensino Superior é entendida, frequentemente ao nível do senso comum, como uma perda de estatuto social, na medida em que estes diplomados passam a ocupar-se em tarefas e funções consideradas menos prestigiadas e não superiores.

Deste modo, a oferta do ensino superior deve privilegiar áreas onde existam carências de qualificações, tendo em conta as alterações estruturais do emprego. Há, pois, que criar situações de tendência para um equilíbrio mais perfeito, entre as qualificações dos diplomados e as exigências da procura, por parte das entidades empregadoras

Por outro lado, exige-se ainda, que as instituições de ensino superior se dediquem à actualização e qualificação dos recursos humanos inseridos no mercado de trabalho, pois as alterações na estrutura do emprego exigem maiores níveis de qualificação e formação contínua.

2.2. A identidade profissional e sua influência na formação e inserção profissional

A problemática da identidade profissional constitui um factor fundamental para uma acomodada inserção socioprofissional. A construção identitária do diplomado desempenha um papel preponderante quer nos contextos dos percursos de inserção quer nos de formação.

Na perspectiva de Dubar (1991), a formação é essencial na construção das identidades profissionais, porque facilita a incorporação de saberes que estruturam, simultaneamente, a relação com o trabalho e a carreira profissional.

Se até há relativamente pouco tempo, os percursos de inserção profissional e formação eram vistos como dois mundos incomunicáveis e divergentes, recentemente essa perspectiva evoluiu para um reconhecimento das vantagens da aproximação destas duas realidades. A este propósito Alves (1998) afirma que “...tanto a formação académica inicial quanto a formação contínua são dimensões relevantes a ter em conta no estudo dos processos de construção de identidades sociais e profissionais na fase de inserção na vida activa”.

Para que possamos compreender melhor o processo de construção de identidade é ainda necessário ter em consideração que existe um elevado número de Licenciados na população activa, o que conduz a uma acentuada competitividade e a uma diminuição de vantagens na obtenção de emprego. Esta situação influenciará o processo de construção de identidade profissional dos Licenciados do Ensino Superior, obrigando a uma redefinição dos traços considerados peculiares e característicos da identidade profissional do diplomado. Para além disso, as experiências de desemprego e de emprego precário são susceptíveis de afectar a construção identitária na medida em que fragilizam os futuros profissionais e dificultam a concretização de projectos e aspirações (Alves, 1998).

A inserção na vida activa é um processo que vai ter implicações nas identidades, sejam elas profissionais ou sociais. Neste sentido, Costa (1994) faz uma distinção entre identidade profissional e identidade social. A identidade profissional reporta-se às categorias identificáveis no sistema de emprego, reenviando a questão à esfera económica. Quanto à identidade social, esta reporta-se ao domínio do *status* social (Costa, 1994).

Seguindo a mesma linha de pensamento, podemos afirmar que a identidade social decorre da transmissão de conhecimentos e técnicas, normas, valores e

hábitos, realizada de geração em geração. Desta forma, a identidade profissional do Licenciado pode ser considerada como um processo de produção social, uma vez que é moldada por várias componentes de natureza cultural, religiosa, étnica, linguística, entre outras, dependentes das mudanças profundas e rápidas da sociedade quer sejam elas sociais, políticas, económicas e tecnológicas.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que o processo de inserção profissional e a identidade do Licenciado influenciam-se mutuamente, isto é, o primeiro pode ser condicionado quer por factores externos (como caso da conjuntura económica que pode facilitar ou dificultar o acesso ao emprego) quer por factores internos ao Licenciado (a forma como este se afirma, se identifica, a afirmação identitária de si mesmo).

Segundo Alves (1998), parte dos problemas sentidos na fase de inserção são explicados pela inexistência de uma identidade profissional claramente definida no quadro da qual seja possível identificar valores, actividades preferidas e qualidades pessoais.

A construção de identidades profissionais, na fase de inserção na vida activa é determinada por três dimensões complementares: dimensão ensino/formação, dimensão trabalho/emprego e dimensão pessoal/social.

A dimensão ensino/formação é formada pelos cinco anos da licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física e pelo processo posterior de formação dos Licenciados. Assim, a obtenção da Licenciatura influencia não só a auto-imagem, mas também a imagem que os outros têm dos Licenciados, contribuindo ainda para um primeiro conjunto de aspirações, saberes e atitudes sobre o mundo do trabalho, que têm bastante influência na construção da primeira identidade profissional.

No que concerne à dimensão trabalho/emprego, podemos dizer que esta se relaciona com a facilidade ou dificuldade na obtenção de um emprego estável e com as características dos contextos de trabalho dos Licenciados.³ As duas dimensões anteriores só ganham sentido se tivermos em conta a trajectória pessoal e social do Licenciado (dimensão pessoal/social). Esta dimensão reveste-se de uma capital importância, pois o facto de o Licenciado pertencer a um determinado grupo social tem influência nas escolhas que constituem o seu percurso universitário, formativo e

³ Um percurso instável e caracterizado pela insatisfação do Licenciado dificulta a construção de uma identidade profissional de base que lhe permita projectar-se no futuro (Alves, 1988).

profissional. Se as dimensões ensino/formação e trabalho/emprego sofrerem modificações, a dimensão pessoal/social será afectada na medida em que o levantamento de problemas no percurso profissional de um licenciado acarretará transformações na sua identidade social, mudanças estas manifestadas em sentimentos de frustração, angústia e não realização profissional.

3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ENQUANTO PROCESSO

“O novo século, tempo de esperança por excelência, encerra um precioso tesouro que pode ser a chave da conversão de uma utopia inalcançável em visão motora e mobilizadora das consciências e das boas vontades. Esse fabuloso tesouro a descobrir pelas gerações vindouras, o qual pode constituir os alicerces de um “humanismo XXI” a partilhar no oceano da intensa comunicação que caracteriza o tempo próximo, é nada mais, nada menos do que a educação”

(Roberto Carneiro, 2000)

Nas sociedades contemporâneas o investimento no saber e na qualificação dos recursos humanos são apostas de futuro e de progresso. A educação é assim um dos factores principais de promoção do desenvolvimento humano, de mobilidade social, e do desenvolvimento global da sociedade (Arroteia e Martins, 1998).

A educação deve transmitir, de forma massiva e eficaz, cada vez mais saberes e saberes-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro.

De acordo com Delors (2001), de forma a dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, durante toda a vida, serão os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver em comum*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas e finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. Estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta. Segundo o mesmo autor e em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o *aprender a*

conhecer e, em menor escala, para o *aprender a fazer*. As duas restantes aprendizagens dependem, a maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas como prolongamento, dalgum modo natural, das duas primeiras. Delors (2001) propõe que cada um dos quatro pilares do conhecimento deve ser objecto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que toda a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo durante toda a vida, no plano cognitivo e prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade.

De modo a enfrentar os desafios do próximo século, devem-se traçar novos objectivos à educação e, portanto, mudar a ideia que se tem da sua utilidade. Uma nova concepção de educação deve fazer com que todos possam descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo – revelar o tesouro escondido em cada um de nós. A visão puramente instrumental deve ser ultrapassada, passando esta a ser considerada em toda a sua plenitude: realização de pessoa que, na sua totalidade aprende a ser.

Nesta perspectiva educativa a inserção profissional também ocupa um papel preponderante, pois determina uma fase crítica na formação do indivíduo.

Trata-se de uma abordagem educativa na medida em que se entende a inserção profissional não simplesmente como a obtenção de um emprego, mas também e sobretudo como um processo de socialização e construção identitária e ainda como um processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, ou seja, como um processo educativo (Alves, 2003).

Ao entender a inserção profissional como um processo educativo, de acordo com a perspectiva que acabamos de explicitar, temos subjacentes dois traços distintivos do conceito de Educação. Por um lado, a ideia de que o processo educativo é antropocêntrico, na medida em que a pessoa é o sujeito da sua própria educação e do seu desenvolvimento pessoal que têm lugar em constante interdependência com o meio (social, cultural, natural) envolvente. Por outro lado, está subjacente uma concepção da educação que não se limita ao espaço e tempo escolares, mas que tem lugar ao longo de toda a vida do indivíduo e nos vários contextos da sua existência (Alves, 2003).

3.1 A formação Inicial dos profissionais de Educação Física

A formação inicial apresenta uma importância capital no futuro desempenho profissional do diplomado. Este papel de relevância pressupõe que esta seja caracterizada pela qualidade e rigor e, de acordo com Proença (2002), “fundamentada em conhecimentos que capacitem os profissionais para desempenharem a sua função com o maior nível qualitativo que esteja ao seu alcance”.

No âmbito da formação inicial a especialização precoce não se afigura o caminho mais adequado e a generalização e o enciclopedismo, deixaram, há muito, de responder às exigências actuais. Deve-se portanto estabelecer um equilíbrio entre estes dois pressupostos, formando profissionais com os conhecimentos adequados à sua fase de aprendizagem profissional. Nesta perspectiva o estágio pedagógico assume grande importância, na medida em que, tal como refere Proença (2002) “constitui o clímax de um processo de formação que garanta o domínio das competências requeridas pela profissão docente”. O estágio integrado deve mesmo ser inteiramente assumido pelas Faculdades como o mais decisivo e importante ano da formação do futuro professor.

A experiência e o trabalho colectivo de muitos orientadores universitários de Estágio ao longo dos anos, com centenas de estagiários em largas dezenas de Escolas, bem como todos os estudos produzidos neste âmbito são concordantes com as inequívocas vantagens de um estágio pedagógico no futuro desempenho profissional do diplomado (Proença, 2002).

Vários elementos condicionam o seu sucesso, destacando-se entre eles as relações desenvolvidas entre o estagiário e o seu orientador. De acordo com Piéron (1996), o orientador de estágio tem um papel fundamental no processo de socialização do estagiário. De facto, a transmissão de ideias, informações, encorajamentos e/ou críticas por parte do orientador terão influência directa no desempenho do estagiário, especialmente se esta influência for negativa.

Numa abordagem bastante crítica ao estado actual da formação inicial, Pereira (2005), refere que esta é constituída por mundos completamente distintos, na sua génese e objectivos de formação, fruto da proliferação do número de licenciaturas, algumas das quais deixando muito a desejar. A referida oferta heterogénea e diversificada na formação inicial, na estrutura curricular e no conteúdo, conduz a que

os recém formados cheguem ao campo profissional com concepções e modelos diversos, diferentes competências, linguagens e representações.

Este contexto, segundo Bento (1993) encontra-se sucintamente caracterizado pelas seguintes lacunas: 1º tradição da unidimensionalidade – falta de ajustamento à pluridimensionalidade do campo profissional; 2º ausência de uma referência inequívoca a uma área científica específica; 3º insuficiência na incorporação das noções de “profissionalidade e “competência profissional”.

De acordo com os factos acima referidos, torna-se urgente uma reflexão sobre a qualidade da formação inicial dos profissionais de Educação Física e Desporto, dada a sua evidente e mais que comprovada influência no futuro desempenho profissional dos diplomados.

3.3 Formação contínua: a importância do saber na sociedade actual

“ O projecto educativo é incontornavelmente, para cada pessoa, o projecto de uma vida inteira”

(Roberto Carneiro, 2000)

O conceito de educação deve ser assumido como um processo de aprendizagem durante toda a vida, isto é, facultando a cada indivíduo a capacidade de saber conduzir o seu destino, num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenómeno da globalização (Martins, Arroteia e Gonçalves, 2002).

Concluído o curso superior (formação inicial), abre-se uma nova etapa na trajectória dos diplomados: a inserção no mercado de trabalho. No entanto, uma vez que não se processa de forma automática e/ou definitiva, esta inserção não determina necessariamente uma separação da esfera académica. De facto, o acesso ao emprego por parte dos diplomados do Ensino Superior tem vindo a tornar-se cada vez mais difícil, dada a escassez da oferta (Arroteia e Martins, 1998).

Por outro lado, nem sempre o emprego obtido tem um carácter definitivo, seja em virtude das relações contratuais precárias que o caracterizam, seja por efeito da dissociação entre o tipo de emprego e as expectativas dos diplomados. A questão que se coloca é se a continuação dos estudos académicos pós-graduados se deve, ao facto

antes referido, de os diplomados pretenderem aumentar o seu potencial de saberes e de certificação e por conseguinte maior capacidade negocial aquando da sua entrada na vida activa ou, se pelo contrário, é a forma encontrada pelos diplomados para protelarem a sua entrada no sistema de emprego, pela falta deste ou pela desadequação à formação e às aspirações detidas pelos diplomados.

A educação contínua é também uma construção constante da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir, permitindo que a pessoa tome consciência de si própria e do meio que a envolve, de modo, a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade (Carneiro, 1997). Esta ideia é também suportada por Drucker, 1995, citado por Cunha 2000, que refere que aprendizagem contínua durante a vida activa será, cada vez mais, um requisito exigido a qualquer trabalhador. Na mesma linha de raciocínio, Carneiro (1997) entende a educação como um processo permanente, porque a rápida evolução das condições de trabalho e de vida exigem uma readaptação constante das nossas qualificações, conhecimentos e aptidões.

Apesar da educação inicial dos jovens tender a prolongar-se, a evolução rápida do Mundo exige uma actualização contínua dos saberes. Paralelamente, a própria educação está em plena mutação: as possibilidades de aprender oferecidas pela sociedade exterior à escola multiplicam-se em todos os domínios enquanto que a noção de qualificação, no sentido tradicional, é substituída em muitos sectores modernos da actividade, pelas noções de competência evolutiva e capacidade de adaptação (Cunha, 2000). Na mesma linha de raciocínio Teotónio Lima (1997) citado por Proença (2002), refere que “as exigências pessoais colocam o professor de educação física em permanente avaliação da sua competência profissional, em actividade rigorosamente especializada”.

De forma a responder às rápidas evoluções verificadas, a adaptabilidade humana constituirá o atributo e a maior valia para a sobrevivência no âmago da sociedade da informação, emergirá da conjugação de três vectores essenciais: A *educabilidade*, ou seja, o potencial de aprender continuada e permanentemente; a *criatividade*, isto é o potencial de gerar soluções e respostas inovadoras a cada nova situação; a *eticidade*, ou seja, o potencial de discernir entre caminhos na base de um conhecimento temperado por uma cultura de valores universais e de referentes axiológicos (Carneiro, 1997 II). Alves (2003), na mesma linha de raciocínio, refere que o profissional deverá desenvolver capacidades que anteriormente se revelavam

menos pertinentes, mas que no actual contexto assumem uma importância redobrada. Entre as referidas capacidades destacam-se a *iniciativa*, a *autonomia* e a *criatividade*, bem como o desenvolvimento da capacidade de analisar o contexto (global, local, organizacional) em que o sujeito desempenha a sua actividade profissional.

No caso específico das Ciências do Desporto e Educação Física, Pereira (2005) caracteriza a situação da formação inicial nos últimos tempos nos seguintes aspectos: 1º desarticulação entre formação inicial e formação contínua; 2º inúmeras acções desenvolvidas que não vão ao encontro das necessidades e interesses dos destinatários; 3º instituições de ensino superior que não consideram a formação contínua como aspecto relevante no seu projecto de desenvolvimento; 4º distanciamento entre os profissionais que efectuam investigação e os que estão no terreno; 5º profissionais que buscam na formação contínua somente a obtenção de créditos para ascensão profissional.

De forma a sintetizar a importância da formação contínua, podemos referir que a excelência do ensino é um factor crucial para assegurar a qualidade da educação a todos os níveis sendo indispensáveis professores bem qualificados e fortemente motivados. Se pretendemos melhorar a qualidade de ensino, torna-se fundamental manter uma formação contínua de qualidade que contribua para o desenvolvimento profissional dos professores

Assim, uma das finalidades que deve estar associada à formação de professores, é desenvolver nestes as qualidades de ordem ética, intelectual e afectiva que a sociedade espera que possuam de modo a poderem cultivar nos seus alunos o mesmo leque de qualidades.

III – METODOLOGIA

1. AMOSTRA

A selecção dos sujeitos efectuou-se, aleatoriamente, entre os alunos que realizaram todo o seu percurso académico superior na Licenciatura da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, concluindo a referida licenciatura nos anos Lectivos de 1998/1999, 2002/2003 e 2003/2004.

Procurou-se realizar um estudo o mais abrangente possível, com um número representativo de licenciados, já que na análise de um fenómeno social como o que se trata na presente investigação, dificilmente se consegue inquirir a totalidade dos membros de um conjunto – Universo – que se pretende analisar.

Deste modo, recorremos a técnicas que viabilizaram a construção de uma porção – Amostra – desse mesmo Universo. Assim, de um Universo de 198 licenciados, foram contactados 113 sujeitos de forma a actualizar a respectiva morada electrónica. Posteriormente e após a revisão do questionário, este foi enviado via Internet para 111 dos sujeitos contactados, dos quais obtivemos 75 respostas válidas (contabilizadas até 31 Março, prazo limite de recepção dos questionários).

Quadro I

Constituição da amostra

	Inquéritos enviados				Inquéritos recebidos				*	
	N		%		N		%		%	
	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂	♀	♂
1999	10	17	25	23,9	6	12	22,2	25	60	70,6
2003	14	24	35	33,8	13	20	48,2	41,7	92,8	83,3
2004	16	30	40	42,3	8	16	29,6	33,3	50	53,3
Total	40	71	100	100	27	48	100	100	67,5	67,6

* Rácio (em percentagem) do número de questionários recebidos relativamente ao número de questionários enviados.

Deste modo e observando o quadro I, verificamos que a amostra é constituída por 75 sujeitos, dos quais 18 correspondem aos licenciados que concluíram a licenciatura no ano lectivo 98/99, 33 em 02/03 e 24 em 03/04.

Em termos de proporções verificamos uma participação média de 37,9% dos licenciados que constituem a amostra, relativamente ao Universo dos licenciados da faculdade que terminaram o curso nos anos em questão. Tendo em conta que, em

termos estatísticos, para uma amostra ser representativa do Universo a estudar, esta deverá constituir, no mínimo, 30% desse mesmo Universo, os resultados obtidos no presente estudo apresentarão validade.

2. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

De modo a concretizar os objectivos traçados inicialmente para a execução da presente investigação, adoptámos as seguintes metodologias: análise do inquérito; retirado do ODES (2002) e posteriormente adaptado à realidade em estudo por Malaíño (2003), Chorão (2003) e Costa (2003), análise documental; inquérito por questionário e análise estatística dos dados obtidos

Assim, após dispormos do questionário analisámos quais as questões pertinentes a formular aos licenciados. Concluímos que, de modo a estabelecer comparação com o estudo realizado anteriormente, estudo este relativo aos licenciados que concluíram a licenciatura nos anos lectivos de 99/00, 00/01 e 01/02 deveríamos manter as questões analisadas no referido estudo, estendo a análise a questões que também considerámos importantes para concretização da presente investigação. Assim, a principal razão pela qual optamos por não construir um novo instrumento de inquirição foi a possibilidade de permitir a comparabilidade dos resultados com os resultados do estudo realizado previamente, beneficiando também da utilização de um instrumento de inquirição que já tinha sido testado através de pré-testes e de uma aplicação efectiva a uma amostra de diplomados. Parece-nos interessante e bastante pertinente garantir – num período em que se multiplicam as iniciativas de recolha de informação sobre os percursos profissionais dos diplomados em vários estabelecimentos de ensino superior – condições para a comparabilidade entre os dados recolhidos pelas diversas instituições. Deste modo, esta situação permitirá conhecer de forma ainda mais aprofundada e rigorosa essa realidade, bem como ter uma visão de conjunto sobre a transição para a vida activa dos diplomados de ensino superior, nomeadamente dos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física.

Em seguida, o questionário foi enviado através da Internet aos diplomados contactados previamente via telefone. Esta alteração em relação ao estudo realizado anteriormente por Malaíño (2003), Chorão (2003) e Costa (2003), prendeu-se com a tentativa de otimizar o número e tempo de resposta aos inquéritos enviados.

2.1 Caracterização do inquérito

O inquérito, de carácter retrospectivo e de administração indirecta (via Internet), teve por base, como já referido previamente, o inquérito aplicado no estudo relativo aos diplomados nos anos lectivos de 99/00, 00/01 e 01/02.

O questionário contempla 4 dimensões consideradas fundamentais para a análise dos percursos sócio-profissionais dos diplomados: origem social, trajectória escolar, trajectória profissional e representações e expectativas dos licenciados em termos do percurso educativo e profissional. O presente estudo, reporta-se apenas às dimensões origem social e trajectória profissional.

O grupo de questões relativas à origem social tem por objectivo caracterizar os sujeitos a nível pessoal, familiar, social, económico e cultural. O grupo é constituído por 14 questões, organizadas em 4 subconjuntos: caracterização do indivíduo, nível de escolaridade dos pais e do cônjuge, condição dos pais perante o trabalho e situação dos pais na profissão.

Por outro lado, o grupo de questões relativas à trajectória profissional, tem por objectivo descrever o percurso profissional dos indivíduos inquiridos desde que concluíram a Licenciatura até à actualidade (Fevereiro/Março de 2005). O conjunto de questões é constituído por 63 questões organizadas em 6 grandes grupos: caracterização da trajectória profissional pós-conclusão do curso, formação académica pós-diploma do ensino superior, caracterização da situação profissional imediatamente a seguir (6 meses seguintes à conclusão da Licenciatura), caracterização da situação profissional um ano e meio após a conclusão do curso, caracterização da situação actual e formação profissional.

2.1. Análise de Documentos

De acordo com Pardal e Correia (1995), a análise documental é um procedimento de recolha de informação imprescindível em qualquer investigação. Sendo o recurso a fontes documentais, uma tarefa árdua e complexa, o objecto de estudo deve ser definido claramente, permitindo uma clara delimitação dos conteúdos a pesquisar. Também a fiabilidade e imparcialidade dos documentos

recolhidos deve ser tomado em conta, pois certas fontes documentais podem fornecer dados não representativos.

A consulta de documentos subordinados à temática do Perfil Social e Inserção Profissional de diplomados, permitiu-nos tomar conhecimento dos aspectos mais pertinentes a desenvolver na presente investigação, estabelecendo, deste modo, um enquadramento teórico imprescindível ao desenvolvimento do estudo.

2.2 Inquérito por Questionário

Segundo Quivy (1992) o inquérito por questionário é uma técnica que consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, representativos de uma população, uma série de perguntas relativas a dados factuais (domínio pessoal, contexto, comportamento) e opiniões individuais (opiniões, atitudes). Os inquiridos são questionados acerca da sua situação social, profissional ou familiar, das suas opiniões, da sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, das suas expectativas, do seu nível de conhecimentos ou de uma consciência de um acontecimento ou de um problema.

2.3 Análise e Tratamento dos Dados

Os dados obtidos através da aplicação do Questionário relativo ao Perfil e Trajectória dos Licenciados foram tratados por meio de software específico para o efeito, o programa S.P.S.S. – “Statistical for the Social Sciences” versão 12.0 © 2002 SPSS, Inc.

Foram elaborados quadros de apuramento, de forma a agrupar toda a informação relativa aos inquéritos, os quais apresentamos em anexo de forma a não sobrecarregarmos o corpo do trabalho (Anexo 2). Estes quadros serviram de base à elaboração de tabelas e gráficos que nos permitiram retirar as informações com maior pertinência, informações essas apresentadas no capítulo seguinte.

No que respeita ao tratamento estatístico utilizámos a estatística descritiva, na qual apresentamos o cálculo dos vários parâmetros estatísticos descritivos de modo a organizar e analisar os dados relativos à amostra, recorrendo às tabelas de frequências e respectivos valores percentuais.

IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A amostra, como foi previamente referido, é constituída pelos diplomados nos anos lectivos de 98/99, 02/03 e 03/04 que iniciaram e concluíram a Licenciatura na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Os resultados obtidos através da aplicação do questionário (Anexo 1) caracterizam o enquadramento da população inquirida, perfil social da mesma, situação profissional dos diplomados e aspectos relativos à sua formação.

1. ENQUADRAMENTO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA

Quadro II

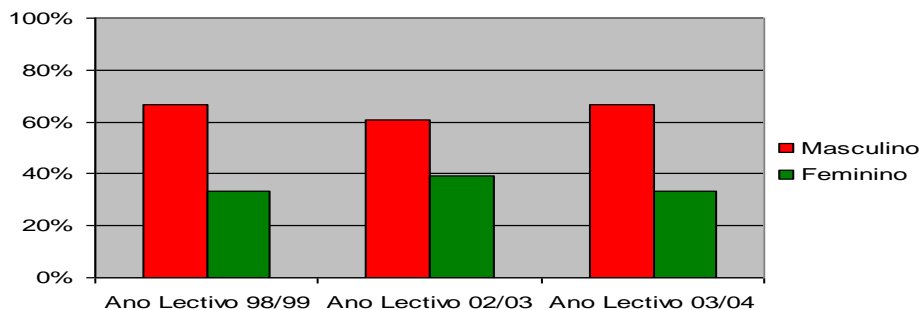
Diplomados inquiridos por ano de término da licenciatura

Ano de conclusão	Frequência (N)	Percentagem (%)
98/99	18	24
02/03	33	44
03/04	24	32
TOTAL	75	100

Por meio da análise do Quadro II verificamos que a amostra do presente estudo é constituída por 75 sujeitos, dos quais 18 (24%) terminaram a licenciatura no ano lectivo 98/99, 33 (44%) no ano 02/03 e 24 (32%) no 03/04. Constata-se portanto uma ligeira predominância, ou seja, uma maior representatividade dos indivíduos que terminaram a licenciatura no ano lectivo de 02/03.

Gráfico 1

Diplomados inquiridos segundo o sexo por ano de término da licenciatura



No que respeita ao sexo dos sujeitos inquiridos e atendendo ao gráfico 1 e ao quadro 1.2 (Anexo 2), verifica-se uma predominância do sexo masculino em todos os períodos temporais considerados. Assim em 98/99 foram inquiridos 12 sujeitos

(66,7%) do sexo masculino e 6 (33,3%) do sexo feminino, em 02/03, 20 (60,6%) do sexo masculino e 13 (39,4%) do sexo feminino e finalmente, no ano lectivo 03/04, 16 (66,7%) do sexo masculino e 8 (33,3%) do sexo feminino. No quadro geral dos 75 diplomados inquiridos, 48 (64%) pertencem ao sexo masculino e 27 (36%) ao sexo feminino.

Quadro III

Idades por ano de licenciatura

Idade dos inquiridos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (N)
24	0	0	19	19
25	0	23	3	26
26	0	5	1	6
27	0	5	0	5
28	0	0	1	1
29	14	0	0	14
30	2	0	0	2
31	1	0	0	1
45	1	0	0	1
Média de idades	30,1	25,5	24,3	26,6
TOTAL (N)	18	33	24	75

No que respeita à idade dos diplomados inquiridos, constata-se, pela observação do quadro III, que a larga maioria dos licenciados concluiu o curso dentro do tempo curricular mínimo (cinco anos).

As excepções que confirmam a regra podem dever-se essencialmente a factores de ordem sócio-económica, na medida em que os alunos se vêem obrigados a exercer uma profissão para continuar a estudar e assim terem de conciliar esta com o seu percurso académico ou devido a razões relacionadas com a trajectória escolar anterior à entrada no ensino superior (retenções em anos anteriores).

2. PERFIL SOCIAL

Quadro IV

Mudança de residência após o ingresso no ensino superior

Mudança de residência	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Sim	88,9	87,9	91,7	89,3
Não	11,1	12,1	8,3	10,7
TOTAL (%)	24	44	32	100

Observando o quadro IV, referente à mudança de residência devido ao ingresso no ensino superior, verificamos que a larga maioria dos diplomados inquiridos (89,3%) viu-se obrigada a mudar de residência com o ingresso no ensino superior.

Quadro V

Concelho para onde mudaram a residência

Concelho	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Coimbra	62,5	96,6	100	89,6
Figueira da Foz	6,3	0	0	1,5
NS/NR	31,2	3,4	0	8,9
TOTAL (%)	23,9	43,3	32,8	100

Relativamente ao concelho para onde os diplomados se mudaram (quadro V), verifica-se claramente que o local onde frequentam a licenciatura é, predominantemente, o local escolhido para residir. Assim 89,6% dos licenciados referem ter mudado a sua residência para o concelho de Coimbra, enquanto que uma percentagem pouco expressiva (1,5%), mudou de residência para o concelho da Figueira da Foz.

Quadro VI

Estado civil dos diplomados

Estado civil	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Divorciado/separado	11,2	0	0	2,7
Casado/união de facto	44,4	9,1	0	14,7
Solteiro	44,4	90,9	100	82,6
TOTAL (%)	24	44	32	100

O quadro VI apresenta-nos o estado civil dos licenciados, verificando-se que 82,6% dos diplomados inquiridos são solteiros, 14,7% são casados ou vivem em união de facto e uma baixa percentagem (2,7%) encontra-se divorciado/separado.

Quadro VII

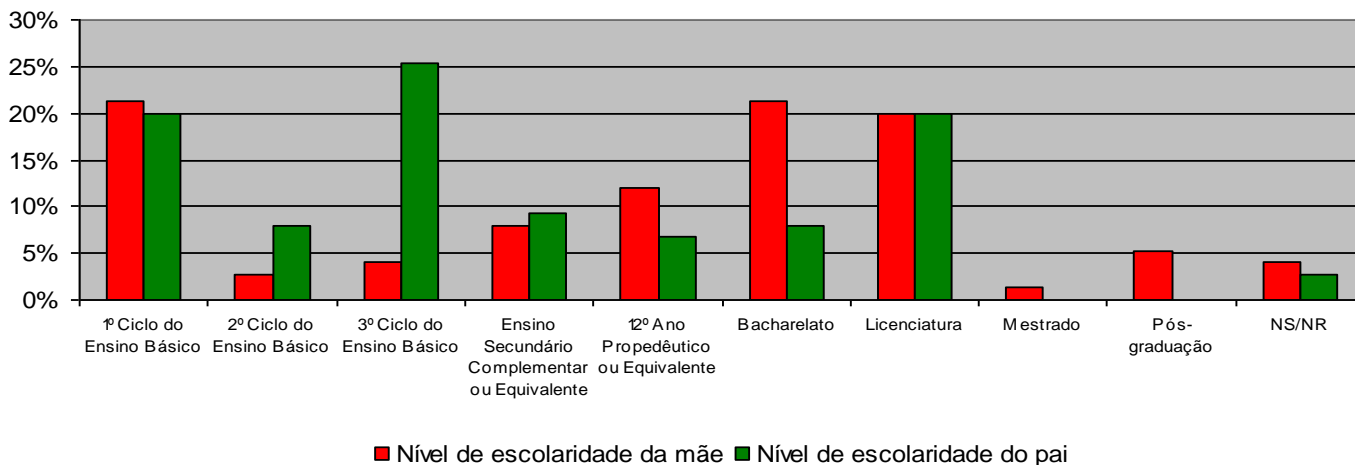
Grupo doméstico dos licenciados

Grupo doméstico	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Vive sozinho	27,8	48,5	37,5	40
Vive c/pai/padrasto/ e mãe/madrasta	11,1	30,3	45,8	30,7
Vive c/pai e irmãos	5,6	9,1	4,2	6,7
Vive c/pai/padrasto ou mãe/madrasta	5,6	0	4,2	2,7
Vive com cônjuge/companheiro	27,7	3	0	8
Vive c/ amigos	16,6	9,1	8,3	10,6
Vive c/ cônjuge e filhos	5,6	0	0	1,3
Outros	0	0	0	0
TOTAL (%)	24	44	32	100

Analisando o quadro VII, referente ao grupo doméstico dos licenciados, constatamos que 40% dos sujeitos inquiridos vive sozinho, 30,7% vive com o pai/padrasto/ e mãe/madrasta, 10,6% vive com amigos, 8% vive com o cônjuge/companheiro, 6,7% vive com o pai e irmãos, 2,7% vive com o pai/padrasto ou mãe/madrasta e apenas 1,3% vive com o cônjuge e filhos.

Gráfico 2

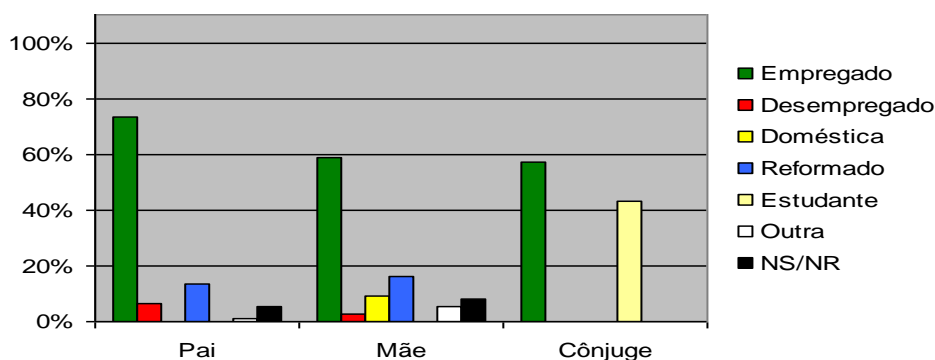
Nível de escolaridade dos pais dos diplomados inquiridos



Analisando o gráfico 2, respeitante ao nível de escolaridade dos pais e mães dos diplomados, verificamos que uma porção significativa, quer de pais, quer de mães se distribui pelo 1º ciclo do Ensino Básico (20% e 21,3% respectivamente) e pelo grau de Licenciado (20% dos pais e 20% das mães). De salientar ainda a percentagem significativa de mães com o grau académico de Bacharel (21,3%) e a percentagem de pais que possuem o 3º ciclo do ensino básico (25,3%). Finalmente, observa-se que as mães são as únicas possuidoras do nível académico de Mestre e Pós graduado.

Gráfico 3

Condição dos pais/cônjuge perante o trabalho



No que diz respeito à condição dos pais/cônjuges perante o trabalho (gráfico 3), verificamos que 73,3% dos pais e 58,7% das mães se encontram empregados, ao passo que da totalidade dos cônjuges/companheiros, 57,1% encontra-se empregado e 42,9% a estudar.

Quadro VIIIProfissão dos pais dos diplomados inquiridos⁴

Profissão	Pai	Mãe	TOTAL (%)
Dirigentes e quadros superiores da administração pública	6,7	4	7,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	33,3	30,7	21,8
Técnicos e professores de nível intermédio	22,7	21,3	15,5
Pessoal administrativo e similares	6,7	16	15,5
Pessoal dos serviços e vendedores	9,3	4	9,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	6,7	2,7	6,4
Operários, artífices e trabalhadores similares	9,3	8	11,8
Operadores de instalações e máquinas e trabalho de montagem	1,3	0	0,85
Trabalhadores não qualificados	4	12	10,9
Outros trabalhos/sem profissão	0	1,3	0,85
TOTAL (%)	100	100	100

Analisando o (quadro VIII), relativo à profissão exercida pelos pais e mães dos diplomados inquiridos, verificamos que 33,3% dos pais são especialistas de profissões intelectuais e científicas e 22,7% técnicos e professores de nível

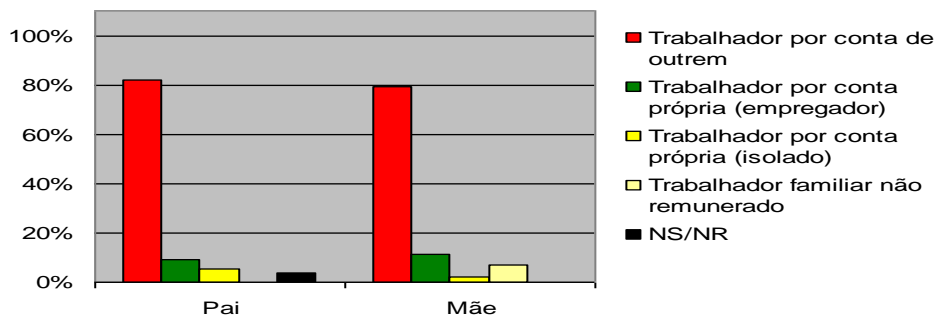
⁴ São 9 as profissões consideradas de acordo com a Classificação Nacional de Profissões (ODES, 2002): Dirigentes e quadros superiores da administração pública, Especialistas das profissões intelectuais e científicas, Técnicos e professores de nível intermédio, Pessoal administrativo e similares, Pessoal dos serviços e vendedores, Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca, Operários, artífices e trabalhadores similares, Operadores de instalações e máquinas e trabalho de montagem e Trabalhadores não qualificados.

intermédio, sendo estes os valores de maior significância. No caso das mães dos diplomados, a larga maioria também se distribui por especialistas das profissões intelectuais e científicas (30,7%) e por técnicos e professores de nível intermédio (21,3%).

Os resultados obtidos, relativamente à profissão dos pais dos inquiridos, vão ao encontro dos resultados do estudo de Mauritt (2000), nos quais o autor conclui que o recrutamento da população estudantil do ensino superior está predominantemente concentrado nas localizações de classe que detêm maiores recursos. Assim e, sendo a profissão um indicador da classe a que pertencem os pais dos diplomados, verificamos que a maioria dos diplomados se distribui pelas profissões de maiores recursos (Especialistas das profissões intelectuais e científicas, Técnicos e professores de nível intermédio, Pessoal administrativo e similares).

Gráfico 4

Situação profissional dos pais dos diplomados inquiridos



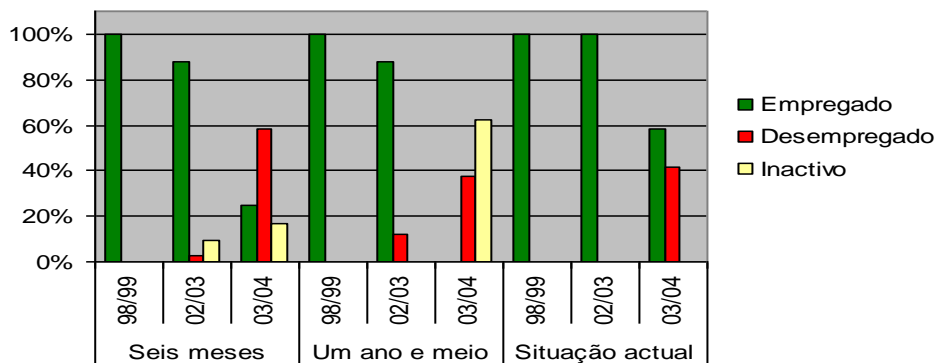
Relativamente à situação profissional dos pais dos diplomados inquiridos (Gráfico 4), constata-se uma clara predominância das profissões exercidas por conta de outrem, tanto no caso dos pais (81,8%) como no caso das mães (79,5%).

3. ACTIVIDADE DOS DIPLOMADOS

3.1. Situação dos diplomados face à actividade

Gráfico 5

Situação dos diplomados inquiridos face aos três períodos temporais considerados



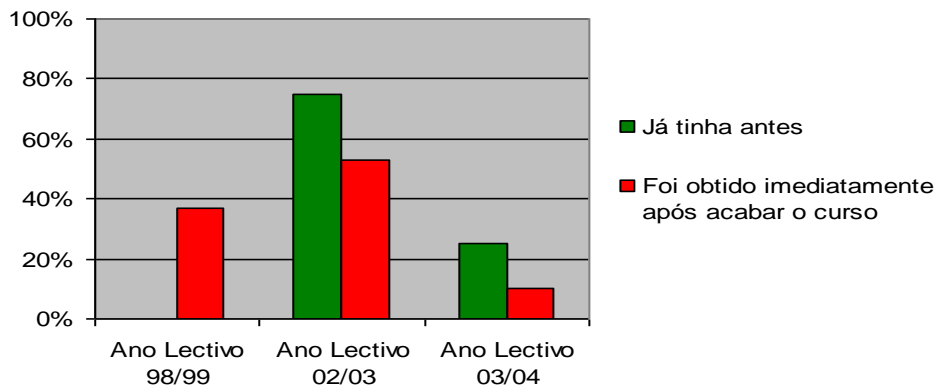
Através da análise do gráfico 5, que reúne a situação dos diplomados inquiridos nos três períodos temporais considerados, verificamos que todos os inquiridos que obtiveram o diploma no ano lectivo de 98/99 se encontram empregados nos três períodos temporais. Já os diplomados no ano lectivo de 02/03 apresentam uma distribuição diferenciada ao longo dos três períodos temporais, com uma percentagem de 87,9% empregados, 9,1% inactivos e 3% desempregados nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura. Um ano e meio após a obtenção do diploma verifica-se que esta situação não sofreu grandes alterações, constatando-se um aumento, embora não significativo, para 12,1% de desempregados. Actualmente todos os diplomados do referido ano lectivo encontram-se empregados. Em contraste com as situações relativamente estáveis dos grupos tratados anteriormente encontram-se os diplomados no ano lectivo 03/04. Nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura 25% dos recém licenciados obtiveram empregos, 58,3% encontravam-se desempregados e 16,7% inactivos. Assim, de um modo geral e como era de esperar, verifica-se uma tendência para o desemprego e precariedade no período imediatamente a seguir à conclusão do curso, período este correspondente à fase de inserção no mercado de trabalho.

A situação descrita reflecte os estudos de Batista (1997), nos quais o autor refere que este contexto resulta, entre outros factores, das novas medidas de política educativa que, aumentando a oferta do ensino superior como forma de incrementar o nível de escolaridade da população, conduziram a um aumento substancial de jovens diplomados. Por sua vez esta situação levou a uma saturação do mercado de trabalho,

nomeadamente da via ensino, o que conduziu a um período de instabilidade profissional e precariedade contratual acentuadas.

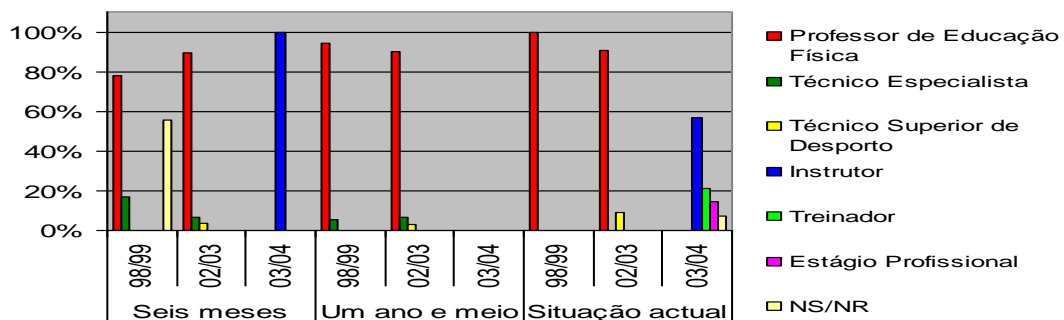
No entanto, deve ser tomado em conta que, segundo a legislação vigente no período considerado e tendo em conta a crescente saturação do ensino público, os diplomados no ano lectivo 03/04 não se puderam candidatar, o que em muito contribuiu para os resultados obtidos.

Gráfico 6
Obtenção do primeiro emprego



Através da análise do gráfico 6 constatamos que o primeiro emprego, no caso dos licenciados no ano lectivo de 98/98 foi exclusivamente obtido após a conclusão da licenciatura. Já no caso dos licenciados dos anos lectivos 02/03 e 03/04, 57% e 25% dos respectivos diplomados já estavam empregados antes da conclusão da licenciatura.

Gráfico 7
Profissão principal dos diplomados inquiridos nos três períodos temporais



No que diz respeito à principal profissão dos diplomados inquiridos observamos, pela análise do gráfico 7, que nos três períodos temporais e nos três

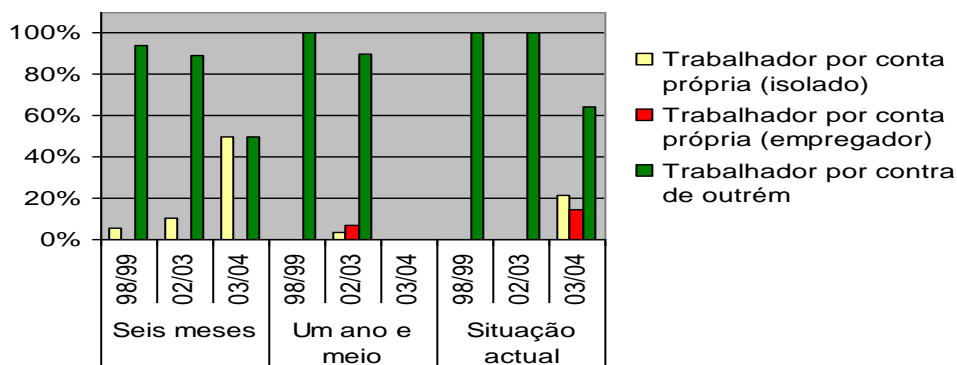
grupos de diplomados analisados, a profissão predominante é Professor de Educação Física. Assim, nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura, verificamos uma elevada percentagem dos licenciados em 98/99 e 02/03 a exercer docência (78,8% e 89,7% respectivamente). No mesmo período temporal verifica-se ainda que uma percentagem significativa (16,7%) dos licenciados em 98/99 tem como principal profissão técnico especialista. Já os licenciados no ano lectivo 03/04 que se encontravam empregados exerciam exclusivamente a profissão de instrutor, sendo esta situação justificada pela diminuição das possibilidades de exercer a docência. Esta tendência mantém-se um ano e meio após a conclusão da licenciatura, salientando-se o facto de os licenciados em 03/04 se encontrarem todos desempregados. Actualmente constata-se uma situação semelhante à verificada nos períodos anteriores no caso dos licenciados nos anos lectivos 98/99 e 02/03, sendo que, nos licenciados de 03/04 a principal profissão exercida distribui-se por instrutor (57,1%), Treinador (21,4%) e estágio profissional (14,3%).

Os dados referentes à profissão exercida pelos diplomados traduzem a situação de instabilidade e precariedade em que se encontram os diplomados no período próximo da conclusão da licenciatura. A saturação do mercado de trabalho, mais particularmente da via ensino, obriga os licenciados a procurar emprego noutras áreas, conduzindo por vezes, a um desajustamento qualitativo, isto é, as qualificações da população diplomada não se encontram ajustadas às necessidades reais do mercado de trabalho. Assim, segundo Batista (1997) e Alves (2003) torna-se imperioso que as instituições funcionem com os cursos adequados e ministrem currículos que permitam a adaptação dos diplomados às exigências do mercado de trabalho. Por outro lado, de uma perspectiva social e ao nível do senso comum, a diversificação das actividades profissionais conduz a uma diminuição do status dos diplomados, uma vez que estes se verão obrigados a desempenhar funções consideradas menos prestigiadas.

Novamente, deve ser tomada em linha de conta, a situação dos diplomados no ano lectivo de 03/04, que não puderam candidatar-se ao ensino público.

Gráfico 8

Situação dos diplomados inquiridos na profissão

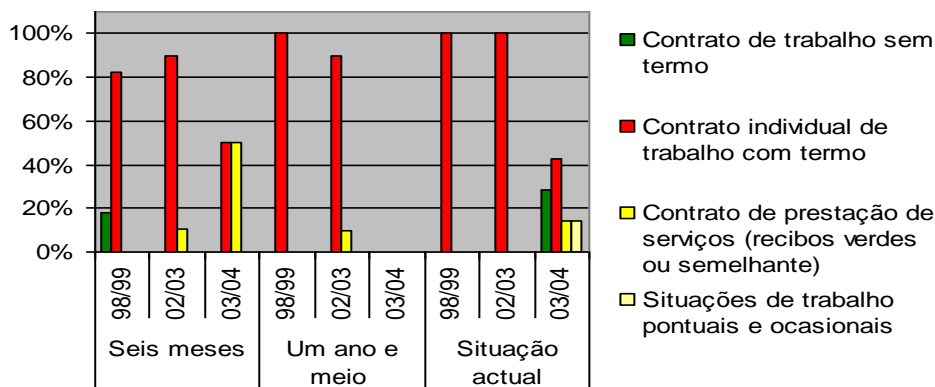


Observando o gráfico 8, relativo à situação dos diplomados empregados, verifica-se de um modo geral e nos três períodos temporais considerados, uma elevada predominância de trabalho exercido por conta de outrem. De facto, seis meses após a conclusão da licenciatura 94% dos licenciados em 98/99 e 89,3% dos licenciados em 02/03 trabalhavam por conta de outrem. Esta situação acentua-se um ano e meio após a conclusão, verificando-se mesmo uma totalidade de trabalhadores por conta de outrem no caso dos licenciados de 98/99. Este facto converge com a tendência para o desempenho da profissão de professor (gráfico 7), assumindo-se portanto que o aumento do número de diplomados a desempenhar a profissão de professor esteja ligado ao aumento do número de licenciados a trabalhar por conta de outrem. A excepção recai nos recém licenciados no ano lectivo de 03/04, constatando-se que nos seis meses seguintes à conclusão do curso, 50% dos mesmos desempenhavam a profissão por conta própria. Esta situação estará, de algum modo, relacionada com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho no período imediato à conclusão do curso, vendo-se os diplomados obrigados a criar o seu próprio trabalho

Esta situação retrata, mais uma vez, o contexto de precariedade a nível do emprego nos diplomados no ano lectivo 03/04. Pese o facto dos referidos diplomados não terem tido oportunidade de concorrer ao ensino público, a situação em que os diplomados se encontram obriga-os a procurar emprego noutras instituições.

Gráfico 9

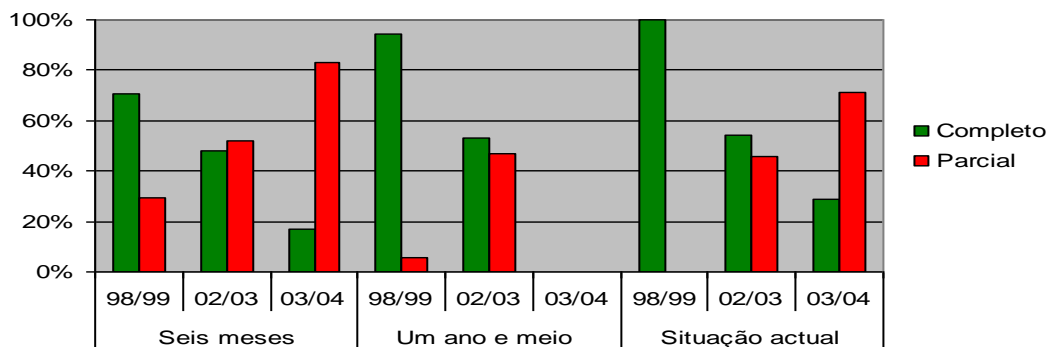
Situação dos diplomados inquiridos segundo o vínculo contratual



De acordo com os resultados obtidos (gráfico 9), verifica-se uma predominância clara, ao longo dos três períodos temporais, do contrato de trabalho com termo. Verificamos que nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura, 82,4% dos licenciados em 98/99 e 88,7% dos licenciados em 02/03 se encontravam vinculados a um contrato de trabalho com termo, sendo que os licenciados em 03/04 se encontravam repartidos igualmente por contrato de trabalho com termo e contrato de prestação de serviços. Nos períodos temporais seguintes a percentagem de diplomados vinculados a um contrato de trabalho com termo aumenta. A excepção verifica-se nos licenciados no ano lectivo 03/04, pois embora se verifique uma predominância do contrato de trabalho sem termo (42,9%), 28,6% dos mesmos encontravam-se vinculados segundo um contrato de trabalho com termo, 14,3% segundo contrato de prestação de serviços e finalmente 14,3% com prestação serviços pontuais e ocasionais.

Gráfico 10

Situação de trabalho segundo o regime de trabalho

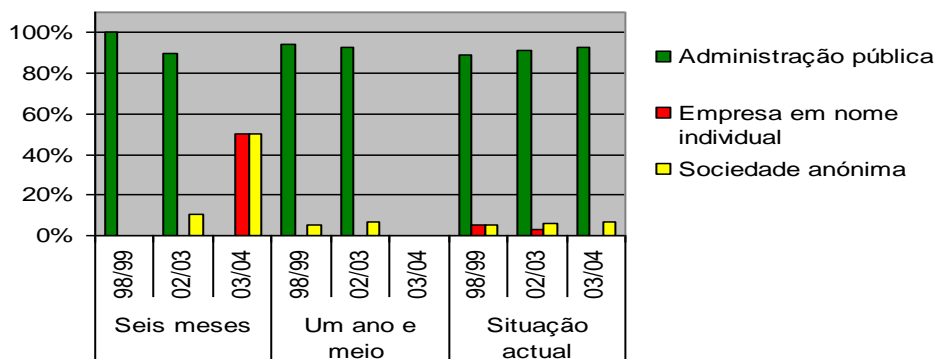


Relativamente ao regime de trabalho dos diplomados ao longo dos três períodos temporais (gráfico 10), verifica-se, de uma forma geral, uma evolução

tendente para o regime completo. Assim, no grupo de diplomados licenciados no ano lectivo de 98/99 constatou-se uma evolução de 70,6% para 94,4%, do primeiro para o segundo período temporal e de 94,4% para 100% do segundo para o terceiro período. Nos grupos respeitantes aos licenciados que concluíram o curso nos anos lectivos 02/03 e 03/04, também se verificou uma evolução positiva ao longo dos três períodos considerados. Durante o período analisado verifica-se também uma predominância clara do regime completo sobre o regime parcial, sendo excepções os grupos de licenciados nos seis meses seguintes ao término da licenciatura e o grupo de licenciados em 03/04, na situação actual. Relativamente à situação dos dois primeiros grupos referidos, o regime de trabalho retrata mais uma vez a instabilidade característica do período de inserção profissional. Estes dados convergem com os estudos de Arroiteia e Martins (1998), nos quais os autores caracterizam este espaço temporal como um período em que, no plano do emprego, a instabilidade profissional e a precariedade contratual são mais acentuadas.

Gráfico 11

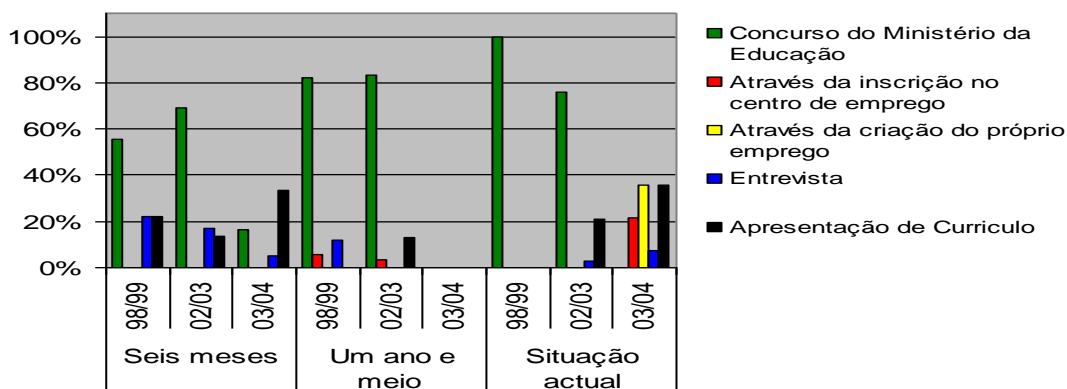
Distribuição dos diplomados inquiridos segundo a entidade empregadora



No que diz respeito à entidade empregadora dos diplomados e atendendo ao gráfico 11, verificamos uma clara predominância da administração pública como entidade patronal ao longo dos três períodos temporais considerados. De facto, nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura, a administração pública é a instituição empregadora de 100% dos licenciados em 98/99 e 89,7% dos licenciados em 02/03. No caso dos licenciados em 03/04 as empresas em nome individual (50%) e as sociedades anónimas (50%) constituem as entidades empregadoras dos diplomados, verificando-se que, no período actual, a instituição empregadora dominante é a administração pública (92,9%).

Gráfico 12

Distribuição dos diplomados inquiridos segundo o modo de obtenção do emprego



No que concerne ao modo de obtenção do emprego e observando o gráfico 12, constatamos que ao longo dos três períodos considerados e nos três grupos estudados, o concurso do Ministério da Educação é o principal meio de obtenção de emprego. Nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura este meio abrange 55,6% dos licenciados em 98/99 e 69% dos licenciados em 02/03. Relativamente aos licenciados em 03/04 a apresentação de currículo representa 33,3% do meio de obtenção de emprego com uma percentagem pouco significativa para a entrevista (5%). Nos anos seguintes verifica-se, nos grupos dos licenciados em 98/99 e 02/03, um aumento da percentagem de obtenção de emprego através do concurso do ministério da educação

Por contraste ao contexto acima descrito, temos a situação actual dos licenciados em 03/04 que obtiveram o seu emprego através da criação do próprio emprego (35,7%), da apresentação do currículo (35,7%) da inscrição no centro de emprego (21,4%) e por meio de entrevista (7,1%). Estes resultados reflectem a saturação do mercado de trabalho no ensino público, visto que os diplomados que não foram colocados através do concurso do Ministério da Educação viram-se obrigados a obter emprego de outras formas, nomeadamente por meio de entrevista e apresentação de currículo.

Quadro IX

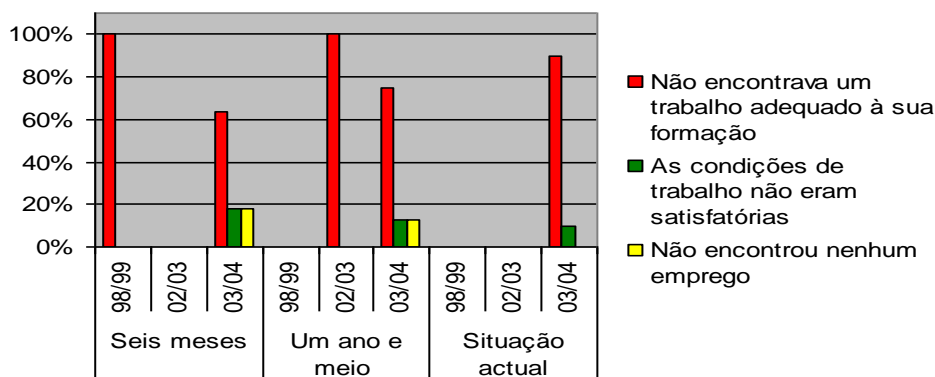
Principais mudanças provocadas no emprego que já possuía antes da conclusão do curso

Principais mudanças	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Aumento salarial	16,7	0	0	14,3
Melhoria das condições de trabalho	50	0	0	42,9
Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida	33,3	100	0	42,9
TOTAL (%)	100	100	0	100

Se atendermos ao (quadro IX), relativo às principais alterações verificadas no emprego que o recém licenciado já possuía antes da conclusão da licenciatura, constatamos que as principais alterações foram a melhoria das condições de trabalho (42,9%), o desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida (42,9%) e o aumento salarial (14,3%).

Gráfico 13

Diplomados inquiridos desempregados segundo as principais razões para o desemprego



A principal razão apontada para o desemprego pelos diplomados, ao longo dos três períodos temporais (gráfico 11), foi claramente a inexistência de trabalho adequado à sua formação. Nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura a totalidade dos licenciados em 98/99 e 66,6% dos licenciados em 03/04 indicou a referida razão. Um ano e meio após a conclusão do curso esta situação persiste verificando-se que 100% dos desempregados licenciados em 02/03 e 75% dos licenciados em 03/04 referem ser a inadequação da oferta de emprego a principal causa para o desemprego. Actualmente dos licenciados desempregados, 90% dos licenciados em 03/04 aponta a referida razão como principal factor de desemprego. Este contexto retrata claramente a fase de inserção profissional, período

compreendido entre a saída dos sistemas de ensino ou de formação e a penetração no mercado de trabalho. Este período é caracterizado por alternância entre desemprego, empregos precários e cursos de formação profissional, tal como descrito por Alves (1996). Verifica-se também um desajustamento qualitativo, visto que a principal razão para o desemprego é o facto dos diplomados não encontrarem trabalho adequado à sua formação. Deste modo, deve-se procurar uma melhoria da relação entre as qualificações dos diplomados e as exigências do mercado de trabalho.

Quadro X

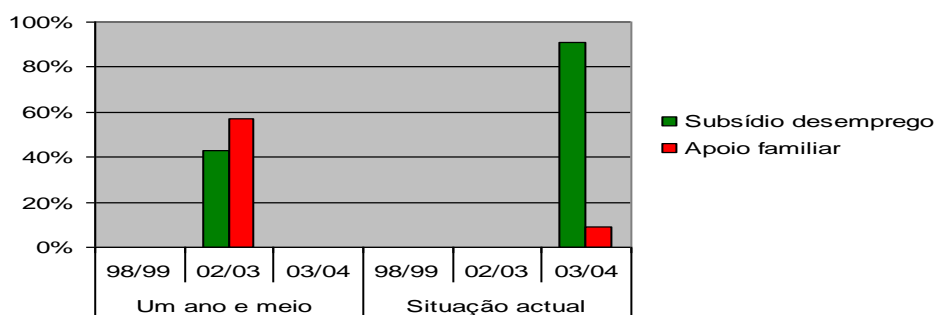
Diplomados inquiridos segundo as principais razões para a inactividade

Período temporal	Seis meses			Um ano e meio			TOTAL (%)
	98/99	02/03	03/04	98/99	02/03	03/04	
Ano de conclusão da licenciatura							
Decidiu continuar a estudar	0	100	0	0	0	0	33,3
Por nenhuma razão em especial	0	0	100	0	0	100	66,7
TOTAL (%)	0	100	100	0	0	100	100

Analisando o quadro X verificamos que, nos três períodos temporais considerados 66% dos licenciados inactivos não apresenta nenhum motivo em especial para se encontrar inactivo enquanto que 33,3% refere o prosseguimento de estudos como razão para a inactividade.

Gráfico 14

Meio de subsistência dos diplomados desempregados

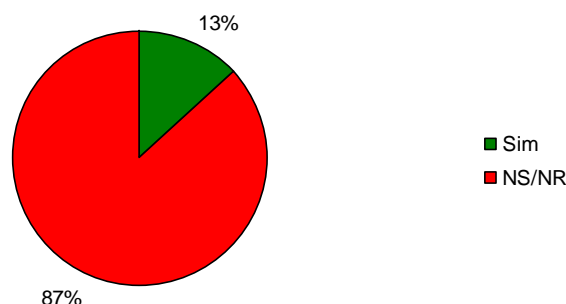


Nos dois períodos temporais considerados e observando o gráfico 12, verificamos que, um ano e meio após a conclusão da licenciatura, o subsídio de desemprego constitui o meio de subsistência para 42,9% dos licenciados em 02/03. No mesmo período e para o mesmo grupo referido anteriormente o apoio familiar é o

meio de subsistência para 57,1%. Actualmente o subsídio de desemprego representa 90,9% dos meios de subsistência dos diplomados desempregados.

Gráfico 15

Distribuição dos diplomados desempregados segundo o desenvolvimento de diligências no sentido de procurar emprego



Pela análise do gráfico 15, relativo à execução de diligências no sentido de procurar emprego, constata-se que 13% dos diplomados desempregados inquiridos refere realizar esforços para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, 87% dos desempregados inquiridos não se pronuncia relativamente ao desenvolvimento de diligências.

Quadro XI

Distribuição dos diplomados segundo o tipo de diligência(s) efectuada(s) , nos últimos 30 dias, para encontrar emprego

Tipo de diligência	Frequência (N)	Percentagem (%)
Resposta a anúncio	3	8,6
Colocação de anúncio	4	11,4
Amigos ou conhecidos	5	14,3
Familiares	2	5,6
Através de relações profissionais	2	5,6
Professores	1	2,9
Associação de antigos alunos	1	2,9
Gabinete de saídas profissionais	3	8,6
Associação de estudantes	1	2,9
Candidatura espontânea/contacto	1	2,9
Inscrição em centro de emprego	9	25,7
Candidatou-se a um concurso	3	8,6
TOTAL	35	46,6%

Analisando o quadro XI, referente ao tipo de diligências efectuadas pelos diplomados desempregados nos três períodos temporais, verificamos que os

principais tipos de esforços efectuados foram a inscrição nos centros de emprego (25,7%), os contactos entre amigos e conhecidos (14,3%), a colocação de anúncios (11,4%) a resposta a anúncios (8,6%) e os gabinetes de saídas profissionais (8,6%).

Quadro XII

Distribuição dos diplomados segundo o tipo de condições necessárias para aceitar emprego

Tipo de Condição	Frequência (N)	Percentagem (%)
Ter uma remuneração adequada à sua formação	7	33,3
Relacionar-se com a sua área de formação	8	38,1
Ter boas condições de trabalho	4	19,1
Ser compatível com as suas necessidades	2	9,5
TOTAL	21	100

No que respeita às condições necessárias para os licenciados aceitarem um emprego (quadro XII), a adaptação do emprego à área de formação foi a condição com percentagem mais elevada (38,1%), seguindo-se a remuneração adequada à formação (33,3%), as boas condições de trabalho (19,1%) e a compatibilidade com as necessidades do diplomado (9,5%).

Quadro XIII

Distribuição dos diplomados inquiridos empregados que continuam a procurar emprego (situação actual).

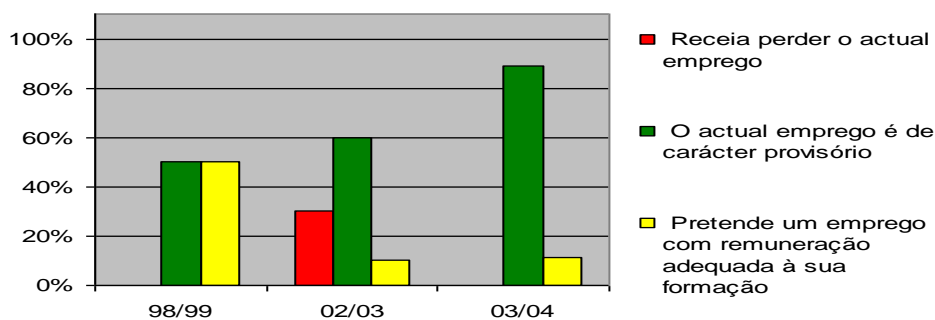
Procura emprego		Ano de conclusão			TOTAL
		98/99	02/03	03/04	
Sim	(N)	6	10	9	25
	(%)	33,3	30,3	64,3	38,5
Não	(N)	12	23	5	40
	(%)	66,7	69,7	35,7	61,5
TOTAL	(N)	18	33	14	65
	(%)	27,7	50,8	21,5	100

Observando o quadro XIII, respeitante à procura de emprego por parte dos diplomados empregados, verificamos que a maioria (61,5%) não continua a procurar emprego. Os restantes licenciados (38,5%) não se encontra satisfeito com a situação actual e procura outra actividade. No caso dos licenciados em 98/99, cerca de 66,7% dos licenciados não procura novo emprego, verificando-se uma situação semelhante nos diplomados em 02/03, com 69,7 dos licenciados a não desenvolverem procura no sentido de ingressarem num novo emprego. No entanto, esta situação inverte-se no

caso dos licenciados em 03/04, com uma percentagem de 64,3% dos licenciados a procurar novo emprego. Este estado revela a insatisfação dos diplomados empregados e mais uma vez reflecte a precariedade e instabilidade do contexto em que os mesmos se encontram inseridos.

Gráfico 16

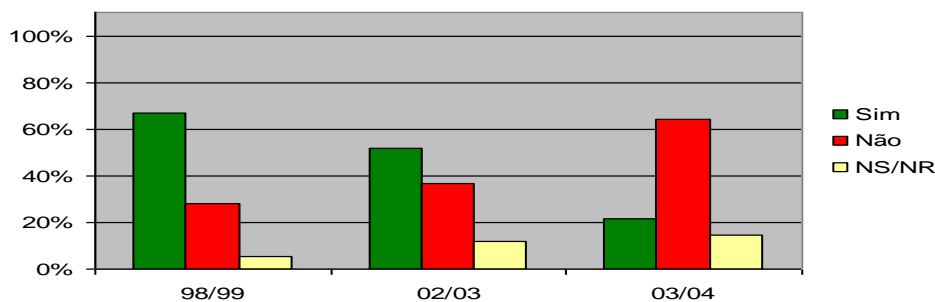
Razões apontadas pelos diplomados inquiridos para continuar a procurar emprego (situação actual)



No que diz respeito às razões apontadas para continuar a procurar emprego (gráfico 16), os diplomados referem o carácter temporário da sua profissão como principal factor para procurar nova actividade. Os diplomados em 98/99 referem a pretensão de encontrar um emprego com remuneração adequada à sua formação e o carácter temporário do actual emprego como principais razões (50% para cada razão). Já os diplomados em 02/03 apontam o carácter provisório do actual emprego como principal justificação (60%), seguida pelo receio de perder o actual emprego (30%) e o desejo de um emprego com remuneração adequada à sua formação (10%). Finalmente, os licenciados em 03/04 indicam claramente o carácter provisório do emprego como principal factor para a procura de emprego (88,9%).

Gráfico 17

Existência de actividade secundária entre os diplomados

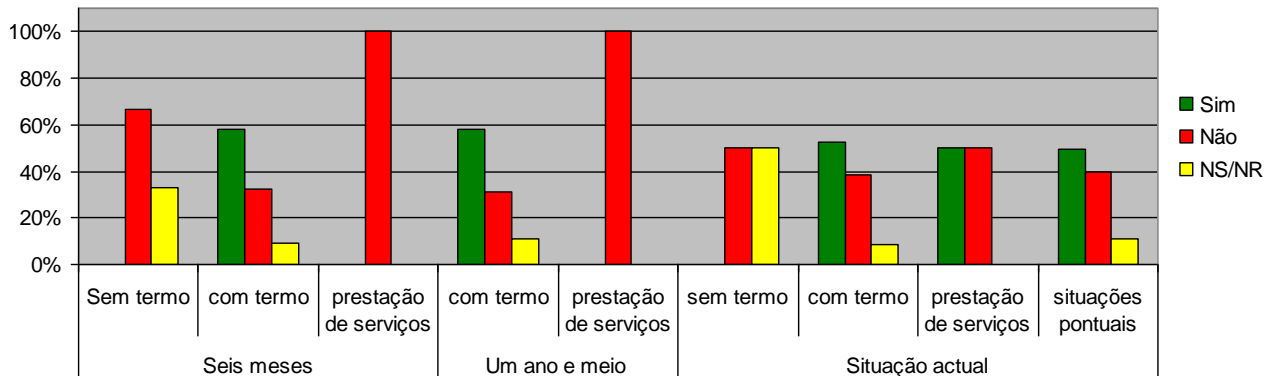


Analisando o gráfico 17, relativo ao desenvolvimento de actividades secundárias por parte dos diplomados inquiridos, constamos que 66,7% dos

diplomados em 98/99, 51,5% dos diplomados em 02/03 e 21,4% dos licenciados em 03/04 desempenham actividades secundárias. De salientar o facto de 64,3% dos licenciados em 03/04 não desenvolver qualquer tipo de actividade secundária, situação contrastante com os restantes grupos estudados.

Gráfico 18

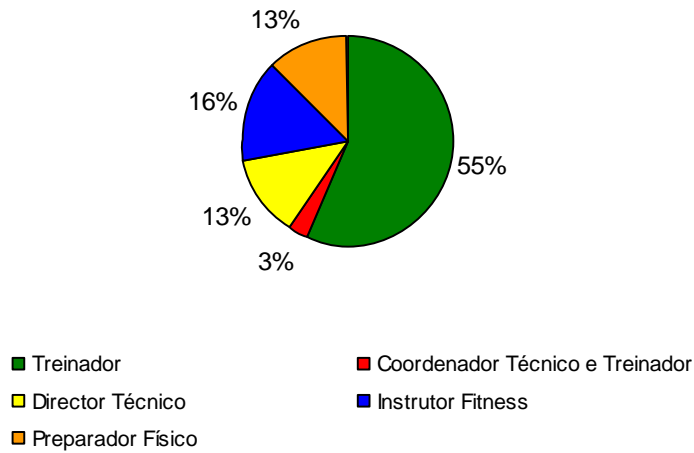
Existência de actividade secundária segundo o vínculo contratual



Analisando o gráfico 18, referente à relação existente entre o desenvolvimento de actividades secundárias e o vínculo contratual dos diplomados no emprego, verifica-se que são os diplomados com contratos com termo, contratos de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante) e situações de trabalho pontuais e ocasionais de trabalho os que mais desenvolvem actividades secundárias. Assim, nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura, os diplomados que desempenham actividades secundárias são aqueles que apresentam vínculo contratual com termo (58,1%). Situação semelhante ocorre um ano e meio após a conclusão da licenciatura com 57,8% dos diplomados a exercerem actividades secundárias. No período actual, o contexto é mais diversificado, já que os diplomados que desenvolvem actividades secundárias encontram-se empregados segundo contrato com termo (52,6%), contrato de prestação de serviços (50%) e situações de trabalho pontuais e ocasionais (49,3%). O contexto actual é justificado pela instabilidade dos contratos a que os diplomados se encontram vinculados, tornando-se necessário, que estes desenvolvam actividades secundárias de modo a assegurar outras fontes de rendimento.

Gráfico 19

Actividades secundárias desenvolvidas pelos diplomados



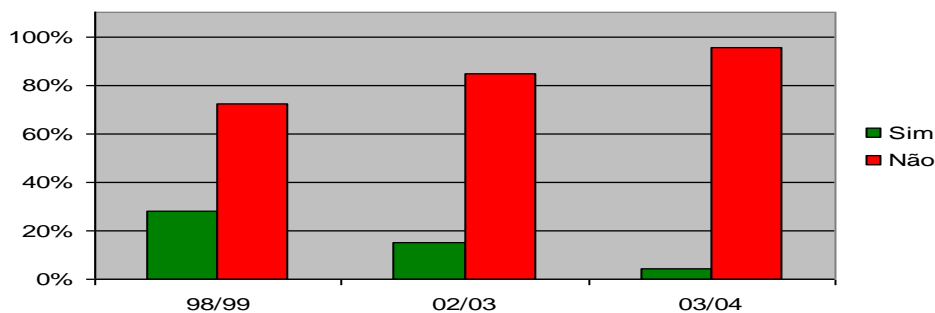
Observando o leque de actividades secundárias desenvolvidas pelos diplomados (gráfico 15), constatamos que a actividade com uma predominância clara é a de treinador (56%). No entanto as actividades secundárias desenvolvidas pelos diplomados são mais diversificadas, visto que 16% dos mesmos são instrutores de fitness, 13% dos mesmos são preparadores físicos, 13% directores técnicos, 9% e 3% exercem simultaneamente a actividade de coordenador técnico e treinador.

4. FORMAÇÃO

4.1 Formação de âmbito acadêmico após a obtenção do diploma

Gráfico 20

Frequência de formação de âmbito acadêmico após a obtenção do diploma



Analisando o gráfico 20, respeitante à frequência de formação de âmbito acadêmico após a obtenção do diploma, verificamos que, nos três grupos estudados, a maioria dos licenciados não frequentou formação acadêmica complementar. Do grupo de licenciados em 98/99, 27,8% frequentou formação acadêmica complementar, enquanto que dos licenciados em 02/03, 15,2% prosseguiu a sua formação acadêmica. A percentagem mais baixa de licenciados a ingressar em formações de âmbito acadêmico verificou-se no grupo de licenciados em 03/04 (4,3 %).

Quadro XIV

Tipo de formação de âmbito acadêmico após a obtenção do diploma

Tipo de formação		98/99	02/03	03/04	TOTAL
Pós-graduação	(N)	0	1	0	1
	(%)	0	20	0	9,1
Mestrado	(N)	5	4	1	10
	(%)	100	80	100	90,9
TOTAL	(N)	5	5	1	11
	(%)	45,5	45,5	9,1	100

Relativamente ao tipo de formação frequentada (quadro XIV), constata-se uma clara predominância do mestrado nos três grupos estudados (100% dos licenciados em 98/99, 4% dos licenciados em 02/03 e 100% dos licenciados em 03/04).

Quadro XV

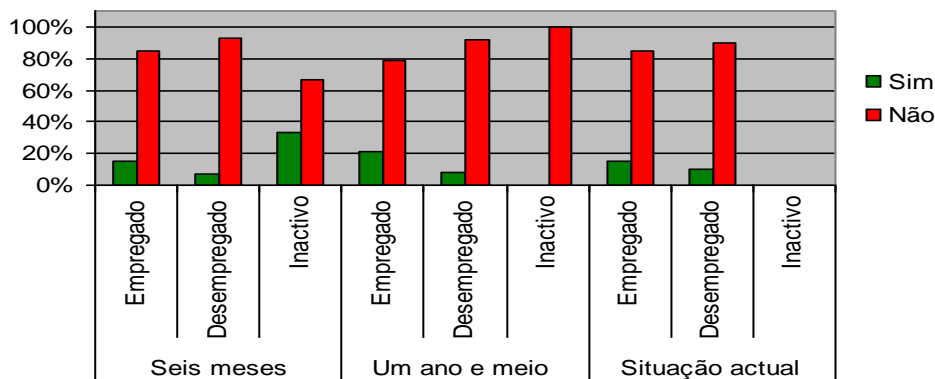
Razões para prosseguimento de estudos académicos

Razão	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para	3	33,3	33,3
Foi uma alternativa ao desemprego	1	11,1	44,4
Era uma condição para poder progredir na carreira	4	44,4	88,9
Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos	1	11,1	100
TOTAL	9	100	

De entre as razões apontadas para o prosseguimento dos estudos académicos (quadro XV), destaca-se o facto de esta situação ser uma condição necessária para a progressão na carreira (44,4%), a necessidade de aprofundar conhecimentos (33,3%), a alternativa ao desemprego (11,1%) e o facto de este tipo de formação ter feito parte do plano de estudos académicos dos diplomados (11,1%).

Gráfico 21

Frequência de formação de âmbito académico após a obtenção do diploma segundo a situação dos diplomados



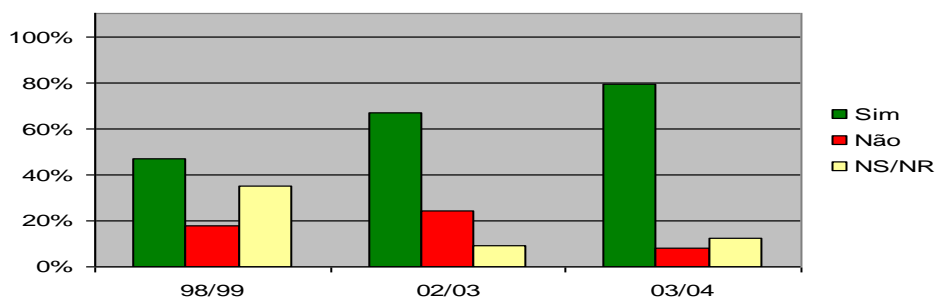
Analisando o gráfico 21, relativo à frequência de formação de âmbito académico após a obtenção do diploma segundo a situação dos diplomados, constatamos que nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura são os diplomados que se encontram inactivos aqueles que mais frequentaram formações de âmbito académico (33,3%). No entanto, no ano e meio seguinte à conclusão da licenciatura, são os diplomados que se encontravam empregados, aqueles que mais frequentaram o tipo de formação referido (21,3%). No período actual, verificamos que os diplomados no ano lectivo (03/04) que frequentaram este tipo de formação

encontram-se empregados (15,6%) ou desempregados (10%). Deve-se no entanto salientar, no quadro geral, a baixa percentagem de diplomados a frequentar formação de âmbito académico (gráfico 20).

Não obstante este facto, podemos associar a frequência de formações deste âmbito com as razões referenciadas pelos diplomados (quadro XV): os licenciados empregados frequentaram ou frequentam este tipo de formação como condição para prosseguir na sua carreira profissional e no caso dos diplomados desempregados a frequência de formações de âmbito académico complementar representou ou representa uma alternativa ao desemprego.

Gráfico 22

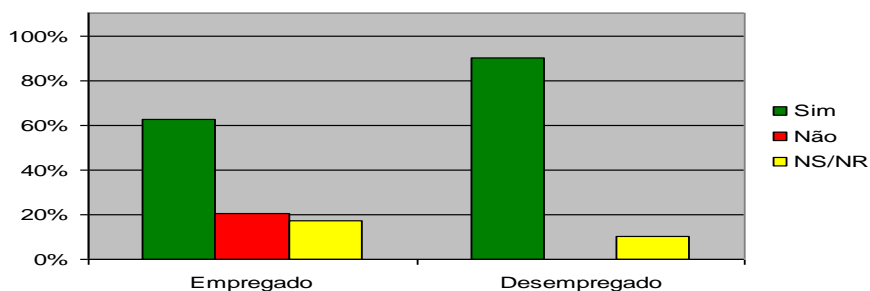
Distribuição dos diplomados segundo o desejo de frequentar formação de âmbito académico



Atendendo ao gráfico 22, relativo à Distribuição dos diplomados segundo o desejo de frequentar formação de âmbito académico, constatamos que a maioria dos licenciados refere que desejaria frequentar formação de âmbito académico. O grupo de licenciados em 03/04 é o grupo que apresenta maior percentagem de sujeitos a responderem afirmativamente à questão formulada (79,2%). Esta situação estará relacionada com o facto de este ser o grupo de licenciados com menor percentagem de sujeitos com frequência de formação de âmbito académico (gráfico 20), revelando, no entanto, que pretende realizar este tipo de formação.

Gráfico 23

Desejo de frequentar formação de âmbito académico segundo a situação actual



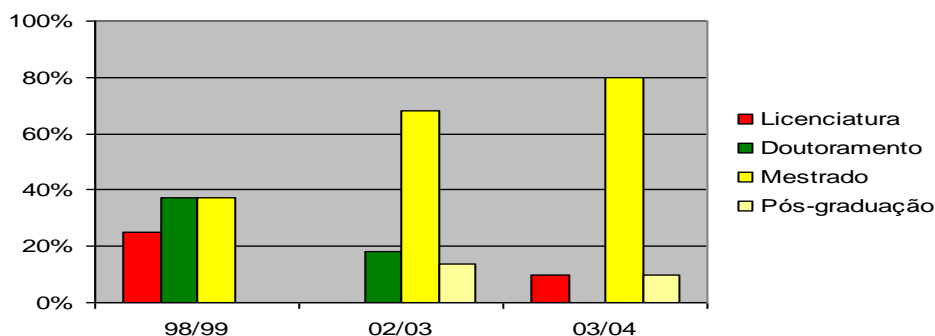
No que respeita ao desejo de frequentar formação de âmbito académico de acordo com a situação actual dos diplomados, apuramos que dos 62,5% dos diplomados empregados deseja frequentar este tipo de formação, 20,3% não e 17,2% não sabe ou não responde. Relativamente aos diplomados desempregados a maioria revela o desejo de frequentar formação (90%), sendo que nenhum dos diplomados inquiridos responde negativamente.

Os dados obtidos são justificados pelos estudos desenvolvidos por Martins, A. M., Arroteia, Arroteia e Gonçalves (2002). segundo os quais as trajectórias académicas dos diplomados podem ser condicionadas por características que se prendem com o próprio licenciado (conjunto de aspirações e predisposições), ou por factores externos (características do mercado ou dinâmica da própria sociedade) que constroem ou retardam a sua trajectória profissional.

Deste modo, podemos referir que, no caso dos diplomados empregados, a frequência de formação de âmbito académico está relacionada com o facto de estes pretenderem aumentar o seu potencial de saberes e de certificação. Por outro lado, no caso dos licenciados desempregados, pode representar a alternativa encontrada à falta de emprego ou a desajustação da formação às aspirações detidas.

Gráfico 24

Formação de âmbito académico que os diplomados inquiridos pretendem frequentar

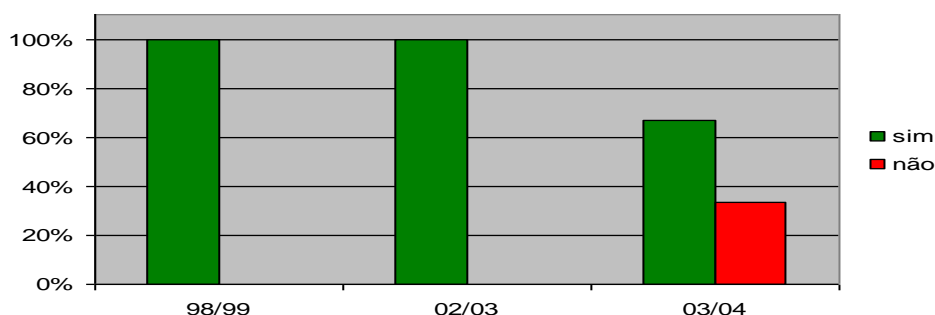


Relativamente ao tipo de formação que os licenciados pretendem frequentar (gráfico 18), verificamos que a maioria dos licenciados em 02/03 e 03/04 pretende ingressar em Mestrado (68,2% e 80% respectivamente), enquanto que no grupo de licenciados em 98/99 a escolha recai sobre o Mestrado (37,5%) e Doutoramento (37,5%).

4.2 Estágio Profissional

Gráfico 25

Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional



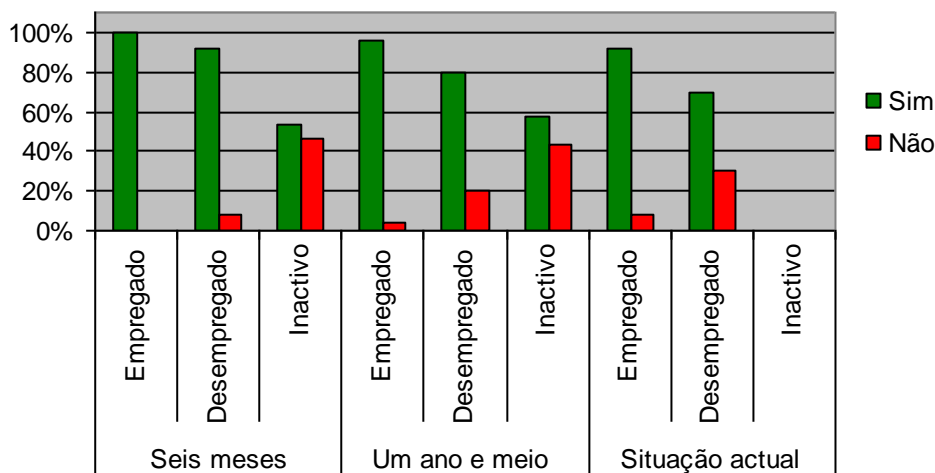
No que concerne à pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional (gráfico 25), constatamos que a totalidade dos licenciados em 98/99 e 02/03 considera o estágio pedagógico importante para o desempenho profissional. Já o grupo de diplomados em 03/04, 66,7% dos sujeitos inquiridos considera o estágio pedagógico pertinente, enquanto que 33,3% respondem negativamente quando questionados.

A elevada percentagem de indivíduos que considera o estágio pedagógico preponderante para o seu desempenho profissional, prende-se com facto deste, tal como referenciado por Alves (1998), ser o período em que, pela primeira vez, o

sujeito aprende a desempenhar uma dada actividade profissional para a qual o diploma lhe conferiu uma primeira habilitação.

Gráfico 26

Pertinência do estágio pedagógico segundo a situação dos inquiridos



De acordo com o gráfico 26, respeitante à pertinência do estágio pedagógico segundo a situação dos inquiridos, constamos uma clara tendência dos indivíduos que se encontram inactivos ou desempregados para responderem negativamente à questão formulada. De facto, nos seis meses seguintes à conclusão do curso, verificamos que 46,7% dos indivíduos inactivos considera que o estágio não foi pertinente para o seu desempenho profissional. No período temporal seguinte, verificamos que 20% dos sujeitos desempregados e 42,9% do inactivo tem uma opinião negativa em relação ao estágio. Actualmente a maioria dos sujeitos que não considera o estágio pertinente centra-se nos indivíduos desempregados (30% do total de sujeitos).

Assim, e partindo da opinião evidenciada pelo conjunto dos indivíduos desempregados e inactivos, podemos inferir que a opinião negativa está condicionada pelo ingresso no mercado de trabalho após a realização do estágio, isto é, o facto dos sujeitos não terem tido experiência profissional após a conclusão do estágio, não possibilitou que estes constassem as vantagens adquiridas com a sua realização.

Quadro XVIAspectos que contribuíram para o desempenho profissional⁵

Aspectos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Preparação Prática	17,6	6,7	27,8	15,4
Criação de hábitos/attitudes profissionais	17,6	10	5,6	10,8
Potenciou conhecimentos Teórico/Práticos	23,5	26,7	27,8	26,2
Prática de funções docentes	35,3	50	22,2	38,5
Aplicação de conhecimentos	17,6	20	0	37,6
Preparação para a realidade profissional	6,3	50	0	56,3
NS/NR	5,9	6,7	16,7	9,2
TOTAL (%)	26,2	46,2	27,7	100

No que diz respeito aos aspectos do estágio pedagógico que contribuíram para o desempenho profissional dos sujeitos inquiridos (quadro XVI), verificamos que os principais factores indicados pelos licenciados foram a preparação para a realidade profissional (56,3%), a prática de funções docentes (38,5%), a aplicação de conhecimentos (37,6%), a aquisição de conhecimentos teórico/práticos (26,2%) e a preparação prática propriamente dita (15,4%).

Os dados obtidos vão ao encontro das referências de Batista (1997), nas quais o autor refere o estágio como um meio para a fácil transição para o mercado de trabalho, assim como uma forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos e assimilação de novos. O estágio assume, nesta perspectiva e na maioria dos diplomados inquiridos, a aprendizagem de uma profissão, constituindo uma forma de inserção profissional.

Quadro XVII

Razões para o estágio profissional não ter contribuído para o desempenho profissional

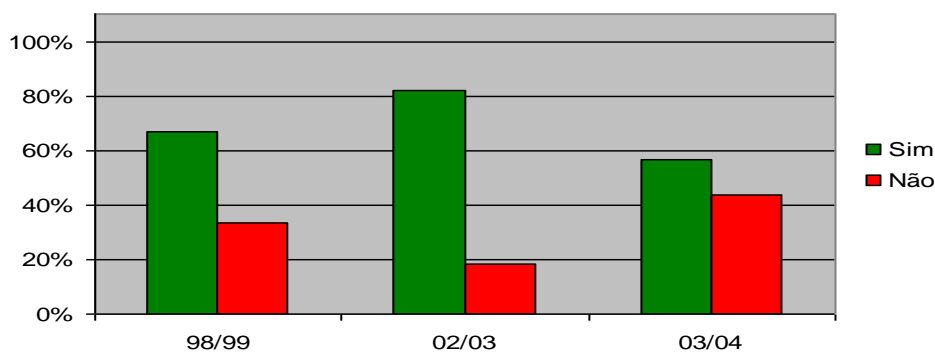
Razões	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Falta de ênfase na realidade profissional	0	0	22,2	22,2
Trabalhos pouco pertinentes	0	0	55,6	55,6
Não houve transmissão de conhecimentos	0	0	22,2	22,2
TOTAL (%)	0	0	100	100

⁵ A pergunta é de escolha múltipla, pelo que as percentagens referenciadas são sobre o número total de sujeitos que escolheram cada um dos aspectos.

Relativamente às razões que justificam o facto de o estágio pedagógico não ter contribuído para o desempenho profissional dos diplomados (quadro XVII), estes referem a pouca pertinência de algumas tarefas como principal causa (55,6%), seguida da falta de ênfase na realidade profissional (22,2%) e da inexistência de transmissão de conhecimentos (22,2%).

Gráfico 27

Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para a socialização profissional

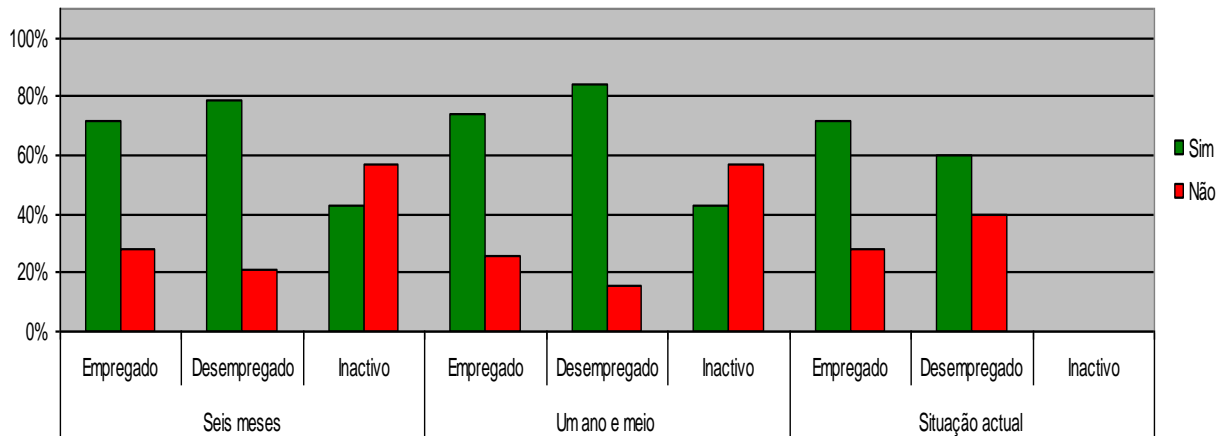


No que concerne à pertinência do estágio pedagógico para a socialização profissional (gráfico 27), verificamos que os três grupos estudados consideram que o estágio teve influência positiva na socialização profissional. Assim, dos sujeitos licenciados em 98/99, 66,7% considera que o estágio pedagógico influenciou positivamente a sua socialização profissional constatando-se que esta percentagem aumenta para 81,8% no caso dos licenciados em 02/03 e decresce nos licenciados em 03/04 (56,5%).

O facto da opinião geral dos licenciados ser positiva, converge com as referências de Gaio (2003), pois esta a opinião evidenciada revela que os diplomados entendem o estágio como um processo de socialização e desenvolvimento pessoal, isto é como um processo educativo.

Gráfico 28

Pertinência do estágio para a socialização profissional segundo a situação no emprego



De acordo com o gráfico 28, relativo à pertinência do estágio para a socialização profissional segundo a situação no emprego, constatamos que no quadro geral, são os diplomados inactivos e desempregados os que consideram negativa a influência do estágio. Analisando particularmente cada uma dos períodos temporais considerados, verificamos que, nos seis meses seguintes à conclusão do curso são os diplomados inactivos os que apresentam maior percentagem de respostas negativas (57,1%). No período temporal seguinte são novamente os sujeitos inactivos os que apresentam maior percentagem de respostas negativas (57,1%). No período actual e contrariando as tendências dos períodos anteriores, a maior percentagem de indivíduos com opinião negativa em relação ao estágio centra-se nos indivíduos desempregados.

A nível social, a opinião negativa dos diplomados está relacionada, como refere Alves (1998), com as experiências de desemprego e emprego precário, que fragilizam os futuros profissionais e dificultam a concretização de projectos e expectativas individuais.

Quadro XVIII

Aspectos do estágio pedagógico que contribuíram para a socialização profissional

Aspectos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Contacto com alunos e docentes	16,7	30,8	26,3	26,3
Conhecer o ambiente escolar	50	34,6	15,8	31,6
Contacto com a realidade do Ensino	5,3	12,3	7	24,6
NS/NR	8,3	7,7	36,8	17,5
TOTAL (%)	21,1	45,6	33,3	100

Analisando o quadro XVIII, respeitante aos aspectos do estágio pedagógico que contribuíram para a socialização profissional dos diplomados, constatamos que os principais aspectos são o conhecimento do contexto escolar (31,6%), o contacto com alunos e docentes (26,3%) e o contacto com a realidade do Ensino (24,6%).

Quadro XIXRazões para o estágio pedagógico não ter contribuído para a socialização profissional⁶

Razões	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Má relação com os colegas de estágio	16,7	0	20	11,8
Falta de socialização com os colegas de estágio	83,3	0	40	41,2
Mau relacionamento com o orientador	0	66,7	40	35,3
NS/NR	0	33,3	0	11,8
TOTAL (%)	35,3	35,3	29,4	100

No que diz respeito às razões que justificam o facto do estágio pedagógico não ter contribuído para a socialização profissional (Quadro XIX), verificamos que as principais razões apontadas pelos licenciados são a falta de socialização com os colegas de estágio (41,2%), o mau relacionamento com o orientador (35,3%) e a má relação estabelecida com os colegas de estágio (11,8%).

Analisando cada ano lectivo em particular, verificamos uma predominância da falta de socialização com os colegas de estágio no ano lectivo de 98/99 (83,3%). No ano lectivo 02/03 destaca-se o mau relacionamento com o orientador (66,7%) e nos diplomados de 03/04, a falta de socialização com os colegas de estágio e o mau relacionamento com o orientador (41,2% e 35,3% respectivamente).

⁶ A pergunta é de escolha múltipla, pelo que as percentagens referenciadas são sobre o número total de sujeitos que escolheram cada uma das razões.

Quadro XX

Aspectos Positivos do estágio pedagógico

Aspectos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Preparação prática	23,5	15,6	22,7	19,7
Aquisição de conhecimentos teórico/práticos	17,6	34,4	45,5	33,8
Estágio Integrado	0	6,25	0	2,8
Desempenho do orientador	11,8	12,5	0	8,5
Contacto com alunos e docentes	11,8	12,5	31,8	18,3
NS/NR	35,3	18,8	0	16,9
TOTAL (%)	23,9	45,1	31	100

Relativamente aos aspectos considerados positivos do estágio pedagógico (quadro XX), salientam-se os seguintes: aquisição de conhecimentos teórico/práticos (33,8%); preparação prática propriamente dita (19,7%) e o contacto com alunos e docentes (18,3%).

Quadro XXI

Aspectos negativos do estágio pedagógicos

Aspectos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Excesso de trabalho	18,8	40	54,5	39,7
NS/NR	25	13,3	0	11,8
Falta de apoio da Faculdade	18,8	10	4,5	10,3
Demasiada ênfase na Teoria	6,3	0	4,5	2,9
Pouca carga lectiva	0	3,3	9	4,4
Sistema de avaliação	31,3	23,3	22,7	25
Mau relacionamento com o orientador	0	10	4,5	5,9
TOTAL (%)	23,5	44,1	32,4	100

Relativamente aos aspectos negativos do estágio pedagógico (quadro XXI), verificamos que, de uma forma geral e distribuídos pelos três períodos temporais os aspectos com maior peso são o excesso de trabalho (39,7%) e a falta de apoio da Faculdade (10,3% no quadro geral e 18,8% no ano lectivo de 98/99).

Quadro XXII

Principais dificuldades do estágio pedagógico

Dificuldades	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Não conhecer os colegas de estágio pessoalmente	6,7	0	0	1,4
NS/NR	20	21,2	4,5	15,71
Falta de coesão no núcleo de estágio	20	3	9	8,6
Má relação com o orientador	13,3	3	9	7,1
Processo ensino-aprendizagem	20	24,2	9	18,6
Mau relacionamento com os colegas de estágio	13,3	12,1	0	8,6
Adaptação inicial	6,7	15,1	22,7	15,7
Conjugação do trabalho monografia/estágio	0	15,1	18,2	12,6
Gestão do tempo	0	6	27,3	11,4
TOTAL (%)	21,4	47,1	31,4	100

Observando o quadro XXII, relativo às principais dificuldades vividas pelos diplomados no decorrer do estágio pedagógico, averiguamos que os principais obstáculos apontados foram dificuldades a nível do processo ensino-aprendizagem (18,6%), a fase de adaptação inicial (15,7%), a conjugação do trabalho monografia/estágio (12,6%) e a dificuldade em gerir o tempo disponível (11,4%).

Analisando cada ano lectivo em particular, verificamos uma predominância do mau relacionamento com o orientador (13,3%) e da falta de coesão no núcleo de estágio no ano lectivo de 98/99. No ano lectivo 02/03 destacam-se as dificuldades ao nível do processo ensino - aprendizagem (24,2%). Nos diplomados de 03/04, a adaptação inicial e a gestão do tempo constituem as dificuldades com maior peso (22,7% e 27,3% respectivamente).

Quadro XXIII

Aspectos que mais agradaram no Estágio Pedagógico

Aspectos	98/99	02/03	03/04	TOTAL (%)
Preparação para a vida activa	25	3	5	8,7
Trabalho de grupo	18,8	3	10	8,7
Apoio do orientador e colegas	12,5	6,1	20	11,6
Aquisição e desenvolvimento de competências	12,5	9,1	0	7,2
Integração no meio escolar	6,3	30,3	5	17,4
Contacto com os alunos	0	36,4	55	33,3
NS/NR	25	12,1	5	13
TOTAL (%)	23,2	47,8	28,9	100

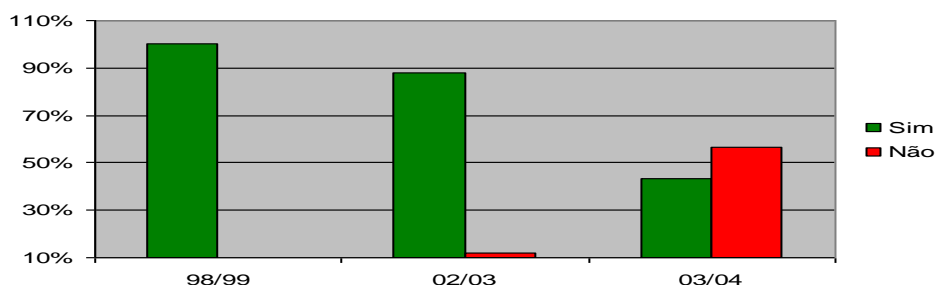
No que diz respeito aos aspectos do estágio pedagógico que mais agradaram aos licenciados (quadro XXIII), podemos afirmar que as principais razões referidas

pelos diplomados foram o contacto com os alunos (33,3%), a integração no meio escolar (17,4%) e o apoio do orientador e colegas (11,6%).

Analisando particularmente cada ano lectivo, verificamos uma predominância na preparação para a vida activa (25%) e trabalho de grupo (18,8%) no ano lectivo de 98/99. No ano lectivo 02/03 destaca-se a integração no meio escolar (30,3%) e o contacto com os alunos (36,4%). Nos diplomados de 03/04, o contacto com os alunos e o apoio do orientador e colegas constituem os aspectos com maior percentagem (55% e 20% respectivamente).

Gráfico 29

Frequência de acções de formação profissional

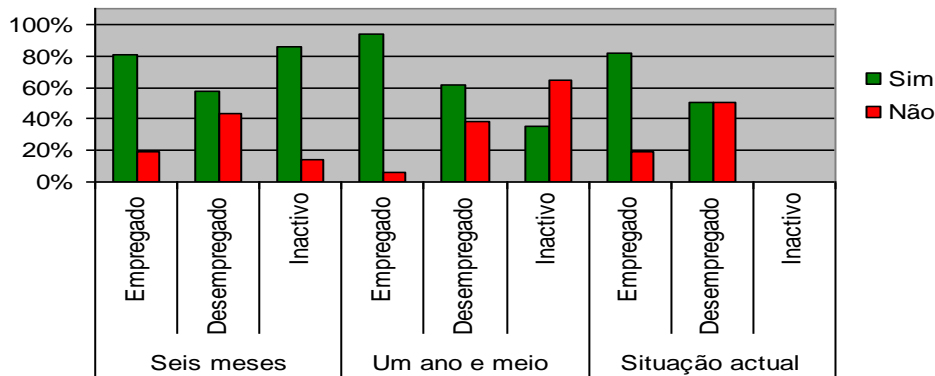


Relativamente à frequência de acções de formação profissional por parte dos licenciados (gráfico 29), observamos que a totalidade dos diplomados em 98/99 frequentou formações. Por outro lado, no grupo de licenciados em 02/03 constata-se que, 97,9% dos sujeitos inquiridos frequentou este tipo de formação. Por contraste às duas situações referidas anteriormente, constatamos que 56,5% dos diplomados em 03/04 não frequentou acções de formação. Esta situação anómala é explicada pelo curto espaço de tempo compreendido entre a conclusão da licenciatura e a situação actual.

A realização de acções de formação pela larga maioria dos diplomados, levamos a inferir que, de acordo com as razões indicadas pelos mesmos (quadro XXIV), estes entendem a educação como um processo contínuo. Esta perspectiva de continuidade educativa é justificada, tal como refere Carneiro (1997), pela rápida evolução das condições de trabalho que obrigam a uma constante readaptação das qualificações, conhecimentos e aptidões.

Gráfico 30

Frequência de acções de formação segundo a situação no emprego



Pela observação do gráfico 30, respeitante à frequência de acções de formação segundo a situação no emprego, verificamos que a maioria dos licenciados que frequentou acções de formação encontravam-se empregados, excepção feita nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura. De facto, no período temporal referido anteriormente, 81,1% dos sujeitos que se encontravam empregados realizaram formações. No mesmo período temporal, 85,7% dos que se encontravam inactivos também responderam afirmativamente à questão. No período temporal seguinte, consta-se que 93,6% dos diplomados que se encontravam empregados e 61,5% dos desempregados frequentaram formação deste tipo. Finalmente, no período actual, a larga dos diplomados empregados (81,3%) frequentou formações ao passo que dos diplomados desempregados apenas metade realizou acções de formação.

Quadro XXIVRazões para frequentar acções de formação⁷⁷

Razões	Frequência (N)	Percentagem (%)
Exigência de entidade patronal	1	1,3
Necessidade de formação para progressão na carreira	11	14,7
Preparar-se para um novo emprego	3	4
Por interesse pessoal	43	57,3
Adaptação a novas mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos	34	45,3
No âmbito de um programa de promoção de emprego	4	5,3

O quadro XXIV, respeitante às razões que levaram os diplomados a frequentar acções de formação, retrata que os principais motivos apontados pelos diplomados

⁷⁷ A pergunta é de escolha múltipla, pelo que as percentagens referenciadas são sobre o número total de sujeitos que escolheram cada uma das razões.

foram o interesse pessoal (57,3%), o facto de estes sentirem necessidade de se adaptar a novas mudanças tecnológicas ou actualizarem os seus conhecimentos (45,3%) e a necessidade de formação para progressão na carreira (14,7%).

Quadro XXV

Áreas em que os diplomados frequentaram acções de formação

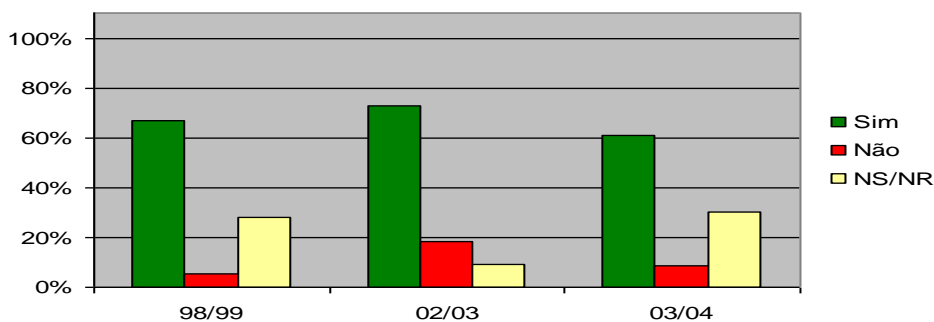
Área de formação	Frequência (N)	Percentagem (%)
Atletismo	2	2,7
Primeiros socorros	3	4
Basquetebol	2	2,7
Natação	15	20
Fitness	19	25,3
Danças	5	6,7
Saúde	13	17,3
Espeleologia	1	1,3
Treino	17	22,7
TIC	1	1,3
Educação Física	15	20
Ginástica	6	8
Snowboard	1	1,3
Patinagem	4	5,3
Desportos Aventura	12	16
Gestão	8	10,7
Empreendedorismo	1	1,3

O quadro XXV retrata a diversidade de áreas de formação dos diplomados, das quais destacamos a área do treino desportivo (22,7%), a área da natação (20%), a área da Educação Física (20%), a área da saúde (17,3%), a área do fitness e a área da gestão desportiva (10,7%).

Confrontando estes resultados com os dados relativos à actividade secundária desenvolvida pelos diplomados (gráfico XIX), constamos uma clara correspondência entre a área do treino desportivo e as actividades secundárias treinador e preparador físico. Na mesma linha de raciocínio, também se verifica uma tendência para a área do fitness e da actividade secundária de instrutor de fitness.

Gráfico 31

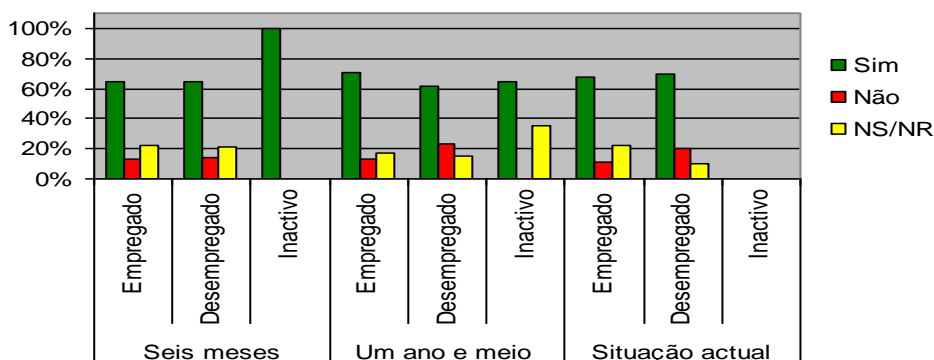
Diplomados segundo a necessidade de frequentar acções de formação



Quanto à necessidade de frequentar acções de formação (gráfico 22), observamos que, nos três grupos estudados, a resposta predominante é a afirmativa (66,7% em 98/99, 72,7 em 02/03 e 60,9% em 03/04).

Gráfico 32

Necessidade de frequentar acções de formação profissional segundo a situação no emprego



De acordo com o gráfico 32, relativo à necessidade de frequentar acções de formação profissional segundo a situação no emprego, verificamos que, independentemente do período temporal considerado e da situação dos diplomados perante o emprego, a tendência geral é para a frequência de acções de formação. Assim, nos seis meses seguintes à conclusão da licenciatura, 64,2% dos licenciados empregados, 64,3% dos desempregados e 100% dos inactivos frequentaram acções de formação. No período temporal seguinte a amostra considerada apresenta elevada homogeneidade, pois 70,2% dos diplomados empregados, 61,5% dos desempregados e 64,3% dos inactivos participaram em acções de formação. No período actual, esta tendência também se verifica: 67,2% dos licenciados empregados e 70% dos desempregados participaram em acções de formação. No entanto, devemos ter em consideração a relatividade dos dados obtidos, pois a percentagem indicada é sobre o

total de sujeitos segundo a sua situação no emprego e não sobre o conjunto dos sujeitos do período temporal referido.

Não obstante a relatividade dos resultados obtidos, podemos, com base nas razões indicadas no quadro XXIV e no enquadramento teórico, justificar a frequência de acções de formação. No caso dos diplomados empregados a frequência de acções de formação prende-se essencialmente com exigências da entidade patronal, isto é, com a necessidade de progressão na carreira profissional. No caso dos licenciados desempregados e inactivos a participação em acções de formação é justificada pelo aumento do potencial de saberes e certificação como forma de ingressar no mercado de trabalho. Em ambos os contextos podemos ainda referir a adaptação a novas mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos como uma razão preponderante para a frequência de acções de formação.

Quadro XXVI

Áreas de formação em que os diplomados sentem necessidade

Área de formação	Frequência (N)	Percentagem (%)
Judo	2	2,7
Fitness	6	8
Gestão	14	18,7
Saúde	2	2,7
Fisiologia	4	5,3
Cineantropometria	1	1,3
Treino Desportivo	19	25,3
Pedagogia	5	6,7
Várias	14	18,7
Andebol	3	4
Basquetebol	3	4
Desportos Aventura	8	10,6

No que diz respeito às áreas de formação nas quais os licenciados sentem maiores lacunas (quadro XXVI), constatamos que as áreas mais seleccionadas são a área do treino desportivo (25,3%), a área da gestão (18,7%), a área dos desportos aventura (10,6%) e a área do fitness (8%). Finalmente, constata-se ainda que uma percentagem considerável de licenciados (18,7%) considera que as necessidades se estendem por várias áreas de formação.

À luz dos resultados obtidos e do enquadramento teórico realizado, constata-se que, mais uma vez, os licenciados estão conscientes, quer por necessidade quer por

factores intrínsecos, da continuidade do processo de formação profissional. A questão que se coloca nesta matéria é também da responsabilidade das instituições educativas, nomeadamente dos currículos por estas ministrados. Tal como refere Batista (1997), cabe às instituições de ensino e aos agentes avaliadores do sistema educativo, estabelecer um ajustamento qualitativo entre as qualificações da população diplomada e as exigências do mercado de trabalho. Nesta perspectiva, e no caso específico do nosso estudo, verificamos que em termos de actividades secundárias desenvolvidas (gráfico 19) e áreas de formação em que os diplomados sentem maior carência (quadro XXV), as áreas do treino desportivo, fitness, gestão e desportos aventura ocupam um lugar de destaque. Deste modo e tendo em conta a relatividade da amostra no universo estudado, torna-se imperativo que a instituição a que o presente estudo se refere, ministre um currículo que possibilite a aquisição de conhecimentos necessários às exigências do mercado de trabalho.

V – CONCLUSÕES

O interesse em conhecer o perfil social e a trajectória profissional dos diplomados em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade de Coimbra, nos anos lectivos de 98/99, 02/03 e 03/04, suscitou a dúvida e serviu de ponto de partida para a presente investigação. Deste modo, e com base nos contributos dos autores referenciados no Capítulo I (enquadramento Teórico), definimos a problemática do presente estudo. Estabelecemos como objecto de estudo a inserção profissional dos diplomados, nomeadamente a sua situação perante o emprego nos períodos temporais considerados, o tipo de contrato a que estes se encontram vinculados, a coerência das actividades desenvolvidas com a formação académica e a importância da sua formação no processo de inserção.

De seguida, elaborámos os procedimentos metodológicos, veja-se Capítulo II (Metodologia), de modo a analisar o objecto de estudo definido, inquirindo os diplomados relativamente a aspectos relacionados com o seu perfil social, a sua situação perante o emprego bem como aspectos relativos à sua formação.

Utilizou-se como universo de estudo os diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, nomeadamente uma amostra aleatória e representativa dos diplomados nos anos lectivos de 98/99, 02/03 e 03/04. Os dados daí resultantes foram tratados informaticamente através do programa SPSS version 12.0.

Uma vez tratados os dados, procurámos verificar se os resultados obtidos correspondem aos resultados esperados, conforme se pode observar no Capítulo III (Análise e Discussão dos Resultados), confrontando-os com as conclusões de outros autores

Os dados permitem-nos concluir que a maioria dos diplomados se encontram empregados, estando a maioria dos diplomados empregados vinculados a contratos de trabalho individuais com termo. Por outro lado também confirmámos que as actividades exercidas pelos diplomados estão adequadas à sua formação académica. No entanto, devemos salientar o contexto em que os diplomados nos anos de 03/04 se inserem, contexto este caracterizado pela instabilidade e precariedade contratuais. Assim, e de acordo com o evidente contraste existente entre os diplomados nos anos lectivos de 98/99 e 02/03 e os diplomados no ano lectivo 03/04, podemos concluir

que o mercado de trabalho na área da Educação Física sofreu alterações no período temporal considerado, alterações essas que conduziram a um aumento do desemprego e precariedade contratual.

Relativamente à origem social, podemos concluir que o recrutamento da população estudantil da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física recai maioritariamente sobre os alunos cujos pais se encontram situados num contexto social, cultural e económico de nível médio/alto.

Assim, na generalidade, as conclusões resultantes desta investigação são concordantes com a maioria dos autores. No entanto, devemos ter em consideração a relatividade causada pelas alterações da dinâmica social nos períodos temporais considerados. Estas alterações são nitidamente comprovadas pela diferente contextualização da inserção profissional nos diferentes grupos de diplomados estudados.

A presente investigação, através da análise da adequação dos conhecimentos ministrados às exigências do mercado de trabalho, presta, a nosso ver, um modesto contributo à avaliação da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

VI – LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

1. LIMITAÇÕES

A principal limitação do estudo prendeu-se com a complexidade do fenómeno social em causa. De facto, a realidade social é sempre complexa e os estudos são sempre relativamente limitados na sua explicação.

Também a técnica de recolha utilizada, nomeadamente, o seu modo de aplicação, confrontou-nos com alguns obstáculos. A extensão do questionário e a sua aplicação via Internet implicaram alguma demora e dificuldade no preenchimento dos questionários, colocando-nos, por vezes, em situações fora do nosso domínio (e.g. caixas de correio cheias, anexos corrompidos, moradas electrónicas incorrectas). No entanto, perante o elevado número de questionários recolhidos (comparativamente ao número obtido no estudo anterior) e perante a construção de uma base de dados dos endereços electrónicos dos ex-alunos da FCDEF, esta foi, sem dúvida, a melhor metodologia de aplicação.

2. RECOMENDAÇÕES

As limitações apontadas ao estudo e a prossecução da temática abordada conduzem-nos a propor as seguintes recomendações:

1. Garantir, num período em que se multiplicam as iniciativas de recolha de informação sobre os percursos profissionais dos diplomados em vários estabelecimentos de ensino superior, condições para a comparabilidade entre os dados recolhidos pelas diversas instituições. Deste modo, esta situação permitirá conhecer de forma ainda mais aprofundada e rigorosa essa realidade, bem como ter uma visão de conjunto sobre a transição para a vida activa dos diplomados de ensino superior, nomeadamente dos licenciados em Ciências do Desporto e Educação Física;

2. Assegurar a representatividade da amostra, nomeadamente através de um maior número de sujeitos inquiridos;

3. Elaborar um questionário menos extenso, de forma a assegurar a fiabilidade dos dados;

4. Diversificar as estratégias metodológicas, mais especificamente a recolha de dados qualitativa (entrevistas) e a análise multivariada de dados, objectivando um conhecimento mais completo, diversificado e multifacetado da realidade em estudo.

VII – BIBLIOGRAFIA

📖 Alves, M. G. (2003). *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa Perspectiva Educativa: O Caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCT.

📖 Alves, M. G. (1998). “A construção de identidades sociais e profissionais – diplomados do ensino superior em transição para a vida activa” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 26, (pp. 131-147).

📖 Alves, M.G. e Ambrósio, M.T. (1996). Inserção na Vida Activa de Jovens Licenciados e Formação de Competências de 3ª Dimensão. *A informação e a Orientação Escolar e Profissional no Ensino Superior: Um desafio da Europa – Conferência Internacional*. Coimbra, (pp. 251 – 257).

📖 Arroteia, J.C. e Martins, A.M. (1998). *Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro: Trajectórias Académicas e Profissionais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

📖 Batista, M. L. (1997). *Os Diplomados do Ensino Superior e o Emprego: a Problemática na Inserção na Vida Activa*. Lisboa: (DEPGEF, ME).

📖 Becker, G. S. (1964). *Human Capital – A Theoretical and Empirical Analysis With Special Reference to Education*. New York and London: Colômbia University Press.

📖 Bento, J. (1993). “Sobre o estado da ciência do desporto” in *Revista Horizonte*, vol. XI, nº64, (147-150).

📖 Bourdieu, P. e Passeron, J.C. (1970). *La Réproduction: Éléments Pour Une Théorie du Système d' Enseignement*. Paris: Éditions Minuit.

📖 Cabrito, B. G. (1999). *Análise socioeconómica do financiamento do ensino superior universitário em Portugal: contributos para o processo decisional de*

(re)construção de uma política sócio-educativa para o ensino superior universitário público. Lisboa: FPCEUL.

📖 Carmo, R. (1999). “As desigualdades sociais no ensino superior: entre a reprodução e a democratização”. *Comunicação apresentada no Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra.

📖 Carneiro, R. (1997). “Informação, educação e saber no limiar do novo milénio” in *Revista Brotéria*, (pp. 585 – 590).

📖 Carneiro, R. (1997 II) “Reinventar a Educação na Europa”. in *Educação em debate*. Lisboa: Centro de publicações da Universidade Católica Portuguesa, (pp. 95-102).

📖 Carneiro, R. (2000). *O Futuro da Educação em Portugal - Tendências e Oportunidades : Um Estudo De Reflexão Prospectiva*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento.

📖 Chorão, P. A. (2003). *Observatório do Percorso dos Diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra: Origem Social e Trajectória Profissional*. Coimbra: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

📖 Costa, A. C. M. (1994). “O percurso profissional em educação física, venturas e desventuras”. *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física* 9(2), (pp71-84).

📖 Costa, H. J. (2003). *Observatório do Percorso dos Diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra: Origem Social, Representações e Expectativas sobre o Percorso Profissional*. Coimbra: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

📖 Cunha, P. J. R. (2000). *As trajectórias formativas dos professores: os saberes dos professores como factor de produção*. Sintra: Associação de Professores de Sintra.

- 📖 Delors, J. (2001). *Educação – Um Tesouro a Descobrir: Relatório Para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Asa.
- 📖 Dubar, C. (1991). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Paris: Armand Colin, (pp.22-45).
- 📖 Husén, T. (1976). *Meio Social e Sucesso Escolar: Perspectivas das investigações sobre a igualdade na Educação*. Lisboa: Livros Horizonte, (pp. 8-40).
- 📖 Malaínho, P. M. (2003). *Observatório do Percurso dos Diplomados pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra: Perfil Social e Trajectória Escolar dos Licenciados*. Coimbra: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- 📖 Martins, A. M., Arroteia, J. C., & Gonçalves, M. M. B. (2002). *Sistemas de (Des)emprego: Trajectórias de Inserção* (pp. 35-128).
- 📖 Mauritti, R. (2000). *Estudantes Universitários: Trajectórias Sociais e Expectativas de Inserção Profissional*. Lisboa: ISCTE.
- 📖 ODES (2002). *Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001 – Dossier Metodológico*. Lisboa: Instituto para a inovação na formação.
- 📖 Oliveira, L. (1998). *Inserção Profissional – O caso da reestruturação dos Lanifícios na Covilhã*. Lisboa: Edições Cosmos, (pp. 7-72).
- 📖 Pardal e Correia (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Lisboa: Areal Editores, (pp. 74-75).
- 📖 Pereira, A. (2005). “A Educação Física e desporto em Portugal. A visão de um grupo de profissionais excelentes. Parte I - Panorama actual” in *Revista Horizonte*, vol. XX, nº 117, (21-32).

📖 Piéron, M. (1996). *Formação de Professores. Aquisição de Técnicas de Ensino e Supervisão Pedagógica*. Lisboa: Edições FMH, (pp. 19-24).

📖 Proença, J. (2002). “A formação inicial dos profissionais de Educação Física” in *Revista Horizonte*, vol. XVII, nº101, (pp. 9-12).

📖 Quivy. R. e Campenhout, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

📖 Silva, C. G. (1999). *Escolhas Escolares, Heranças Sociais: Origens, Expectativas e Aspirações dos Jovens no Ensino Secundário*. Oeiras: Edições Celta, (pp. 1-99).

ANEXOS

ANEXO 1. INQUÉRITO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS

ANEXO 2. QUADROS DE APURAMENTO

ANEXO 1. INQUÉRITO DO PERCURSO DOS DIPLOMADOS

OBSERVATÓRIO DOS DIPLOMADOS PELO FCDEF-UC

O presente questionário foi baseado no “Inquérito de Percurso aos Diplomados do Ensino Superior – 2001”, realizado e validado pelo Instituto para a Inovação na Formação (2002).

Este inquérito destina-se unicamente aos licenciados que iniciaram e terminaram o curso no FCDEF-UC, isto é, alunos que estiveram matriculados nos 5 anos lectivos necessários para obtenção do curso.

A F.C.D.E.F.-U.C. pretende verificar qual a relação actual entre a formação e o sistema de emprego. Estamos preocupados com as tendências de evolução do emprego nesta área. Nesse âmbito, o presente questionário destina-se a avaliar a origem social, a trajectória escolar, a trajectória profissional e as representações e expectativas dos licenciados que concluíram o curso em 2000, 2003 e 2004.

O estudo insere-se no âmbito do Seminário de observação do percurso dos diplomados pelo FCDEF-UC e a sua colaboração é determinante para o seu êxito. Responda sinceramente a todas as perguntas.

APÓS O PREENCHIMENTO DE TODAS AS QUESTÕES, ENVIE, EM ANEXO O QUESTIONÁRIO PARA O SEGUINTE CORREIO ELECTRÓNICO monografia_seminario@portugalmail.pt

Obrigado pela sua colaboração!

ATENÇÃO!

ASSINALE A SUA RESPOSTA DA SEGUINTE FORMA:

A) NAS PERGUNTAS DE SELECÇÃO DE UM OU MAIS ITENS, DESTAQUE A VERMELHO A SUA RESPOSTA:

EXEMPLO:

Pergunta:

1. Sexo

- Masculino
 Feminino

Resposta:

1. Sexo

- Masculino
 Feminino

B) NAS PERGUNTAS EM QUE DEVE RESPONDER POR EXTENSO, APAGUE O SUBLINHADO E INTRODUZA A RESPOSTA A VERMELHO:

EXEMPLO:

Pergunta:

27. Indique qual o curso e/estabelecimento que escolhia:

Curso _____ NS/NR

Estabelecimento _____ NS/NR

Resposta:

27. Indique qual o curso e/estabelecimento que escolhia:

Curso **Ciências do Desporto e Educação Física** NS/NR

Estabelecimento **FCDEF-UC** NS/NR

C) NAS PERGUNTAS A RESPONDER NA TABELA, ASSINALE COM UM “X” A SUA RESPOSTA.

PERFIL SOCIAL

CARACTERIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

1. Sexo

- Masculino
 Feminino

2. Qual é a sua data de nascimento (mês e ano)?

_____/19____ NS/NR
(mês) (ano)

3. Ao frequentar o ensino superior teve que mudar de residência?

- Sim Não NS/NR

4. (Se sim) Passou a morar onde?

Concelho _____ NS/NR

5. Qual é o seu estado civil?

Solteiro

- Casado/ União de facto
 Divorciado/ Separado
 Viúvo
 Outra razão → Qual? _____
 NS/NR

6. Como é composto o seu grupo doméstico actual com quem vive? (múltipla)

- Vive sozinho
 Vive com o Pai/ padrasto
 Vive com a mãe/ madrasta
 Vive com irmão (s)
 Vive com o Cônjuge/ companheiro
 Vive com os filhos/ enteados
 Vive com os avós
 Vive com amigos
 Outro → Qual? _____
 NS/ NR

7. Qual é a condição perante o trabalho do seu cônjuge/ companheiro(a) (na actividade principal)?

Empregado

Desempregado

- Reformado
 Doméstico
 Estudante
 Serviço Militar Obrigatório
 Outra → Qual? _____
 NS/ NR

8. Qual foi o nível de escolaridade mais elevado que os seus pais e companheiro (a)/cônjuge completaram? (ASSINALE COM UM "X" A SUA RESPOSTA)

ESCOLARIDADE	PAI	MÃE	COMP./ CÔNJUGE
Não sabe ler nem escrever			
Sabe ler e/ou escrever			
1º Ciclo do Ensino Básico (Antigo Ensino Primário – 4ª Classe)			
2º Ciclo do Ensino Básico – 6º ano (Antigo Ensino Preparatório ou equivalente – antigo 2º ano)			
3º Ciclo do Ensino Básico – 9º ano (Antigo Ensino Secundário Geral ou Ensino Unificado ou Equivalente – antigo 5º ano)			
Ensino Secundário Complementar ou equivalente – 10º e 11º ano (antigo 7º ano)			
12º Ano, propedêutico ou equivalente			
Bacharelato			
Licenciatura			
Pós-graduação			
Mestrado			
Doutoramento			
NS/NR			

9. Qual é a condição operante o trabalho dos seus pais (na actividade principal)?

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	PAI	MÃE
Empregado		
Desempregado		
Estudante		
Doméstica		
Reformado		
Outra Qual _____		
NS/NR		

10. Qual é a actual profissão do seu pai (no caso de estar reformado/desempregado/falecido, indicar a última profissão)?

NS/NR

11. Qual é a actual profissão da sua mãe (no caso de estar reformada/desempregada/falecida, indicar a última profissão)?

NS/NR

12. Qual é a situação na profissão dos seus pais (no caso de estarem reformados/desempregados/falecidos, indicar a última profissão)?

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	PAI	MÃE
Trabalhador por conta própria (isolado)		
Trabalhador por conta própria (empregador)		
Trabalhador por conta de outrem		
Trabalhador familiar não remunerado		
Outra Qual? _____		
NS/NR		

TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL

CARACTERIZAÇÃO DA TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL PÓS-CONCLUSÃO DO CURSO

Vamos passar agora a um conjunto de perguntas sobre o seu percurso profissional. Gostaríamos de saber as várias situações profissionais por que passou ao longo destes 5 anos desde que terminou o curso.

Empregado	Todo o indivíduo que tinha no período em referência, efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; tinha um emprego, não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o emprego; tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência
Desempregado	Não ter trabalho remunerado ou qualquer outro + Estar disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não + Ter feito diligências no sentido de procurar um emprego remunerado ou não ao longo das últimas 4 semanas
Inactivo	Não estar empregado nem desempregado, nem a cumprir o serviço militar obrigatório

30. Pedia-lhe que fosse respondendo de modo a preencher um calendário mês/ano acerca de qual foi a sua situação profissional desde de o mês/ ano em que efectivamente acabou o curso.

(ASSINALE COM UM “X” A(S) SUA(S) RESPOSTA(S))

(empregado, desempregado, a cumprir o Serviço Militar Obrigatório, inactivo, a estudar ou outra situação?)

	Empregado	Desempregado	S.M.O.	Inactivo	A estudar	Outra situação (ex. estágio, bolsa, etc.). Qual?	NS/ NR
1999							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2000							
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							

Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2001							
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2002							
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2003							
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2004							
Janeiro							
Fevereiro							

Março							
Abril							
Mai							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
2005							
Janeiro							
Fevereiro							
Março							

FORMAÇÃO PÓS-DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR

31. Após ter terminado a licenciatura em Ciências do Desporto e Educação Física frequentou e/ou está a frequentar formação de âmbito académico (DESE, outra Licenciatura, pós-graduação, Mestrado, Doutoramento, etc.).

Sim (passe p31)

Não (passe p34)

32. Que tipo de formação, de que área, instituição, localização, país ano de matrícula e de obtenção de diploma e suporte financeiro:

(RESPONDA POR EXTENSO)

	Área de formação (ex. Economia, Engenharia, Direito)	Nome da Instituição (Univ. Instituto)	Localização (concelho)	País	Ano de Matrícula	Ano de obtenção de diploma	Tipo de Suporte Financeiro (ex. bolsa, empregador, próprio, etc.)
DESE							
Licenciatura							
Pós-graduação							
Mestrado							
Doutoramento							
Outra. Qual?							
NS/ NR							

33. Qual das seguintes frases ilustra melhor a sua situação imediatamente após a conclusão do curso?

Acabei o curso e inscrevi-me logo num programa de formação académica

Procurei emprego durante algum tempo, mas como não encontrei decidi prosseguir os estudos

Estive empregado durante algum tempo, mas depois decidi retomar os estudos a tempo inteiro

Continuei a estudar e a trabalhar ao mesmo tempo

Outra situação → Qual?

NS/NR

34. Qual/ quais das seguintes razões influenciou/ influenciaram a sua decisão para continuar a estudar? (Múltipla – máximo 2)

Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para melhor desempenhar a profissão

Foi uma alternativa ao desemprego

Era uma condição para poder progredir na carreira

Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos

Era uma condição para encontrar emprego

- Era uma condição para encontrar emprego bem remunerado
- Outra razão → Qual? _____
- NS/ NR

35. Pensa vir a frequentar alguma formação de âmbito académico?

- Sim Qual? _____ -
- Não
- NS/NR

1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL IMEDIATAMENTE A SEGUIR (OU SEJA, NOS SEIS MESES SEGUINTE) A TERMINAR O CURSO

Para os indivíduos que tinham emprego no seis meses seguintes a acabar o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO;

Para os indivíduos que estavam na situação de desempregado após acabarem o curso ou nos seis meses seguintes, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO;

Para os indivíduos que estavam na situação de inactivos após acabarem o curso ou nos seis meses seguintes, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

EMPREGADO

36. Nos seis meses seguintes após ter acabado o curso estava empregado. Esse emprego foi obtido imediatamente após acabar o curso, ou já o tinha antes?

- já tinha antes
- foi obtido imediatamente após acabar o curso
- NS/ NR

37. Qual era a sua profissão principal?

38. E em qual das seguintes situações se encontrava:

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/ NR

39. Qual era o seu tipo de contrato?

- Contrato de trabalho sem termo
- Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)
- Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)
- Situações de trabalho pontuais e ocasionais
- Outra situação → Qual? _____
- NS/ NR

40. Qual era o seu regime de trabalho?

- Tempo completo
- Tempo parcial
- NS/ NR

41. Qual era o tipo de instituição onde exercia a sua actividade, segundo o regime jurídico?

- Empresa em nome individual
- Sociedade por quotas
- Sociedade anónima
- Administração pública
- IPSS's
- Outro tipo → Qual? _____
- NS/ NR

42. (Se já tinha emprego antes de acabar o curso) Quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o curso? (múltipla)

- Aumento salarial
- Melhoria das condições de trabalho
- Mudança de categoria profissional
- Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso

- Nenhuma mudança
- Outra. Qual? _____
- NS/NR

DESEMPREGAGO

43. Se estava desempregado diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão

- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

INACTIVO

44. Se a sua situação era a de inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos
- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

2. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL UM ANO E MEIO APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO

Para os indivíduos que tinham emprego um ano e meio após acabar o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO (= quer seja o mesmo emprego que tinha no momento 1, quer seja um novo emprego que “ caía” na fásquia do ano e meio).

Para os indivíduos que estavam na situação de desempregado um ano e meio após acabarem o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO.

Para os indivíduos que estavam na situação de inactivos um ano e meio após acabarem o curso, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

EMPREGADO

45. Qual era a sua profissão principal?

NS/NR

46. E em qual das seguintes situações se encontrava:

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/ NR

47. Qual era o seu tipo de contrato?

- Contrato de trabalho sem termo
- Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)
- Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)
- Situações de trabalho pontuais e ocasionais
- Outra situação → Qual? _____
- NS/ NR

48. Qual era o seu regime de trabalho?

- Tempo completo
- Tempo parcial
- NS/ NR

49. Indique onde se localizava a instituição onde trabalhava / onde é que trabalhava (no caso de ser trabalhador por conta própria):

Concelho _____

50. Como é que obteve esse emprego?

- Na sequência do estágio
- Concurso do ministério da educação
- Através da inscrição do centro de emprego
- Através da criação do próprio emprego
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

50. No caso de ter deixado esse emprego indique as principais razões para o ter feito. Podem estar relacionadas com a instituição em que trabalhava ou não (ex. razões pessoais) (múltipla).

Relacionadas com a instituição:

- Fim de contrato
- Despedimento
- Falência da empresa
- Fim da tarefa encomendada

- Rescisão
- Encerramento da actividade

Razões pessoais

- Casamento
- Necessidade de cuidar de familiares
- Reforma antecipada (por razões económicas ou de saúde)
- Não era um trabalho adequado à sua formação
- Estava insatisfeito com o conteúdo do trabalho
- Não tinha as condições de trabalho desejadas
- O salário oferecido não correspondia às suas expectativas
- Não tinha condições de ascensão profissional
- Porque encontrou outro emprego melhor
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

DESEMPREGAGO

51. Se estava desempregado diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão

- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

52. Que tipo de apoios/meios de subsistência teve durante esse período de desemprego? (múltipla)

- Subsídio de desemprego
- Apoio familiar
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Nenhum
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

53. Que medidas tomou para aumentar as possibilidades de arranjar emprego? (múltipla)

- Inscreveu-se num centro de emprego
- Frequentou cursos de formação
- Reingressou na escola/faculdade (licenciatura, pós-graduação, doutoramento, etc.)
- Nenhuma medida
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

INACTIVO

54. Se a sua situação era a de inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos
- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____

NS/NR

55. Qual era, na altura, a sua fonte de rendimento? (múltipla)

- Reforma/pensão
- Dependente da família ou amigos
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

3. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ACTUAL

Para os indivíduos estão na situação de empregado, responda ao conjunto de questões relativas à situação de EMPREGADO (= quer seja o mesmo emprego que tinha no momento 1 e/ ou 2 e/ quer seja um novo emprego)

Para os indivíduos que estão na situação de desempregado, responda ao conjunto de questões relativas à situação de DESEMPREGADO.

Para os indivíduos que estão na situação de inactivos, responda ao conjunto de questões relativas à situação de INACTIVO.

EMPREGADO

56. Qual era a sua profissão principal?

NS/NR

57. Qual é a sua situação na profissão?

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/ NR

58. Qual é o seu tipo de contrato de trabalho?

- Contrato de trabalho sem termo
- Contrato individual de trabalho com termo (a prazo)
- Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)
- Situações de trabalho pontuais e ocasionais
- Outra situação → Qual? _____
- NS/ NR

59. Qual é o seu regime de trabalho?

- Tempo completo
- Tempo parcial
- NS/ NR

60. Indique onde se localizava a instituição onde trabalha / onde é que trabalhava (no caso de ser trabalhador por conta própria):

Concelho _____

61. Como é que obteve este emprego?

- Na sequência do estágio
- Concurso do ministério da educação
- Através da inscrição do centro de emprego
- Através da criação do próprio emprego
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

62. Apesar de estar actualmente empregado, continua a procurar emprego?

Sim Não NS/NR

63. (Se sim) Quais são as razões para o fazer? (múltipla)

- Receia perder o actual emprego
- O actual emprego é de carácter provisório

- Pretende um emprego mais adequado às suas qualificações escolares e/ou profissionais
- Pretende um emprego com remuneração
- Deseja um emprego onde possa desenvolver outras actividades profissionais
- Pretende um emprego mais adequado à sua experiência profissional
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

Actividade secundária (no caso de possuir mais de uma actividade secundária, referir aquela que considera mais importante)

64. Desenvolve alguma actividade secundária?

- Sim Não NS/NR

65. (Se sim) Em que consiste essa actividade?

_____ NS/NR

66. Qual é a sua situação nessa profissão?

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

67. Quais são as razões para possuir uma actividade secundária? (múltipla)

- Há o risco de perder o emprego principal
- Precisa de ganhar mais dinheiro
- Pretende fazer coisas diferentes
- Por satisfação pessoal
- Outra → Qual? _____
- NS/NR

DESEMPREGAGO

68. Se a sua situação é a de desempregado, diga-nos quais foram as principais razões que contribuíram para essa situação? (múltipla)

Razões pessoais:

- Doença ou incapacidade pessoal
- Não encontrava trabalho adequado à sua formação
- O salário oferecido não correspondia às expectativas
- As condições de trabalho não eram satisfatórias
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não encontrou nenhum emprego

Razões do lado do empregador:

- Despedimento (colectivo ou geográfico)
- Falência da empresa
- Fim de contrato
- Fim da tarefa encomendada
- Rescisão

- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

69. Que tipo de apoios/meios de subsistência tem tido durante este período de desemprego? (múltipla)

- Subsídio de desemprego
- Apoio familiar
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Nenhum
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

70. Efectuou diligências para encontrar emprego, nos últimos 30 dias?

- Sim Não NS/NR
- passe p.74

71. (Se sim) que tipo de diligência efectuou, nos últimos 30 dias, para encontrar emprego? (múltipla)

Anuncio

- Resposta ao anuncio
- Colocação do anuncio

Recurso a relações pessoais

- Amigos ou conhecidos
- Familiares
- Através de relações profissionais
- Professores

Contacto com a instituição onde se formou Associação de antigos alunos

Gabinete de saídas profissionais

Associação de estudantes

Outras hipóteses

Candidatura espontânea/ contacto com empregadores

Inscrição em centro de emprego

Candidatou-se a um concurso

Solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação do próprio emprego

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

72. Relativamente à procura de emprego, está nalguma situação de espera a diligências feitas anteriormente?

Sim Não NS/NR

 passe p.75

73. (se sim) Qual é a sua situação face às diligências feitas? (múltipla)

Está à espera de ser colocado pelo centro de emprego

Está à espera de resposta de um empregador

Está à espera do resultado de um concurso

Está à espera do resultado duma entrevista ou teste

Está à espera do resultado de diligências para trabalhar por conta própria

Aguarda repostas a anúncios

Aguarda de resposta a contactos pessoais

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

74. (se não) Porque é que não efectuou diligências para encontrar emprego? (múltipla)

Aguarda ser chamado a um emprego

Tem problemas de saúde

Não sabe como procurar

Não vale a pena procurar

Está a receber formação

Não está disponível por razões pessoais

Considera que legalmente não pode ter trabalho

Não se decidiu ainda a começar diligências

Outra razão → Qual? _____

NS/NR

75. Se lhe oferecessem emprego aceitaría de imediato?

Sim Não NS/NR

passa p. 77

76. (se não) Porquê? _____

77. Que condições são necessárias para escolher/ aceitar um emprego? (múltipla)

- Ter uma remuneração que lhe pareça adequada à sua formação
- Relacionar-se com a sua área de formação
- Ter boas condições de trabalho (horário, etc.)
- Ser compatível com as suas necessidades
- Não é necessário nenhuma condição específica
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

78. Que medidas tem tomado para aumentar as possibilidades de arranjar emprego?
(múltipla)

- Inscreveu-se num centro de emprego
- Frequentar cursos de formação
- Reingressou na escola/faculdade (licenciatura, pós-graduação, doutoramento, etc.)
- Nenhuma medida
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

INACTIVO

79. Se se encontra inactivo, diga-nos quais foram as principais razões para a inactividade? (múltipla)

- Decidiu continuar a estudar
- Casamento
- Maternidade/paternidade/necessidade de cuidar dos filhos
- Necessidade de cuidar de idosos/incapacitados
- Por doença ou incapacidade
- Por reforma antecipada
- Por nenhuma razão em especial
- Outra razão → Qual? _____

NS/NR

80. Qual/ Quais é/ são a (s) sua(s) fonte(s) de rendimento? (múltipla)

- Reforma/pensão
- Dependente da família ou amigos
- Rendimentos próprios
- Rendimento mínimo garantido
- Outra razão → Qual? _____
- NS/NR

4. Formação Profissional

81. Considera que o Estágio Pedagógico foi decisivo para o seu desempenho profissional?

Sim Em que aspectos?

Não Porquê?

82. Considera que o Estágio Pedagógico foi decisivo na sua socialização profissional?

Sim Em que aspectos?

Não Porquê?

83. A esta distância temporal e relativamente ao modelo de Estágio que realizou, indique o aspecto mais negativo e positivo.

Aspectos negativos

Aspectos positivos

84. Após este intervalo de tempo reflecta sobre o seu Estágio Pedagógico e refira a maior dificuldade que sentiu e o que mais lhe agradou.

Dificuldades

O que mais lhe agradou

85. Alguma vez, desde que terminou o curso, frequentou acções de formação profissional

Sim

Não (passe p.88)

86. (se sim) Quais as razões para ter frequentado acções de formação profissional? (múltipla)

- Adaptação a mudanças tecnológicas ou actualização de conhecimentos
- Preparar-se para um emprego
- Retorno a um emprego após longa permanência
- No âmbito de um programa de promoção de emprego
- Exigência de entidade patronal
- Necessidade de formação para progressão na carreira
- Por interesse pessoal
- Outra razão? Qual? _____
- NS\NR

87. (se sim) Em que áreas(s)? (múltipla – máximo 3)

NS/NR

88. (se não) Quais as razões para nunca ter frequentado acções de formação profissional?

- Não sente necessidade de actualização
- Nunca foi seleccionado para frequentar um curso de formação
- Não tem tempo para a frequência
- Outra razão? Qual? _____
- NS\NR

89. Sente necessidade de frequentar acções de formação profissional?

Sim Não NS/NR

90. (se sim) Em que área(s)? (múltipla – máximo 2)

NS/NR

ANEXO 2. QUADROS DE APURAMENTO

1. DADOS DE ENQUADRAMENTO

1.1. Diplomados inquiridos por ano de término da licenciatura.

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
98/99	18	24	24
02/03	33	44	68
03/04	24	32	100
Total	75	100	

1.2. Diplomados inquiridos segundo o sexo por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sexo Masculino	Frequência	12	20	16	48
	Percentagem	66,7	60,6	66,7	64
Sexo Feminino	Frequência	6	13	8	27
	Percentagem	33,3	39,4	33,3	36
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	100	100	100	100

1.3. Idades dos diplomados inquiridos por ano de término da licenciatura.

Idade	Ano de conclusão			Total
	98/99	02/03	03/04	
24	0	0	19	19
25	0	23	3	26
26	0	5	1	6
27	0	5	0	5
28	0	0	1	1
29	14	0	0	14
30	2	0	0	2
31	1	0	0	1
45	1	0	0	1
Total	18	33	24	75

Idade	
N	75
Média	26,2
Mediana	25
Moda	25
Desvio Padrão	2,9
Mínimo	24
Máximo	45

1.4. Estado civil dos diplomados inquiridos.

		98/99	02/03	03/04	Total
Divorciado/separado	Frequência	2	0	0	2
	Percentagem	11,2	0	0	2,7
Casado/união de facto	Frequência	8	3	0	11
	Percentagem	44,4	9,1	0	14,7
Solteiro	Frequência	8	30	24	62
	Percentagem	44,4	90,9	100	82,6
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

2. DADOS DO PERFIL SOCIAL

2.1. Mudança de residência dos inquiridos com a frequência no ensino superior.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	16	29	22	67
	Percentagem	88,9	87,9	91,7	89,3
Não	Frequência	2	4	2	8
	Percentagem	11,1	12,1	8,3	10,7
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

2.2. Concelho para onde mudaram a residência.

		98/99	02/03	03/04	Total
Coimbra	Frequência	10	28	22	60
	Percentagem	62,5	96,6	100	89,6
Figueira da Foz	Frequência	1	0	0	1
	Percentagem	6,3	0	0	1,5
NS/NR	Frequência	5	1	0	6
	Percentagem	31,2	3,4	0	8,9
Total	Frequência	16	29	22	67
	Percentagem	23,9	43,3	32,8	100

2.3. Estado civil dos diplomados inquiridos.

		98/99	02/03	03/04	Total
Divorciado/separado	Frequência	2	0	0	2
	Percentagem	11,2	0	0	2,7
Casado/união de facto	Frequência	8	3	0	11
	Percentagem	44,4	9,1	0	14,7
Solteiro	Frequência	8	30	24	62
	Percentagem	44,4	90,9	100	82,6
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

2.4. Grupo doméstico dos diplomados inquiridos.

		98/99	02/03	03/04	Total
Vive sozinho	Frequência	5	16	9	30
	Percentagem	27,8	48,5	37,5	40
Vive c/pai/padrasto/ e mãe/madrasta	Frequência	2	10	11	23
	Percentagem	11,1	30,3	45,8	30,7
Vive c/pai e irmãos	Frequência	1	3	1	5
	Percentagem	5,6	9,1	4,2	6,7
Vive c/pai/padrasto ou mãe/madrasta	Frequência	1	0	1	2
	Percentagem	5,6	0	4,2	2,7
Vive com cônjuge/companheiro	Frequência	5	1	0	6
	Percentagem	27,7	3	0	8
Vive c/ amigos	Frequência	3	3	2	8
	Percentagem	16,6	9,1	8,3	10,6
Vive c/ cônjuge e filhos	Frequência	1	0	0	1
	Percentagem	5,6	0	0	1,3
Outros	Frequência	0	0	0	0
	Percentagem	0	0	0	0
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

2.5. Condição dos pais/cônjuge perante o trabalho.

		Pai	Mãe	Cônjuge
Empregado	Frequência	55	44	4
	Percentagem	73,3	58,7	57,1
Desempregado	Frequência	5	2	0
	Percentagem	6,7	2,7	0
Doméstica	Frequência	0	7	0
	Percentagem	0	9,3	0
Reformado	Frequência	10	12	0
	Percentagem	13,3	16	0
Estudante	Frequência	0	0	3
	Percentagem	0	0	42,9
Outra	Frequência	1	4	0
	Percentagem	1,3	5,3	0
NS/NR	Frequência	4	6	0
	Percentagem	5,3	8	0
Total	Frequência	75	75	7
	Percentagem	100	100	100

2.6. Profissão dos pais dos inquiridos.

	Pai		Mãe		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Dirigentes e quadros superiores da administração pública	5	6,7	3	4	8	7,3
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	25	33,3	23	30,7	24	21,8
Técnicos e professores de nível intermédio	17	22,7	16	21,3	17	15,5
Pessoal administrativo e similares	5	6,7	12	16	17	15,5
Pessoal dos serviços e vendedores	7	9,3	3	4	10	9,1
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca	5	6,7	2	2,7	7	6,4
Operários, artífices e trabalhadores similares	7	9,3	6	8	13	11,8
Operadores de instalações e máquinas e trabalho de montagem	1	1,3	0	0	1	0,85
Trabalhadores não qualificados	3	4	9	12	12	10,9
Outros trabalhos/sem profissão	0	0	1	1,3	1	0,85
Total	75	100	75	100	150	100

2.7. Situação na profissão dos pais dos diplomados.

	Pai		Mãe		Total	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Trabalhador por conta de outrem	45	81,8	35	79,5	80	80,8
Trabalhador por conta própria (empregador)	5	9,1	5	11,4	10	10,1
Trabalhador por conta própria (isolado)	3	5,5	1	2,3	4	4
Trabalhador familiar não remunerado	0	0	3	6,8	3	3
NS/NR	2	3,6	0	0	2	2,1
Total	55	100	44	100	2	100

3. ACTIVIDADE DOS INDIVÍDUOS INQUIRIDOS

3.1. SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS FACE À ACTIVIDADE

3.1.1. Situação dos diplomados inquiridos face à actividade nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empregado	Frequência	18	29	6	53
	Percentagem	100	87,9	25	70,7
Desempregado	Frequência	0	1	14	15
	Percentagem	0	3	58,3	20
Inactivo	Frequência	0	3	4	7
	Percentagem	0	9,1	16,7	9,3
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

3.1.2. Situação dos diplomados inquiridos face à actividade um ano e meio após a conclusão do curso.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empregado	Frequência	18	29	0	47
	Percentagem	100	87,9	0	62,7
Desempregado	Frequência	0	4	9	13
	Percentagem	0	12,1	37,5	17,3
Inactivo	Frequência	0	0	15	15
	Percentagem	0	0	62,5	20
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

3.1.3. Situação dos diplomados inquiridos face à actividade no período actual.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empregado	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	100	100	58,3	86,7
Desempregado	Frequência	0	0	10	10
	Percentagem	0	0	41,7	13,3
Total	Frequência	18	33	24	75
	Percentagem	24	44	32	100

3.2. Momento da obtenção do primeiro emprego dos Inquiridos por ano de término da Licenciatura.

		Já tinha antes	Foi obtido imediatamente após acabar o curso	Total
98/99	Frequência	0	18	18
	Percentagem	0	36,73	33,96
02/03	Frequência	3	26	29
	Percentagem	75	53,06	54,71
03/04	Frequência	1	5	6
	Percentagem	25	10,2	11,32
Total	Frequência	4	49	53
	Percentagem	7,55	92,45	100

3.3. PROFISSÃO PRINCIPAL DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.3.1 Profissão principal dos diplomados inquiridos nos 6 meses seguintes da conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Professor de Educação Física	Frequência	14	26	0	40
	Percentagem	77,8	89,7	0	75,5
NS/NR	Frequência	1	0	0	1
	Percentagem	55,7	0	0	1,9
Técnico Especialista	Frequência	3	2	0	5
	Percentagem	16,7	6,9	0	9,4
Técnico Superior de Desporto	Frequência	0	1	0	1
	Percentagem	0	3,45	0	1,9
Instrutor	Frequência	0	0	6	6
	Percentagem	0	0	100	11,3
Total	Frequência	18	29	6	53
	Percentagem	33,9	54,7	11,3	100

3.3.2 Profissão principal dos diplomados inquiridos após um ano e meio da conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Professor de Educação Física	Frequência	17	27	0	44
	Percentagem	94,4	90	0	91,7
Técnico Especialista	Frequência	1	2	0	3
	Percentagem	5,6	6,7	0	6,3
Técnico Superior de Desporto	Frequência	0	1	0	1
	Percentagem	0	3,3	0	2,1
Total	Frequência	18	30	0	48
	Percentagem	37,5	62,5	0	100

3.3.3 Profissão principal actual dos diplomados inquiridos actualmente por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Professor de Educação Física	Frequência	18	30	0	48
	Percentagem	100	90,9	0	73,8
Técnico Superior de Desporto	Frequência	0	3	0	3
	Percentagem	0	9,1	0	4,6
Instrutor	Frequência	0	0	8	8
	Percentagem	0	0	57,1	12,3
Treinador	Frequência	0	0	3	3
	Percentagem	0	0	21,4	4,6
Estágio Profissional	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	14,3	3,1
NS/NR	Frequência	0	0	1	1
	Percentagem	0	0	7,1	1,5
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.4. SITUAÇÃO NO TRABALHO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.4.1. Situação no trabalho seis meses após a conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	Frequência	0	3	3	6
	Percentagem	0	10,7	50	11,5
Trabalhador por contra de outrem	Frequência	17	25	3	45
	Percentagem	94,4	89,3	50	86,5
NS/NR	Frequência	1	0	0	1
	Percentagem	5,6	0	0	1,9
Total	Frequência	18	28	6	52
	Percentagem	34,6	53,8	11,5	100

3.4.2 Situação no trabalho um ano e meio após a conclusão da licenciatura por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	Frequência	0	1	0	1
	Percentagem	0	3,3	0	2,1
Trabalhador por conta própria (empregador)	Frequência	0	2	0	2
	Percentagem	0	6,7	0	4,2
Trabalhador por contra de outrem	Frequência	18	27	0	45
	Percentagem	37,5	90	0	93,8
Total	Frequência	18	30	0	48
	Percentagem	37,5	62,5	0	100

3.4.3 Situação actual no trabalho por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Trabalhador por conta própria (isolado)	Frequência	0	0	3	3
	Percentagem	0	0	21,4	4,6
Trabalhador por conta própria (empregador)	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	14,3	3,1
Trabalhador por contra de outrem	Frequência	18	33	9	60
	Percentagem	100	100	64,3	92,3
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.5 VÍNCULO CONTRATUAL DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.5.1 Vínculo contratual nos seis meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Contrato de Trabalho sem termo	Frequência	3	0	0	3
	Percentagem	17,6	0	0	5,8
Contrato individual de trabalho com termo	Frequência	14	26	3	43
	Percentagem	82,4	89,7	50	82,7
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	Frequência	0	3	3	6
	Percentagem	0	10,3	50	11,5
Total	Frequência	17	29	6	52
	Percentagem	32,7	55,8	11,5	100

3.5.2 Vínculo contratual um ano e meio após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Contracto de Trabalho com termo	Frequência	18	27	0	45
	Percentagem	100	90	0	93,8
Contracto de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	Frequência	0	3	0	3
	Percentagem	0	10	0	6,3
Total	Frequência	18	30	0	48
	Percentagem	37,5	62,5	0	100

3.5.3 Vínculo contratual actual ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Contracto de Trabalho sem termo	Frequência	0	0	4	4
	Percentagem	0	0	28,6	6,2
Contrato individual de trabalho com termo	Frequência	18	33	6	57
	Percentagem	100	100	42,9	87,7
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	14,3	3,1
Situações de trabalho pontuais e ocasionais	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	14,3	3,1
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.6 REGIME DE TRABALHO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS

3.6.1 Regime de Trabalho nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Completo	Frequência	12	14	1	27
	Percentagem	70,6	48,3	16,7	51,9
Parcial	Frequência	5	15	5	25
	Percentagem	29,4	51,7	83,3	48,1
Total	Frequência	17	29	6	52
	Percentagem	32,7	55,8	11,5	100

3.6.2 Regime de trabalho um ano e meio após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Completo	Frequência	17	16	0	33
	Percentagem	94,4	53,3	0	68,8
Parcial	Frequência	1	14	0	15
	Percentagem	5,6	46,7	0	31,3
Total	Frequência	18	30	0	48
	Percentagem	37,5	62,5	0	100

3.6.3 Regime de trabalho na actualidade por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Completo	Frequência	18	18	4	40
	Percentagem	100	54,5	28,6	61,5
Parcial	Frequência	0	15	10	25
	Percentagem	0	45,5	71,4	38,5
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.7 TIPO DE INSTITUIÇÃO EMPREGADORA DOS DIPLOMADOS

3.7.1 Tipo de instituição empregadora nos 6 meses seguintes após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empresa em nome individual	Frequência	0	0	3	3
	Percentagem	0	0	50	5,7
Sociedade anónima	Frequência	0	3	3	6
	Percentagem	0	10,3	50	11,3
Administração pública	Frequência	18	26	0	44
	Percentagem	100	89,7	0	83
Total	Frequência	18	29	6	53
	Percentagem	34	54,7	11,3	100

3.7.2 Tipo de instituição um ano e meio após a conclusão do curso por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empresa em nome individual	Frequência	0	0	0	0
	Percentagem	0	0	0	0
Sociedade anónima	Frequência	1	2	0	3
	Percentagem	5,6	6,9	0	6,4
Administração pública	Frequência	17	27	0	44
	Percentagem	94,4	93,1	0	93,6
Total	Frequência	18	29	0	47
	Percentagem	38,3	61,7	0	100

3.7.3 Tipo de instituição actual empregadora por ano de término da licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Empresa em nome individual	Frequência	1	1	0	2
	Percentagem	5,5	3	0	3
Sociedade anónima	Frequência	1	2	1	4
	Percentagem	5,5	6	7,1	6,1
Administração pública	Frequência	16	30	13	59
	Percentagem	89	91	92,9	90,9
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.8 MODO DE OBTENÇÃO DO EMPREGO DOS DIPLOMADOS INQUIRIDOS NAS SEQUÊNCIAS TEMPORAIS POR ANO DE TÉRMINO DA LICENCIATURA

3.8.1 Modo de obtenção do emprego seis meses após a conclusão por ano de término.

		98/99	02/03	03/04	Total
Concurso do Ministério da Educação	Frequência	10	20	1	31
	Percentagem	55,6	69	16,7	58,5
Através da inscrição no centro de emprego	Frequência	0	0	0	0
	Percentagem	0	0	0	0
Entrevista	Frequência	4	5	3	12
	Percentagem	22,2	17,2	5	22,6
Apresentação de Currículo	Frequência	4	4	2	10
	Percentagem	22,2	13,8	33,3	18,9
Total	Frequência	18	29	6	53
	Percentagem	34	54,7	11,3	100

3.8.2 Modo de obtenção do emprego um ano e meio após a conclusão por ano de término.

		98/99	02/03	03/04	Total
Concurso do Ministério da Educação	Frequência	14	25	0	39
	Percentagem	82,4	83,3	0	83
Através da inscrição no centro de emprego	Frequência	1	1	0	2
	Percentagem	5,9	3,3	0	4,3
Entrevista	Frequência	2	0	0	2
	Percentagem	11,8	0	0	4,3
Apresentação de Currículo	Frequência	0	4	0	4
	Percentagem	0	13,3	0	8,5
Total	Frequência	17	30	0	47
	Percentagem	36,2	63,8	0	100

3.8.3 Modo de obtenção do emprego actual por ano de término.

		98/99	02/03	03/04	Total
Concurso do Ministério da Educação	Frequência	18	25	0	43
	Percentagem	100	75,8	0	66,2
Através da inscrição no centro de emprego	Frequência	0	0	3	3
	Percentagem	0	0	21,4	4,6
Através da criação do próprio emprego	Frequência	0	0	5	5
	Percentagem	0	0	35,7	7,7
Entrevista	Frequência	0	1	1	2
	Percentagem	0	3	7,1	3,1
Apresentação de Currículo	Frequência	0	7	5	12
	Percentagem	0	21,2	35,7	18,5
Total	Frequência	18	33	14	65
	Percentagem	27,7	50,8	21,5	100

3.9 DIPLOMADOS INQUIRIDOS SEGUNDO AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA O DESEMPREGO

3.9.1. Diplomados inquiridos segundo as principais razões para o desemprego nos seis meses seguintes à conclusão do curso por ano de término.

		98/99	02/03	03/04	Total
Não encontrava um trabalho adequado à sua formação	Frequência	1	0	7	8
	Percentagem	100	0	63,6	66,7
As condições de trabalho não eram satisfatórias	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	18,2	16,7
Não encontrou nenhum emprego	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	18,2	16,7
Total	Frequência	1	0	11	12
	Percentagem	8,3	0	91,7	100

3.9.2 Diplomados inquiridos segundo as principais razões para o desemprego um ano e meio após à conclusão do curso por ano de término.

		98/99	02/03	03/04	Total
Não encontrava um trabalho adequado à sua formação	Frequência	0	3	6	9
	Percentagem	0	100	75	81,8
As condições de trabalho não eram satisfatórias	Frequência	0	0	1	1
	Percentagem	0	0	12,5	9,1
Não encontrou nenhum emprego	Frequência	0	0	1	1
	Percentagem	0	0	12,5	9,1
Total	Frequência	0	3	8	11
	Percentagem	0	27,3	72,7	100

3.9.3 Diplomados inquiridos segundo as principais razões para o desemprego actual por ano de término

		98/99	02/03	03/04	Total
Não encontrava um trabalho adequado à sua formação	Frequência	0	0	9	9
	Percentagem	0	0	90	90
As condições de trabalho não eram satisfatórias	Frequência	0	0	1	1
	Percentagem	0	0	10	10
Total	Frequência	0	0	10	10
	Percentagem	0	0	100	100

3.10 DIPLOMADOS INQUIRIDOS INACTIVOS SEGUNDO AS PRINCIPAIS RAZÕES PARA A INACTIVIDADE

3.10.1 Diplomados inquiridos segundo as principais razões para a inactividade seis meses após a conclusão.

		98/99	02/03	03/04	Total
Decidiu continuar a estudar	Frequência	0	3	0	3
	Percentagem	0	100	0	42,9
Por nenhuma razão em especial	Frequência	0	0	4	4
	Percentagem	0	0	100	57,1
Total	Frequência	0	3	4	7
	Percentagem	0	100	100	100

3.10.2 Diplomados inquiridos segundo as principais razões para a inactividade um ano após a conclusão.

		98/99	02/03	03/04	Total
Por nenhuma razão em especial	Frequência	0	0	17	17
	Percentagem	0	0	100	100
Total	Frequência	0	0	17	17
	Percentagem	0	0	100	100

3.11 MEIO DE SUBSISTÊNCIA DOS DIPLOMADOS NO CASO DE DESEMPREGO

3.11.1 Meio de subsistência dos diplomados no caso de desemprego uma ano e meio após a conclusão.

		98/99	02/03	03/04	Total
Subsídio de desemprego	Frequência	0	3	6	9
	Percentagem	0	42,9	60	52,9
Apoio familiar	Frequência	0	4	4	8
	Percentagem	0	57,1	40	47,1
Total	Frequência	0	7	10	17
	Percentagem	0	41,2	58,9	100

3.11.2. Meio de subsistência dos diplomados no caso de desemprego actual.

		98/99	02/03	03/04	Total
Subsídio de desemprego	Frequência	0	0	10	10
	Percentagem	0	0	90,9	90,9
Apoio familiar	Frequência	0	0	1	1
	Percentagem	0	0	9,1	9,1
Total	Frequência	0	0	11	11
	Percentagem	0	0	100	100

4. DADOS REFERENTES À FORMAÇÃO DOS INDIVÍDUOS INQUIRIDOS

4.1 FORMAÇÃO DE ÂMBITO ACADÉMICO APÓS O CURSO

4.1.2. Formação complementar académica segundo o Ano de Licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	5	5	1	11
	Percentagem	27,8	15,2	4,3	14,9
Não	Frequência	13	28	22	63
	Percentagem	72,2	84,8	95,7	85,1
Total	Frequência	18	33	23	74
	Percentagem	24,3	44,6	31,1	100

4.1.2 Razões evocadas para continuar a estudar.

	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Sentiu necessidade de aprofundar os seus conhecimentos para	3	33,3	33,3
Foi uma alternativa ao desemprego	1	11,1	44,4
Era uma condição para poder progredir na carreira	4	44,4	88,9
Sempre fez parte dos seus planos prosseguir os estudos	1	11,1	100
Total	9	100	

4.1.3. Desejo de frequentar formação acadêmica segundo o Ano de Licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	8	22	19	49
	Porcentagem	47,1	66,7	79,2	66,2
Não	Frequência	3	8	2	13
	Porcentagem	17,6	24,2	8,3	17,6
NS/NR	Frequência	6	3	3	12
	Porcentagem	35,3	9,1	12,5	16,2
Total	Frequência	17	33	24	74
	Porcentagem	22,9	44,6	32,4	100

4.2. ESTÁGIO PROFISSIONAL

4.2.1. Diplomados inquiridos segundo a pertinência do estágio pedagógico para o desempenho profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	18	33	16	67
	Porcentagem	100	100	66,7	89,3
Não	Frequência	0	0	8	8
	Porcentagem	0	0	33,3	10,7
Total	Frequência	18	33	24	75
	Porcentagem	24	44	32	100

4.2.2. Aspectos que contribuíram para o desempenho Profissional por Ano de Licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Preparação Prática	Frequência	3	2	5	10
	Porcentagem	17,6	6,7	27,8	15,4
Criação de hábitos/attitudes profissionais	Frequência	3	3	1	7
	Porcentagem	17,6	10	5,6	10,8
Potenciou conhecimentos Teórico/Práticos	Frequência	4	8	5	17
	Porcentagem	23,5	26,7	27,8	26,2
Prática de funções docentes	Frequência	6	15	4	25
	Porcentagem	35,3	50	22,2	38,5
Aplicação de conhecimentos	Frequência	3	6	0	9
	Porcentagem	17,6	20	0	37,6
Preparação para a realidade	Frequência	1	14	0	15
	Porcentagem	6,3	50	0	56,3
NS/NR	Frequência	1	2	3	6
	Porcentagem	5,9	6,7	16,7	9,2
Total	Frequência	17	30	18	65
	Porcentagem	26,2	46,2	27,7	100

4.2.3. Razões para o estágio profissional não ter contribuído para o desempenho profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Falta de ênfase na realidade	Frequência	0	0	2	2
	Percentagem	0	0	22,2	22,2
Trabalho desnecessário	Frequência	0	0	5	
	Percentagem	0	0	55,6	55,6
Não houve transmissão de conhecimentos	Frequência	0	0	2	
	Percentagem	0	0	22,2	22,2
Total	Frequência	0	0	9	9
	Percentagem	0	0	100	100

4.2.4. O estágio pedagógico foi decisivo na socialização profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	12	27	13	52
	Percentagem	66,7	81,8	56,5	70,2
Não	Frequência	6	6	10	22
	Percentagem	33,3	18,2	43,5	29,7
Total	Frequência	18	33	23	74
	Percentagem	100	100	100	100

4.2.5. Aspectos que contribuíram para a socialização profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Contacto com alunos e docentes	Frequência	2	8	5	15
	Percentagem	16,7	30,8	26,3	26,3
Conhecer o ambiente escolar	Frequência	6	9	3	18
	Percentagem	50	34,6	15,8	31,6
NS/NR	Frequência	1	2	7	10
	Percentagem	8,3	7,7	36,8	17,5
Contacto com a realidade do Ensino	Frequência	3	7	4	14
	Percentagem	5,3	12,3	7	24,6
Total	Frequência	12	26	19	57
	Percentagem	21,1	45,6	33,3	100

4.2.6. Razões para o estágio pedagógico não ter contribuído para a socialização profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Má relação com os colegas de estágio	Frequência	1	0	1	2
	Percentagem	16,7	0	20	11,8
Falta de socialização com os colegas do núcleo de Estágio	Frequência	5	0	2	7
	Percentagem	83,3	0	40	41,2
Mau relacionamento com o Orientador	Frequência	0	4	2	6
	Percentagem	0	66,7	40	35,3
NS/NR	Frequência	0	2	0	2
	Percentagem	0	33,3	0	11,8
Total	Frequência	6	6	5	17
	Percentagem	35,3	35,3	29,4	100

4.2.7. Aspectos Positivos do estágio pedagógico.

		98/99	02/03	03/04	Total
Preparação prática	Frequência	4	5	5	14
	Percentagem	23,5	15,6	22,7	19,7
Aquisição de conhecimentos Teórico/Práticos	Frequência	3	11	10	24
	Percentagem	17,6	34,4	45,5	33,8
Estágio Integrado	Frequência	0	2	0	2
	Percentagem	0	6,25	0	2,8
Desempenho do orientador	Frequência	2	4	0	6
	Percentagem	11,8	12,5	0	8,5
Contacto com alunos e docentes	Frequência	2	4	7	13
	Percentagem	11,8	12,5	31,8	18,3
NS/NR	Frequência	6	6	0	12
	Percentagem	35,3	18,8	0	16,9
Total	Frequência	17	32	22	71
	Percentagem	23,9	45,1	31	100

4.2.8. Aspectos negativos do estágio pedagógicos.

		98/99	02/03	03/04	Total
Excesso de trabalho	Frequência	3	12	12	27
	Percentagem	18,8	40	54,5	39,7
NS/NR	Frequência	4	4	0	8
	Percentagem	25	13,3	0	11,8
Falta de apoio da Faculdade	Frequência	3	3	1	7
	Percentagem	18,8	10	4,5	10,3
Demasiada ênfase na Teoria	Frequência	1	0	1	2
	Percentagem	6,3	0	4,5	2,9
Pouca carga lectiva	Frequência	0	1	2	3
	Percentagem	0	3,3	9	4,4
Sistema de avaliação	Frequência	5	7	5	17
	Percentagem	31,3	23,3	22,7	25
Mau relacionamento com o orientador	Frequência	0	3	1	4
	Percentagem	0	10	4,5	5,9
Total	Frequência	16	30	22	68
	Percentagem	23,5	44,1	32,4	100

4.2.9. Principais dificuldades do estágio pedagógico.

		98/99	02/03	03/04	Total
Não conhecer os colegas de estágio pessoalmente	Frequência	1	0	0	1
	Percentagem	6,7	0	0	1,4
NS/NR	Frequência	3	7	1	11
	Percentagem	20	21,2	4,5	15,71
Falta de coesão no núcleo de estágio	Frequência	3	1	2	6
	Percentagem	20	3	9	8,6
Má relação com o orientador	Frequência	2	1	2	5
	Percentagem	13,3	3	9	7,1
Processo Ensino-Aprendizagem	Frequência	3	8	2	13
	Percentagem	20	24,2	9	18,6
Mau relacionamento com os colegas de estágio	Frequência	2	4	0	6
	Percentagem	13,3	12,1	0	8,6
Adaptação inicial	Frequência	1	5	5	11
	Percentagem	6,7	15,1	22,7	15,7
Conjugação do trabalho Monografia/Estágio	Frequência	0	5	4	9
	Percentagem	0	15,1	18,2	12,6
Gestão do tempo	Frequência	0	2	6	8
	Percentagem	0	6	27,3	11,4
Total	Frequência	15	33	22	70
	Percentagem	21,4	47,1	31,4	100

4.2.10. Aspectos que mais agradaram no estágio pedagógico

		98/99	02/03	03/04	Total
Preparação para a vida activa	Frequência	4	1	1	6
	Percentagem	25	3	5	8,7
Trabalho de grupo	Frequência	3	1	2	6
	Percentagem	18,8	3	10	8,7
Apoio do orientador e colegas	Frequência	2	2	4	8
	Percentagem	12,5	6,1	20	11,6
Aquisição e desenvolvimento de competências	Frequência	2	3	0	5
	Percentagem	12,5	9,1	0	7,2
Integração no meio escolar	Frequência	1	10	1	12
	Percentagem	6,3	30,3	5	17,4
Contacto com os alunos	Frequência	0	12	11	23
	Percentagem	0	36,4	55	33,3
NS/NR	Frequência	4	4	1	9
	Percentagem	25	12,1	5	13
Total	Frequência	16	33	20	69
	Percentagem	23,2	47,8	28,9	100

4.2.11. Frequência de acções de formação profissional segundo o ano de licenciatura.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	18	29	10	57
	Percentagem	100	87,9	43,5	77
Não	Frequência	0	4	13	17
	Percentagem	0	12,1	56,5	22,9
Total	Frequência	18	33	23	74
	Percentagem	24,3	44,6	31,1	100

4.2.12. Razões para frequentar acções de formação.

	Frequência	Percentagem
Exigência de entidade patronal	1	1,3
Necessidade de formação para progressão na carreira	11	14,7
Preparar-se para um novo emprego	3	4
Por interesse pessoal	43	57,3
Adaptação a novas mudanças Tecnológicas ou actualização de conhecimentos	34	45,3
No âmbito de um programa de promoção de emprego	4	5,3

4.2.13. Sente necessidade de frequentar acções de formação profissional.

		98/99	02/03	03/04	Total
Sim	Frequência	12	24	14	50
	Percentagem	66,7	72,7	60,9	67,6
Não	Frequência	1	6	2	9
	Percentagem	5,6	18,2	8,7	12,2
NS/NR	Frequência	5	3	7	15
	Percentagem	27,8	9,1	30,4	20,3
Total	Frequência	18	33	23	74
	Percentagem	24,3	44,6	31,1	100